



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL
PROPUR/UFRGS

Dissertação de Mestrado

Maria Cecília Pereira da Rocha

**Tecitura de territórios na periferia brasileira:
Territorialização de práticas coletivas por mulheres costureiras**

Porto Alegre

2024

Maria Cecília Pereira da Rocha

Tecitura de territórios na periferia brasileira:

Territorialização de práticas coletivas por mulheres costureiras

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Linha de Pesquisa: Cidade, Cultura e Política

Orientador:

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

Porto Alegre

2024

Maria Cecília Pereira da Rocha

Tecitura de territórios na periferia brasileira:

Territorialização de práticas coletivas por mulheres costureiras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de mestra em Planejamento Urbano e Regional.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo
(Orientador - PROPUR|UFRGS)

Dr^a. Carolina Gallo Garcia
(Examinadora externa - Concordia University)

Prof^a. Dr^a. Diana Helene Ramos
(Examinadora externa - FAU|UFAL)

Prof^a. Dr^a. Paula Freire Santoro
(Examinadora externa - FAU|USP)

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Rocha, Maria Cecília Pereira da
Tecitura de territórios na periferia brasileira:
territorialização de práticas coletivas por mulheres
costureiras / Maria Cecília Pereira da Rocha. -- 2024.
134 f.
Orientador: Eber Pires Marzulo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa
de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. planejamento urbano. 2. cooperativa de mulheres.
3. mulheres da periferia. 4. corpo-território. 5.
territorialização . I. Marzulo, Eber Pires, orient.
II. Título.

[agradecimentos]

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil) e ao PROPUR/UFRGS pela oportunidade de cursar o mestrado em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como bolsista. Também ao PROPUR, pelo apoio e oportunidade de participação e crescimento pessoal e profissional nesse trajeto. Ao corpo docente, pelos aprendizados, pelas conversas de igual para igual, pelo interesse na educação; ao corpo técnico por fazerem a Pós-Graduação acontecer todos os dias; aos colegas discentes pela oportunidade de, na vida adulta, ainda ter o companheirismo de se ver rodeado de pessoas dividindo um comum.

Ao GPIT, esse espaço híbrido-físico-cibernético-acadêmico-político-afetivo onde discutimos temas tão diversos a partir de tantos pontos de vistas, de tantas experiências. Lembro quando li o prefácio que o prof. Eber escreveu para o livro Transformações Comunitárias Participativas no qual ele descrevia o grupo como interdisciplinar e indisciplinado. Foi quando eu entendi o que eu estava fazendo ali. Sendo interdisciplinar e indisciplinada, entre iguais tão diferentes. Obrigada! Aproveito para agradecer ao prof. Dr. Eber Pires Marzulo, meu orientador, pelas tantas oportunidades, pelas conversas aleatórias, pelas orientações — principalmente as feitas na rua, em movimento — e também pela paciência, confiança e liberdade no processo. Agradeço mais ainda pela vontade genuína de aprender também!

Às profs. Dras. Daniele Caron, Paula Santoro, Diane Helene, e Carolina Garcia, pelas contribuições atentas e carinhosas, em banca de qualificação e/ou defesa, nas disciplinas, em reuniões, encontros e demais trocas valiosas.

À Universidade Federal de Santa Maria, meu lugar seguro desde que nasci, de onde tantas vezes pude sair e voltar para pintar, bordar, nadar, caminhar, viajar, aprender, construir, gritar, dançar, plantar, falar. Onde tenho minhas primeiras lembranças e as mais marcantes. Onde conheci muitas de minhas grandes amigas, onde me conheci também, tantas vezes.

Às minhas grandes amigas e amigos por tudo que dividimos, por tudo que ainda hoje damos um jeito de dividir. Por termos crescido, dançado, morado, brincado,

cozinhado, madrugada juntas e juntos. Amo tanto vocês! Não posso falar de cada um, mas nesse momento não posso deixar de dizer: obrigada, Dudu, por todos os cafezinhos, por todos os (muitos) quilômetros caminhados, todos os livros e discos compartilhados, por fazer eu me sentir bem acompanhada e bem-vinda nessa trajetória bizarra que vem sendo viver e querer ser-saber quem se é; obrigada Júlia, por estar comigo nessa aventura desde quando desenhávamos, antes de aprendermos a escrever, e também agora que tentamos escrever enquanto (re)aprendemos a desenhar.

Aos meus pais faltam palavras suficientes para agradecer pelo estímulo e criatividade sem fim para todo tipo de coisa, então cito Valter Hugo Mãe: “a minha infância ficaria marcada por essa impressão digna de alguém me escutar por tanto tempo, de alguém querer instigar minha curiosidade e se alegrar com a minha imaginação”¹. À Nilda, por todos os gibis lidos tantas e tantas vezes, pela tranquilidade imensa, por querer estar perto. Ao meu pai, pelo apoio infinito e incondicional, sempre, sempre. À minha mãe, pelos nossos castelos de areia, e por ter, na época que eu começava a andar sozinha pelo centro de Santa Maria, desenhado um mapa das principais ruas para mim — segundo ela, para que eu pudesse me perder, e conseguisse me encontrar (deu certo) —, mas, sobretudo, por enfrentar comigo a contínua aventura de desenhar novos e diferentes mapas para nós.

À Rafa, por querer fazer casa e ser casa comigo e nossos gatinhos todos os dias, com tanto carinho, escuta, curiosidade, parceria, e flores brotando. Pitu, pelos abraços; Lilo, pela companhia em todos os momentos; Tuco, por chegar para nos arrancar risadas nos dias mais difíceis. Aos meus outros tantos companheiros de quatro (e três) patas, por me amarem e permitirem que eu os amasse livre e infinitamente.

Às trabalhadoras da Univens, Justa Trama, Justa Troca, e demais mulheres trabalhadoras da Economia Solidária e professoras da Escolinha Nova Geração, por dividirem suas histórias comigo, por escolherem dedicar tempo a essa construção coletiva de futuro, por acreditarem nas possibilidades e construírem alternativas, dia-a-dia, em coletividade e solidariedade. Obrigada!

¹ Valter Hugo Mãe, *As mais belas coisas do mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2019.

RESUMO

Essa dissertação busca investigar de que maneira mulheres de periferia que se organizam coletivamente para geração de renda subvertem as práticas de trabalho consideradas femininas e criam, assim, ferramentas de emancipação feminina e de luta comunitária que impactam seus territórios quando em bairros brasileiros social e geograficamente periféricos; bem como de que maneira esses territórios influenciam na vida e nas práticas de trabalho dessas mulheres. Considera-se, aqui, gênero e territorialidade como marcadores sociais da diferença que impactam fortemente a maneira que as cidades são acessadas. A fundamentação teórica parte do conceito de território usado de Milton Santos; considerando as contribuições de Eber Marzulo para discutir o espaço dos pobres enquanto território, e de Rogério Haesbaert para discutir identidade e territorialização; utiliza as ideias-força de Verônica Gago de extrativismo ampliado e corpo-território para situar as novas formas de exploração capitalista-patriarcal dos corpos femininos do Sul Global; para discutir as finanças enquanto território, Luci Cavallero e Gago fundamentam a discussão sobre economia feminista, e Luciana do Lago e Paul Singer são as principais referências para discutir economias populares e economia solidária. A partir de um pensamento feminista situado e contra-colonial que demandou uma perspectiva localizada e parcial, o método da pesquisa é estruturado por Verônica Gago, Rita Segato, Ochy Curiel, Donna Haraway, e Antonio Bispo dos Santos. A pesquisa envolveu um estudo de caso de experiência territorializada de organização do trabalho feminino coletivo, e se organizou principalmente através de conversas-entrevistas que foram o fio que teceu a trama e orientou o processo, fazendo das trabalhadoras entrevistadas sujeitos ativos da pesquisa. O caso investigado é de uma cooperativa de costureiras localizada na Vila Nossa Senhora Aparecida, no Bairro Sarandi, Zona Norte de Porto Alegre, fundada em 1996 em um contexto de Orçamento Participativo e que hoje possui diversos desdobramentos em escala local e nacional.

Palavras-chave: cooperativa de mulheres; mulheres da periferia; corpo-território; territorialização; planejamento urbano.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate how women from the periphery that collectively organize themselves to generate income subvert 'feminine' work practices and thus create tools for female emancipation and community struggles that impact their territories when in social and geographic peripheral neighborhoods in Brazil; as well as how these territories influence on these women's lives and work practices. Gender and territoriality are considered here as social markers of difference that strongly impact the way cities are accessed. The theoretical foundation is based on Milton Santos' concept of used territory; considering the contributions of Eber Marzulo to discuss the space of the poor as territory, and of Rogério Haesbaert to discuss identity and territorialization; uses Verônica Gago's ideas-force of expanded extractivism and body-territory to situate the new forms of capitalist-patriarchal exploitation of female bodies in the Global South; to discuss finance as a territory, Luci Cavallero and Gago base the discussion on feminist economics, and Luciana do Lago and Paul Singer are the main references to discuss popular economies and solidarity economy. Based on a situated and counter-colonial feminist thinking that demanded a localized and partial perspective, the research method is structured by Verônica Gago, Rita Segato, Ochy Curiel, Donna Haraway, and Antonio Bispo dos Santos. The research involved a case study of a territorialized experience of collective female work organization, and was organized mainly through conversations-interviews that were the thread that wove the plot and guided the research, making the workers interviewed active subjects of the same. was based mainly on conversation-interviews, which were the thread that weaves the weave and guided the process, making the interviewed workers active subjects of the research. The case investigated is a seamstress cooperative located in Vila Nossa Senhora Aparecida, in the Sarandi neighborhood, North Zone of Porto Alegre. The cooperative was founded in 1996 in a context of Participatory Budgeting and today has several developments on a local and national scale.

Key-words: women's cooperative; women from periphery; body-territory; territorialization; urban planning.

RESUMEN

Esta disertación busca investigar cómo mujeres de la periferia que se organizan colectivamente para generar ingresos subvierten prácticas laborales consideradas femeninas, creando así herramientas de emancipación femenina y lucha comunitaria que impactan sus territorios cuando están ubicados en barrios brasileños social y geográficamente periféricos; y también cómo estos territorios influyen en las vidas y prácticas laborales de estas mujeres. Aquí, el género y la territorialidad se consideran marcadores sociales de diferencia que impactan fuertemente la forma en que se accede a las ciudades. La fundamentación teórica se basa en el concepto de territorio usado de Milton Santos; considerando los aportes de Eber Marzulo para discutir el espacio de los pobres como territorio, y de Rogério Haesbaert para discutir identidad y territorialización; utiliza las ideas-fuerza de Verônica Gago sobre el extractivismo ampliado y el cuerpo-territorio para situar nuevas formas de explotación capitalista-patriarcal de los cuerpos femeninos en el Sur Global; para discutir las finanzas como territorio, Luci Cavallero y Gago apoyan la discusión sobre economía feminista, y Luciana do Lago y Paul Singer son los principales referentes para discutir economías populares y economía solidaria. A partir de un pensamiento feminista situado y contracolonial que exigió una perspectiva localizada y parcial, el método de investigación es estructurado por Verônica Gago, Rita Segato, Ochy Curiel, Donna Haraway y Antonio Bispo dos Santos. La investigación abordó un estudio de caso de una experiencia territorializada de organización del trabajo colectivo femenino, y se organizó principalmente a través de conversaciones-entrevistas que fueron el hilo conductor que tejió la trama y guió el proceso, convirtiendo a las trabajadoras entrevistadas en sujetos activos de la investigación. El caso investigado es el de una cooperativa de costureras ubicada en Vila Nossa Senhora Aparecida, en Bairro Sarandi, Zona Norte de Porto Alegre,. La cooperativa, fundada en 1996 en un contexto de Presupuesto Participativo y que hoy cuenta con varios desarrollos a escala local y nacional.

Palabras-clave: cooperativa de mujeres; mujeres de la periferia; cuerpo-territorio; territorialización; planificación urbana.

*À revelia do mundo, eu as convoco a
viver apesar de tudo. Na radicalidade
do impossível. Aqui, onde todas as
portas estão fechadas, e por isso
mesmo somos levadas a conhecer o
mapa das brechas.*

(Jota Mombaça, 2021)

[sumário]

[manifesto] 10

vivas e livres nos queremos, e assim queremos nossas cidades!

1 [introdução] 12

começo-meio-começo

2 [discussão teórica] 22

território: afirmando um corpo(-mulher) na América Latina

2.1 O espaço dos pobres como território 26

2.2 O corpo como território 32

2.3 As finanças como território 40

3 [pesquisa] 48

os dados são quadrados, tem seus lados com seus pontos

3.1 [sobre o método]

O que quer, o que pode essa língua? 49

3.2 [a pesquisa]

Aprendendo junto: costurando renda, agroecologia, educação e solidariedade 58

3.3 [amarração da pesquisa]

Elas não vão parar! 111

4 [discussão e considerações finais] 115

um trabalho de costura

[referências] 129

referências bibliográficas

[manifesto]

VIVAS E LIVRES NOS QUEREMOS, E ASSIM QUEREMOS NOSSAS CIDADES!²

Entre contagem de corpos e controle de corpos vemos uma linha tênue: a do corpo vivo. O que é um corpo vivo? Quem o possui? Quantos feminicídios ocorrem entre cada ação pró-libertação feminina que fazemos? A quem é assegurado o direito ao próprio corpo? Que relação podemos tecer entre corpo e território? As recentes movimentações em direção às respostas sobre o assassinato de Marielle Franco e Anderson³ colocam num primeiro plano o quanto a vida das mulheres, dos corpos feminizados e das populações racializadas são tratadas como objetos passíveis de descarte quando se tornam empecilhos ao avanço do capital financeiro e imobiliário.

Aí está uma relação traçada entre corpo e território. Quantas mulheres foram mortas defendendo seus territórios? Quantas mais serão?

As discussões em torno da legalização do aborto e todos os absurdos propostos para criminalização de abortos feitos em certas condições mesmo em casos de estupro também dão o panorama sobre o que tem valor e o que não tem. A vida das mulheres, meninas e demais pessoas que menstruam não é valorizada, é objeto, é alvo. Como essas pessoas acessam as cidades, trabalham e vivem?

² Referência ao grito de guerra entoado pelas companheiras feministas argentinas: “vivas, livres e sem dívidas nos queremos!” que pauta o feminicídio, as lutas pela legalização do aborto, e tece crítica ao processo de endividamento das mulheres consequente da crescente financeirização das classes populares.

³ <https://www.intercept.com.br/2024/03/24/marielle-foi-morta-para-que-brazao-conseguisse-aprovar-pl-de-grilagem-de-terras-na-zona-oeste-do-rio/>

Que outras economias são possíveis nesses territórios considerados carregados de acumulações negativas? E outras territorialidades? Como a divisão sexual do trabalho opera nesses territórios? De que maneira diferentes vozes ecoam essas discussões?

O que queremos quando falamos de Planejamento Urbano e Regional nesse contexto? Onde a Porto Alegre do Orçamento Participativo encontra a Porto Alegre da enchente de maio de 2024? Como ‘fazemos ciência’ com isso? Ciência, nesse caso, pode ser também de ter ciência. Como ter ciência da distância entre essas duas Porto Alegres e continuar a desejar na Ciência?

Como isso diz de nossos corpos, nossos territórios, os que perdemos, os que não mais reconhecemos, nessa disputa pela vida, pelo direito de viver nas cidades?

Vimos aqui em Porto Alegre nos últimos meses o surgimento de muitas ocupações por/para moradia popular no centro da cidade. Em meio a um cenário de destruição e tristeza o povo mostrando sua força e sua organização, frente a um Estado negligente, omissivo, colonialista, parasita. Nos cansamos de nos decepcionar com o descaso em diversos setores que fazem parte da gestão de uma cidade. Do transporte à moradia, da saúde à educação. São escândalos em série. Em um domingo frio e de chuva uma nova ocupação sendo desmobilizada pelas forças da polícia e seus ocupantes criminalizados. A ocupação Sarah Domingues⁴.

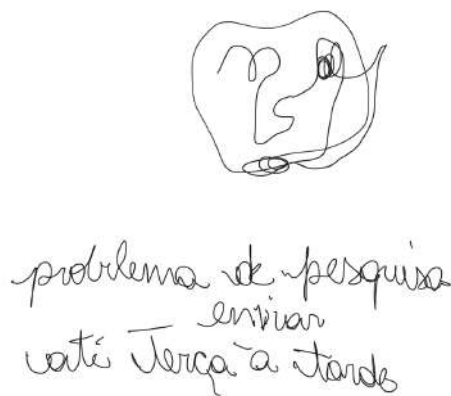
Vivas e livres nos queremos. Nenhuma a menos!

⁴ Sarah Domingues, 28 anos, aluna da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e militante da da União Juventude Rebelião (UJR), que no dia 23/01/2024 foi morta a tiros (por engano, segundo a Polícia Civil) em frente a um supermercado na Ilha das Flores, em Porto Alegre, quando realizava pesquisa para seu TCC que investigava os efeitos das enchentes de 2023 na cidade.
<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/25/assassinato-da-estudante-sarah-domingues-causa-comocao-e-pedido-por-justica-em-porto-alegre>

1 [introdução]

COMEÇO-MEIO-COMEÇO

Figura 1 - Desenho: “problema de pesquisa”



Desenho e anotação em bloco de notas.

Fonte: arquivo pessoal. 2022.

Coração de estudante

Há que se cuidar da vida

Há que se cuidar do mundo

Tomar conta da amizade

Alegria e muito sonho

Espalhados no caminho

Verdes planta e sentimento

Folhas, coração, juventude e fé

(Milton Nascimento, Coração de estudante)

Começo essa escrita pensando na importância de situá-la no tempo, no espaço, no corpo. Essa dissertação é fruto de um curso de mestrado que se iniciou na metade de 2022, no retorno às atividades acadêmicas presenciais que haviam sido interrompidas devido à pandemia de COVID-19; já a escrita (literal) da dissertação começou em fevereiro de 2024, e passou por diversos ritorneios (MARTINS, 2021, p. 30) ao longo da sua materialização, não sendo esse primeiro parágrafo o ponto de partida, mas também não sendo a escrita dessa introdução o passo final. Aqui, nesse instante em que escrevo, já vejo com certa clareza ‘onde’ quero chegar; depois de muitos redemoinhos espiralados (ibid., p. 42) de experiências, estudos, pesquisa, as ideias vão se assentando, se dispondo, de modo que hoje pareça possível introduzir esse texto.

A pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional em que estou matriculada e onde realizei o percurso do mestrado acadêmico se localiza na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS), em Porto Alegre. Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul e cidade do Orçamento Participativo (iniciado em 1989 e supostamente vigente até hoje) que foi referência a

nível global devido às suas realizações e seu caráter democrático, mas que vem sendo atordoada por uma espiral de ilusões⁵ que são fruto da parasitária união entre neoliberalismo e extrema direita em ascensão, que expropria recursos e forças em todas as escalas possíveis.

Saí de Santa Maria, onde morei boa parte da minha vida até então e onde cursei a em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Maria para morar em Porto Alegre em 2022 com a ideia de pesquisar os comércios informais de rua do Centro Histórico da capital do estado, e após realizar um Trabalho Final de Graduação (UFSM/2019) que propunha espaços públicos para mulheres se manifestarem no centro de Santa Maria, o qual surgiu do desejo de que existisse um espaço onde os corpos femininos e dissidentes pudessem estar, falar, viver. O começo do TFG foi marcado pelo assassinato de Marielle Franco, e o final do mesmo foi marcado pelo assassinato de Verônica, mulher trans que residia em Santa Maria, onde era conhecida como Mãe Loira e onde realizava um potente trabalho de acolhimento da população trans da cidade. A decisão do tema do TFG foi uma consequência do processo político que vivenciamos no Brasil: do golpe de 2016; das ocupações nas Universidades públicas, das quais participei; da minha participação em um grupo de mulheres que dançava e se manifestava nos espaços públicos da cidade de Santa Maria; do trágico resultado eleitoral presidencial de 2018 que colocou Jair Bolsonaro, político de extrema-direita declaradamente homofóbico, racista e misógino; das minhas vivências enquanto mulher branca estudante e dissidente de sexualidade; e, sobretudo, do emaranhado disso tudo.

A decisão do tema do Anteprojeto de Pesquisa para o processo seletivo de ingresso no mestrado foi consequência das acumulações anteriores adicionadas à pandemia, que tanto nos afastou da possibilidade de ser *corpo coletivo*, da vontade de falar de pessoas e de falar *com* pessoas, da convicção da pluralidade e potencialidade que as ruas tem. Contudo, ao longo do processo, pareceu mais potente falar de trabalhos que fogem da lógica da exploração capitalista e se organizam de outra forma, tecendo possibilidades para além de si mesmas em

⁵ referência à música “Espirais de Ilusão” do artista Criolo, que falando de um coração partido canta: “Como você dorme com isso? Como você dorme tranquilo? Me magoou, me destruiu, me desandou (...)”. É difícil a tarefa de pensar o urbano, porque o pensamento crítico nos acompanha nas atividades diárias, e vivenciar a(s) cidade(s) ser cada vez mais consumida pelos projetos anti-democráticos e anti-povo nos desanda e abala incessantemente.

territórios mais distantes da centralidade, onde o Estado muitas vezes é completamente ausente por intenção própria.

Sair do centro implica um deslocamento que não é só geográfico. Implica ampliar o horizonte e o alcance do próprio corpo, tirar o corpo da centralidade sem deixar de ser corpo-presente, nessa cidade que estou conhecendo, com paisagens que parecem comuns e territórios que são estranhos para mim, e onde sou corpo-estranho, corpo de fora. “Vislumbro certas coisas de onde estou”⁶, e a partir delas circunscrevo esse texto.

Começo-meio-começo faz referência a Nego Bispo (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 30), que nos deixou em 2023, mas deixou também um trabalho *por vir*, de outros devires a serem re-constituídos e re-conhecidos por nós que estamos inseridos e dominados pelo mundo hegemônico e binarista que nos rodeia. Nego Bispo conta de uma outra temporalidade, de uma outra relação com o tempo, relação essa que muitos povos originários do Brasil tem e lutam para manter viva nesse mundo patriarcal-colonial-capitalista que vivemos. Dessa maneira, o ato de propor outros mundos através do trabalho, e a escrita acadêmica que tenta sair do molde rígido branco-masculino-moderno, demanda esse outro tempo, essa outra relação entre as partes de um todo, uma criação não linear de pensamento e conhecimento.

Poder e querer estar sempre fazendo, sempre tecendo, dando importância ao que veio antes da pesquisa, e sabendo que conhecimentos importantes para a pesquisa virão após o seu término formal. Ser corpo que pesquisa constantemente, como uma prática de vida.

Complexo, poroso, investido de múltiplos sentidos e disposições, esse corpo, física, expressiva e perceptivelmente, é lugar e ambiente de inscrição de grafias do conhecimento, dispositivo e condutor, portal e teia de memória e de idiomas performáticos, emoldurados por uma engenhosa sintaxe de composições. (MARTINS, 2021, p. 79)

A modernidade ocidental capitalista configurou a maioria dos aspectos estruturantes da nossa sociedade de maneira dicotômica, inclusive nessa divisão os espaços privados e os públicos, bem como a ideia de feminino e masculino, que

⁶ Da letra de “Nu com a minha música”, de Caetano Veloso, a mesma que diz: “Vejo uma trilha clara pro meu Brasil, apesar da dor”.

tem forte relação com os primeiros: historicamente as atividades delegadas ao “sexo feminino” foram se tornando de caráter cada vez mais privado e individual, em oposição as atividades consideradas masculinas. A divisão sexual do trabalho toma forma na modernidade-colonialidade e desvaloriza as atividades que foram consideradas não-produtivas, hoje frequentemente denominadas de reprodutivas, justamente por serem essenciais à manutenção da vida e do ‘ordenamento social’.

É importante pontuar que, na atualidade, o capital tomou outras formas, mais dinâmicas, e cada vez mais agenciadas por um Estado cada vez mais reduzido. Essas atualizações do capital, assim como a redução dos papéis do Estado, colaboram para mais uma dicotomia da atual urbanidade: a oposição entre cidade formal e cidade informal, que se consolidam no que Raquel Rolnik (2019) denomina de paisagens para a renda e paisagens para a vida, respectivamente.

Apesar da separação dessas paisagens, os moradores de periferias populares, por dependerem da venda da sua força de trabalho, acabam por circular pelos espaços públicos da cidade formal. É intensificado, assim, o impacto que as questões de gênero e localidade, bem como outros marcadores sociais como raça e classe, tem no acesso das pessoas a trabalhos remunerados e à cidade como um todo.

Considero importante, portanto, articular a discussão trabalho-gênero-território através de um viés feminista da relação das mulheres com os espaços urbanos e espaços domésticos. A relação das mulheres com a cidade tem muitas implicações na relação das mulheres com o trabalho: onde ele ocorre, quando e porquê são aspectos do trabalho realizado por mulheres que se relaciona fortemente com questões de fundo da nossa sociedade. Importa também, nessa dissertação, pensar o acesso ao trabalho remunerado como uma forma de emancipação feminina, sobretudo das mulheres de periferias populares, que são as maiores reféns dos obstáculos impostos às classes econômicas menos favorecidas e menos atendidas pelos serviços e infraestruturas que deveriam ser de acesso universal nas cidades. A relação das mulheres com os territórios onde vivem e percorrem retrata, inclusive, aspectos da maneira como esses territórios se abrem ou se fecham para crianças, idosos e pessoas com deficiência, dos quais a maioria dos responsáveis e/ou cuidadoras são mulheres.

Territórios de periferia popular enquanto áreas de ausência intencional do Estado (DAS; POOLE, 2008, p. 21-24), produziram e produzem outras formas de habitar, ocupar e se deslocar, desempenhando relações entre essas ações e a cidade formal que não correspondem aos métodos recorrentes e autorizados na mesma. “Entretanto, é nestas paisagens desatendidas pelo Estado neoliberal que se formulam práticas de resistência que incidem de modos diversos no espaço urbano” (CARON; TAVARES; MARINHO, 2022, p. 65).

A relação dos moradores de periferias populares com seus locais de trabalho envolve geralmente a relação desses trabalhadores com os espaços públicos, mesmo que nos deslocamentos para desempenhar trabalhos realizados nos espaços privados. E a dicotomia entre espaços privados e públicos se relaciona diretamente com a noção de “feminino” e “masculino” imposta sistemicamente na sociedade moderna ocidental. Historicamente, a partir da modernidade/colonialidade, as tarefas destinadas ao feminino foram, aos poucos, se tornando domésticas, privadas, individualizadas e desvalorizadas. Enquanto as masculinas foram se tornando públicas, valorizadas e disputadas. No caso das mulheres pobres, as atividades remuneradas frequentemente envolviam e ainda envolvem trabalhos domésticos, mas que dependem do seu deslocamento para fora do seu território, como no caso das lavadeiras, cozinheiras, faxineiras e cuidadoras. Algumas dessas atividades, como a das lavadeiras, fazem parte dos trabalhos que eram desempenhados de maneira coletiva e foram sendo levadas para o interior do ambiente doméstico.

Dentro de casa a sobrecarga e a desvalorização da força de trabalho feminina também se manifestam. Entre os homens, no Brasil, o número de horas dedicadas aos afazeres domésticos ou a tarefas de cuidados de pessoas é de onze horas por semana, independente de raça ou faixa salarial. Entre as mulheres brasileiras, o número médio de horas por semana dedicadas aos mesmos afazeres é de vinte e uma horas, sendo esse número relativamente maior entre as mulheres negras do que as brancas (vinte e duas horas para as negras e vinte horas e meia para as brancas), e o número é consideravelmente maior entre as mulheres que vivem com os menores rendimentos se comparadas as que vivem com os maiores rendimentos (os 20% das mulheres com os menores rendimentos dedicam vinte e quatro horas

por semana aos afazeres domésticos e de cuidado, enquanto os 20% com os maiores rendimentos dedicam dezoito horas por semana a esses afazeres) (IBGE, 2021). Esses dados demonstram que as sobreposições de marcadores — no caso gênero, classe e raça —, se relacionam desde a fundação que nos estrutura socialmente, salientando a importância de se compreender a relação das mulheres com o trabalho no Brasil e suas implicações territoriais.

Um ponto comum entre a violência de gênero que acontece nos espaços públicos, atrapalhando os deslocamentos e, portanto, a realização de atividades fora do ambiente doméstico por parte das mulheres; a desvalorização da força de trabalho feminina; e a sobrecarga doméstica das mulheres, inclusive dentro das próprias casas é a exploração e violação dos corpos femininos e feminizados. Assim, a maneira que as mulheres ocupam ou não os espaços diz sempre dessa relação que é de uma sobreposição de fatores espacializados, afetando suas práticas cotidianas de deslocamento, lazer, educação, trabalho. Ainda, quanto mais subalternizadas, mais impactadas por essas implicações corpóreas e territoriais de desvalorização, extração e cercamento. É nesse entrelaçamento trabalho-gênero-território que se situa essa dissertação.

No capítulo 2, denominado *Território: afirmando um corpo(-mulher) na América Latina*, se dá a discussão teórica dessa dissertação, a qual busca articular a tríade trabalho-território-gênero a partir da compreensão de que mulheres acessam a cidade e o trabalho de maneira diferenciada dos homens, e também que as mesmas são a maioria das responsáveis pelo trabalho reprodutivo e de cuidado, seja ele remunerado ou não. Existe uma outra volta no parafuso (PRECIADO, 2020, p. 51) da sociedade moderna/colonial que enreda as formas de exploração e espoliação de terras e recursos naturais em territórios subordinados à exploração dos corpos femininos e feminizados, afinal “guerra só é guerra quando travada no corpo feminino” (EPALANGA, 2023, p. 115). A divisão sexual do trabalho é percebida em diversas culturas, contudo essa estrutura de desvalorização dos trabalhos delegados às mulheres, intrincada à exploração dos territórios e seus recursos naturais é herança colonial que se atualiza e reconfigura a medida que o capitalismo toma novas formas e dimensões, físicas e simbólicas. Nessa configuração, o apagamento dos trabalhos de cuidado e de manutenção, bem

como a vida cada vez mais individualizada, são pontos-chave para alimentar esse sistema.

Dentre as atualizações constantes do sistema moderno-colonial-capitalista, a financeirização das classes populares é uma grande influenciadora da nossa realidade atual. Da perda da noção de classe, ao endividamento das classes populares, sobretudo das mulheres pobres, a financeirização aprofunda as dinâmicas de subserviência ao capital. Em contra-partida, as organizações e os movimentos de mulheres em todo o mundo, mas sobretudo na América Latina, trazem as panelas às ruas (CAVALLERO; GAGO, 2021) para coletivizar as experiências, as tarefas e a luta. Também nesse sentido, os processos participativos e/ou cooperativados, quando embasados na ideia de solidariedade e coletividade, nos mostram outras possibilidades de geração de renda e geração de valor do que as possibilidades que são apresentadas pelo sistema como única alternativa viável. Com essas e esses temos muito a aprender.

O capítulo teórico, primeiramente, situa a discussão de território a partir de Milton Santos, Rogério Haesbaert e Verônica Gago, já tratando de território e territorialidade no Sul Global, mais especificamente na América Latina, e considerando as dinâmicas globais e locais que disputam os processos de territorialização. Na sequência, o item 2.1, denominado *Espaço dos pobres como território*, discute os processos de territorialização das classes populares, como isso cria efeitos de identificação e des-identificação, e como isso situa esses “corpos periféricos” no espaço urbano; o item 2.2, denominado *O corpo como território*, a partir da ideia-força de corpo-território, considera as diferenças que os corpos femininos e feminizados enfrentam, desde violência de gênero propriamente dita, a sobrecarga de trabalho das mulheres por serem as responsáveis pelo trabalho reprodutivo e de cuidado; o item 2.3, denominado *As finanças como território*, discute como as finanças são vistas como lugar de extração de valor para concentração cada vez maior de capital financeiro na mão de grandes empresas globais, sobretudo a partir da exploração e do endividamento das mulheres e das classes populares. Discute também a Economia Solidária como prática territorializada das economias populares que possibilita outras alternativas, bem como alguns aspectos que a diferem de empreendedorismo social.

No capítulo posterior (3), denominado *Os dados são quadrados, tem seus lados com seus pontos*, a pesquisa se desenvolve a partir do delineamento de uma metodologia feminista e situada, que traz as cooperadas como sujeitos da pesquisa, e não objetos. Dessa maneira, pretende-se romper com a reprodução dos saberes privilegiados masculinos brancos enquanto verdades universais, e com o uso dos saberes localizados nas margens de maneira exploratória.

Com a intenção de que as trabalhadoras e cooperadas sejam sujeitos da pesquisa, boa parte do trabalho de campo se deu através de entrevistas abertas com as mesmas. A partir de um conjunto de informações que se buscava encontrar para responder à questão de pesquisa, e também das direções indicadas pela fundamentação teórica, foram guiadas as conversas, sempre com a liberdade das entrevistadas compartilharem mais ou menos sobre cada assunto.

Além das entrevistas com as cooperadas, houve um processo de conhecer o território através dos trajetos feitos de ônibus e a pé na região da Vila Nossa Senhora Aparecida para chegar até a cooperativa e locais de outras atividades presenciadas. Também aconteceram conversas com trabalhadoras da Escola de Educação Infantil Nova Geração, do Posto de Saúde local, e coordenadora e parceiras da Unisol/RS. Além disso foram feitas fotografias do dia-a-dia de trabalho das cooperadas e em alguns eventos dos quais participam e/ou coordenam.

O capítulo da pesquisa se divide em três itens.

O primeiro (3.1), *O que quer, o que pode essa língua?*⁷, faz uma discussão teórica de método, articulando autores que, em conjunto, permitem abordar o problema de pesquisa levantado. O título faz referência a música *Língua*, de Caetano Veloso, de interpretação mais conhecida feita pelo compositor com Elza Soares, e é uma metáfora para a linguagem como prática metodológica, visto que acredito (assim como alguns dos autores que baseiam o delineamento metodológico dessa pesquisa) que as palavras que escolhemos para discorrer sobre um assunto, bem como a maneira que escolhemos para aprender sobre um assunto ou uma experiência, são determinantes do que está sendo construído sobre os mesmos.

⁷ O título faz referência a música *Língua*, de Caetano Veloso, de interpretação mais conhecida feita pelo autor com Elza Soares, e é uma metáfora para a linguagem como prática metodológica.

Os principais autores para essa discussão de método são Becker, Bispo dos Santos, Curiel, Gago, Haraway, Martins e Segato. Assim, estrutura-se o método de pesquisa que tem caráter aberto e situado, ou seja, considera os atravessamentos do trabalho de campo como estruturantes para a organização da pesquisa. Além disso, na intenção de uma metodologia feminista situada é importante fugir das repetições de opressões e explorações tão comuns nos ambientes acadêmicos. Isso será devidamente abordado no sub-capítulo em questão.

O segundo sub-capítulo da pesquisa (3.2) trata do caso de estudos em si, denominado *Aprendendo junto: costurando renda, agroecologia, educação e solidariedade* apresenta e organiza o trabalho de campo que foi composto de conversas com as cooperadas da Univens e funcionárias da Central Cooperativa Justa Trama e do Banco Comunitário Justa Troca, nas quais foram realizadas entrevistas semi-abertas; caminhadas na região da Vila Nossa Senhora Aparecida; observação nos trajetos feitos de ônibus para chegar até a cooperativa, e de volta para casa ou para o centro da cidade. Também aconteceram conversas com mulheres e instituições parceiras da cooperativa; foram feitas fotografias do dia-a-dia e espaço de trabalho das cooperadas, de atividades efetuadas na comunidade, e em eventos e feiras em outras regiões da cidade da qual a cooperativa fez parte.

O primeiro item desse sub-capítulo (3.2.1), *É muito pano pra manga: as trabalhadoras (da Univens e mais)*, onde vou discorrer sobre a Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos, um pouco da sua trajetória e sua configuração atual, tecendo relações entre discussão feita na revisão bibliográfica e a cooperativa, a partir, sobretudo, das falas das cooperadas.

Em (3.2.2) *Redes que se tecem a partir dos encontros entre trabalho cooperado e agroecologia: a Justa Trama* será abordada a Central Cooperativa Justa Trama, seu surgimento através do Fórum Social Mundial e de uma articulação de escala nacional, sua relação com a agroecologia e a importância de investimentos e políticas de fomento a esse tipo de iniciativa. Também é importante discutir os desafios que a Justa Trama enfrenta atualmente, e como a sua estrutura circular demanda um certo trabalho reprodutivo.

Na terceira parte (3.2.3), *Rompendo o cerco, de mãe pra mãe: a Escola de Educação Infantil Nova Geração*, será discutida a importância da coletivização do

acesso ao trabalho para as mulheres mães e avós da comunidade através da criação de uma escola de educação infantil, com destaque à consciência que as cooperadas da Univens tem sobre a importância de garantir esse direito com as outras mulheres da comunidade, e não apenas com as da cooperativa.

Por último (3.2.4), em *Uma outra economia ou uma economia de outras: o Banco Comunitário Justa Troca*, para tratar das tantas atuações que são feitas pelo banco, com forte apoio da Cooperativa Univens, que dão assistência e amparo a muitas famílias da vila sob diversas abordagens, fortemente ancoradas na Economia Solidária. Em *Elas não vão parar!* (3.3) fecho o capítulo da pesquisa.

No capítulo 4, intitulado *Um trabalho de costura*, discuto a pesquisa em relação à fundamentação teórica, apontando as considerações finais do trabalho e uma agenda de continuidade para o tema e questões abordadas. Nesse capítulo reforço a potência que o grupo estudado apresenta no processo de transformação territorial de sua comunidade, e como a sua abordagem multifacetada e com viés de gênero para os problemas da comunidade, se por um lado complexifica o trabalho, por outro, permite que ele traga transformações coletivas contínuas, com envolvimento da comunidade e um processo de formação social imprescindível que vai na contramão da espoliação e expropriação de recursos que os agentes hegemônicos impõem sobre as periferias com cada vez mais força e velocidade.

2 [discussão teórica]

TERRITÓRIO: AFIRMANDO UM CORPO(-MULHER) NA AMÉRICA LATINA

Para organizar a fundamentação e discussão teórica que baseia a pesquisa efetuada nessa dissertação, optou-se por utilizar autoras/es e conceitos que possam fazer uma boa trama teórica para costurar gênero, território e trabalho.

No intuito de compreender os efeitos territoriais do trabalho feminino em espaços de periferia, e efeitos do território periférico no trabalho e na vida das mulheres que nele habitam/trabalham, esse capítulo discutirá:

(2.1) a ideia de espaço dos pobres (MARZULO, 2005) como território, para discutir como se territorializam os espaços das classes populares hoje, como isso cria efeitos de identificação e des-identificação, e como isso situa esses “corpos periféricos” no espaço urbano;

(2.2) discutir o corpo como território a partir da ideia-força de corpo-território, levando em consideração as diferenças que os corpos femininos e feminizados enfrentam estruturalmente e na vida cotidiana, através das violências de gênero propriamente ditas, mas principalmente tratando da divisão sexual do trabalho que deixa as tarefas de reprodução da vida e os trabalhos de cuidado a cargo das mulheres, causando sobrecarga e empobrecimento feminino;

(2.3) as finanças como território, já que são um aspecto da vida das pessoas, sobretudo das mulheres e das classes populares, que são vistas como lugar de extração de valor para concentração cada vez maior de capital financeiro na mão de grandes empresas globais.

Toda essa trama teórica a ser discutida para compreender como ocorrem essas relações em território de periferia no Sul Global, mais especificamente na América Latina. Para isso, se partem de autoras/es que já tem uma bússola voltada para o Sul, inclusive por uma postura metodológica (a ser discutida no capítulo 3) que se pretende feminista, situada, e contra-colonial.

Para tal, partimos do que Veronica Gago denomina de extrativismo ampliado, um conceito no qual é possível traçar, a partir de um pensar situado feminista latino-americano, a relação que existe entre as formas de exploração que se realizam no Sul Global que se diferencia dos modos de exploração que acontecem no Norte Global. Ou seja, a exploração da força de trabalho acontece de maneiras diferentes de acordo com o gênero e a raça das pessoas em questão, sendo diferente a maneira que se exploram homens negros e mulheres negras, homens brancos e mulheres brancas, homens brancos e negros, mulheres brancas e negras, assim como é diferente a exploração de matéria-prima nos países chamados de ricos dos chamados de pobres. Há, sobretudo no Sul Global, a marca do aspecto territorial dessa exploração, e há também uma linha borrada da racialidade, da classificação etária, e dos aspectos de gênero e sexualidade, que podem ser/são usados como brecha para uma exploração ainda maior de corpos que acabam por ter maior grau de vulnerabilidade social devido a essas sobreposições de opressões.

O extrativismo ampliado, segundo Gago, é configurado por “todas as formas de espoliação e exploração (do extrativismo propriamente dito, de matérias-primas, ao extrativismo digital e financeiro) que articulam a máquina de valorização capitalista” (GAGO, 2020. p. 110). Esse extrativismo toma maior força no Sul Global porque é onde, ainda hoje, a exploração dos recursos naturais tem caráter colonial: se relaciona com forte exploração de mão-de-obra e com a violação dos corpos das mulheres; produz dívida às classes já mais exploradas; carrega de negatividade territórios populares; e produz a desmobilização e desorganização de aspectos culturais chaves dos grupos que atacam.

Nesse sentido, importa aqui investigar teoricamente essas relações entre opressões de maneira territorializada: no Sul Global, em territórios de periferia, no(s) trabalho(s) das mulheres; nas implicações dos papéis de gênero no(s) trabalho(s). Não existe maneira de explorar e espoliar que não passe pela subordinação de corpos, seja para o trabalho mal-remunerado, pela exploração reprodutiva dos corpos femininos e feminizados, pelo trabalho reprodutivo e de cuidado não pago, e pelas más condições de vida, de trabalho e de infraestrutura urbana que fazem parte desse pacote exploratório.

A investigação proposta, que resulta nessa dissertação, partiu de um olhar para território, gênero e trabalho, sobretudo para a intersecção desses três aspectos. Por isso, importa olhar para cada um deles partindo da teoria, mas sobretudo para discussões que já partem dos encontros desses marcadores, muitas vezes mediados por conflitos, como descrito brevemente a partir da ideia de extrativismo ampliado.

Diante de fluxos cada vez mais rápidos de capital, da construção e destruição cada vez mais veloz de edificações e até de cidades; ao mesmo tempo que a globalização conecta ideias e pessoas geograficamente muito distantes entre si, e distancia outras relações que possuíam caráter de proximidade, trazer a discussão para o território — mas um território que tem corpo, que tem lugar, que tem história própria — se faz primordial.

De acordo com Milton Santos (1999, p. 20-21), a adaptação cada vez maior do planejamento territorial e da política às vontades das empresas produz uma instabilidade do território que ocorre de cima para baixo, gerando ordem para as grandes empresas e desordem para todos os outros agentes e para o próprio território. Essa perspectiva situa bem o debate no caso dos países “de baixo”, onde, de acordo com Haesbaert (2020, p. 76), temos por ação característica uma leitura territorial a partir do vivido e das práticas que no território acontecem. Uma dessas leituras é a de Santos sobre o território usado (1999, p. 18-19), que fala da dimensão do cotidiano que se exerce nos espaços, só assim podendo, então, o território ser tomado como categoria de análise, diferentemente da ideia avulsa de território. Isso salienta a implicação das pessoas e das suas práticas vivenciadas nesses territórios.

A ideia-força de corpo-território (GAGO, 2020), que trata como indissociáveis entre si os corpos que ocupam um território, assim como esses corpos do território que ocupam, fala dessa escala do vivido, do “acontecer solidário” (SANTOS, 1999, p. 17), do fato de as forças que acometem um território atingirem as pessoas que nele estão, e vice-versa. Essa leitura, que vê de forma intrincada os territórios e os corpos das pessoas não é nova, mas ainda tende a parecer novidade em muitos espaços acadêmicos e formais, por ser uma leitura comumente feita a partir dos países da América Latina, sobretudo a partir de movimentos sociais e de grupos/

organizações que veem as identidades e o uso do território como ferramenta de transformação social e luta; havendo, assim, uma diferença das leituras eurocêntrica e anglo-saxônica que priorizam as propriedades jurídico-políticas do território, bem como as ações dos grupos hegemônicos (HAESBAERT, 2020, p. 76).

Essa diferença na abordagem teórica (e metodológica) que ocorre entre os países do Norte e do Sul Global faz parte de uma disputa de poder e do direito à autonomia para os países “de baixo”. Essa autonomia é implicada nos corpos das pessoas, nas disputas pelos direitos, nas relações sócio-políticas que se dão entre territórios. A categoria de análise social utilizada aqui, assim como defendia Santos, é a do território usado. “O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida” (SANTOS, 2005, p. 7): está na escala do cotidiano, onde ocorre a produção e a reprodução da vida. Produção e reprodução da vida fazem confluir território e gênero — as questões de gênero nos territórios, e a territorialidade implicada nas questões de gênero — e também território e trabalho, considerando gênero e trabalho os aspectos-chave da reprodução e produção da vida que estão inevitavelmente enredados pelas grandes contradições do nosso tempo, as quais passam pelo uso do território.

Para isso, é importante considerar as transformações que se realizam nos territórios de periferia a partir desses agentes globais; buscar alguma compreensão da relação das moradoras e moradores desses locais com essas influências externas verticalizadoras e suas implicações nas relações dessas pessoas com o território onde vivem; também é importante discutir como gênero afeta esses processos; e como as finanças e as dinâmicas econômicas se relacionam e afetam esses territórios e suas moradoras e moradores. Esses aspectos serão discutidos, respectivamente, a seguir.

2.1 O ESPAÇO DOS POBRES COMO TERRITÓRIO

“Sabia, por sua própria vivência, que na favela se concentravam a pobreza e mesmo a miséria. Percebia a estreita relação de sentido entre a favela e a senzala, mas mais se entristecia ao perceber que nos últimos tempos ali se vivia de pouco amor e muito ódio.”

Conceição Evaristo⁸

Tratar do território usado é tratar das pessoas e forças que nele vivem e atuam, o que possibilita nomear sujeitos e agentes que muitas vezes são ocultados das narrativas, seja para que se tornem invisíveis e, assim, enfraquecidos, ou para que se tornem imunes, e, assim, mais poderosos. Segundo Santos (1999, p. 8), “o território usado é o chão mais a identidade”, sendo a identidade “o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Essa identidade, de acordo com Haesbaert (2007, p. 33), se configura em relação ao passado, às memórias, à imaginação, e em relação ao nosso presente, ao entorno espacial que vivenciamos, ou seja, em relação à sua dimensão histórica e sua dimensão geográfica, respectivamente.

Ainda segundo Haesbaert (ibid., p. 34-38), esse processo de identificação cria, de alguma forma, classificações: “dentros” e “foras”, “nós” e “os outros” e acaba por ser, inevitavelmente, uma disputa de poder, fazendo com o que o território se construa “no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico”. Esse jogo, atualmente, é muito marcado pela imposição de agentes externos, globais, em espaços banais, que tem cada vez mais força para se impor nas mais diferentes realidades. Os agentes globais reforçam as ideias de verticalidade nos territórios, enquanto os espaços banais, os espaços de todos, fortalecem a horizontalidade e o acontecer solidário. Apesar de estarem em campos “opostos” dos processos de territorialização, as relações verticais e horizontais se encontram, se cruzam, se sobrepõem:

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quizá divergentes ou opostas. (SANTOS, 2005, p. 8)

⁸ EVARISTO, 2017, p. 137.

A necessidade de contrapor as redes aos espaços banais é a de nomear que existe um Mundo que exerce controle à distância através dessas redes, um Mundo que existe para favorecer o Mercado e as finanças globais em detrimento dos territórios, sobretudo os territórios populares, que tentam resistir a essa força hegemônica vertical e colonizadora. Essa união vertical tem vetores de modernização que trazem desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício” (ibid., p. 12). Daí a importância de olhar com um pouco mais de atenção para os territórios de periferia como territórios usados que atuam, simultaneamente, através das conexões horizontais e verticais, estando sob influência das forças hegemônicas abstratas que os consomem, ao mesmo tempo que resistindo a estas.

A “crise da identidade territorial por excelência do mundo moderno, a do Estado-nação” (ibid., p. 34) decorrente, em parte, desse fenômeno de globalização que se dá através da mercantilização de todos os aspectos da vida das pessoas e grupos sociais, afeta o planejamento urbano e o crescimento das cidades, dos bairros ricos aos mais pobres.

O neoliberalismo não somente questionou os Estados-nações, como na verdade estabeleceu uma aliança com seus segmentos políticos mais conservadores para limitar o acesso dos subalternos às tecnologias de produção de poder e de conhecimento. (PRECIADO, 2020, p. 38)

O aumento das desigualdades sociais através do adensamento da concentração de renda a nível global possui efeito territorial que cruza fronteiras. Os países do chamado Terceiro Mundo concentram cada vez mais desigualdades sociais e de infraestrutura urbana, havendo uma espoliação particular na América Latina (GAGO, 2020, p. 87).

Nesse contexto, é importante pontuar que os mundos locais não se opõem ao Estado em binários contrários. Por mais que se relacionem de forma assimétrica, um está enredado ao outro (DAS e POOLE, 2008, p. 37).

A dinâmica expansiva do capital necessita de múltiplos “foras”, e “a leitura de um ‘fora’ se torna a maneira de detectar como é que as resistências (em sua diferença histórica) produzem esse limite, sobre o qual depois o capital procura expandir sua

fronteira” (GAGO, 2020, p. 183). Pensando fronteira como espaço de destruição e produção de identidade (PRECIADO, 2020, p. 228), e pensando os espaços de periferia como espaços conformados por conjuntos de ausências que “são excluídos dessas mesmas identidades por essa classe de conhecimento disciplinar que os marca como ‘outros’ raciais e civilizacionais” (DAS e POOLE, 2008, p. 24, tradução nossa). Esses “outros” são formados por um número cada vez maior de grupos sociais, através da deteriorização dos espaços comuns (físicos e simbólicos) e do crescente empobrecimento da população.

A dicotomia espacial entre o lugar das elites, correspondendo às classes burguesa e a classe média, mas também do próprio conjunto dos trabalhadores assalariados estáveis, e o das classes populares, isto é, os trabalhadores precários, desempregados ou com remuneração sem direitos trabalhistas, se apresentam de forma cada vez mais contundente na metrópole. (MARZULO, 2007b, p.8)

O aumento exponencial da precarização trabalhista, dos empregos informais (DAVIS, 2006, p. 209), do *autoemprego* fazem com que se dilua a identidade de classe trabalhadora/operária, por consequência também dos processos de territorialização a partir dessa ideia de classe, dos bairros operários, e passe a haver uma territorialização a partir das classes populares. “É ao espaço onde vivem os pobres que o senso comum e senso comum científico atribuem a responsabilidade pelas condições de seus moradores” que “são tratados, por princípio, como problemas, pois vivem em um espaço problema” (MARZULO, 2007a, p. 62). Existe, assim, através de táticas parasitárias, uma produção de categorias patologizadas (DAS e POOLE, 2008, p. 26) de grupos sociais.

A modernidade tardia tem esse como um de seus efeitos, tendo uma escala espacial que transcende os marcos que teria em uma sociedade nacional. A identidade das classes populares, como outros processos de identificação, se dá por contrastes em que “o reconhecimento dos iguais socialmente implica na construção de diferenças” (MARZULO, 2007a, p. 67). Ou seja, identificação, mas também des-identificação de grupos sociais está ligada de forma muito íntima aos territórios (HAESBAERT, 2007, p. 38).

A territorialização das classes populares através de um "enraizamento socioeconômico" e não por uma identificação como classe trabalhadora cria uma relação diferente com o "espaço que assim se torna território" (MARZULO, 2007a, p. 62), e que assim se circunscreve.

Assim é que a valorização da diferença — isto é, sua inscrição no domínio ético, político e econômico do mundo como conhecemos —, em vez de abrir rotas para uma possível descolonização das subjetividades e forças de vida colonizadas, edifica o cercado da plantação cognitiva. (MOMBAÇA, 2020, p. 10)

Um aspecto fundamental de pontuar na discussão sobre a nova identidade de classe, das classes populares, é que os espaços marginais, os territórios periféricos, não são vistos da mesma forma que os territórios da classe trabalhadora operária porque, em primeiro lugar, os trabalhos desempenhados pelas pessoas que vivem à margem pertence, frequentemente, ao setor do trabalho "informal" ou "ilegal". Trabalhos "informais" e "ilegais" que são caracterizados com carga extrema de colonialismo histórico e não são vistos como trabalhos da mesma categoria do "trabalho assalariado, masculino, sindicalizado, nacional, que sistematicamente excluía o trabalho não reconhecido pelos salários (e sua ordem colonial- patriarcal)" (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 237).

Essas são as "novas imagens da conflitividade trabalhista" (ibid., p. 242) que passam inevitavelmente pelo território, onde passam as grandes contradições do nosso tempo (SANTOS, 2005, p. 11). Também há, nessas novas imagens, uma profunda feminização do trabalho (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 236) e da pobreza urbana (DAVIS, 2006, p. 207).

Conforme diminui a presença do estado nos bairros e vilas mais pobres, aumenta a carga social assumida pelas mulheres nesses mesmos lugares. Assim, evidencia-se que as mulheres são mais afetadas pelas desigualdades socioterritoriais. Se nossas cidades são desiguais, são diferentemente desiguais para homens e para mulheres. Em outras palavras: a pobreza urbana tem endereço, sexo e cor: mulheres, na maioria negras, chefes de família que moram nas periferias. (CYMBIALISTA; CARDOSO; SANTORO, 2008, p. 1)

O “padrão de ocupação do espaço pelas classes populares na metrópole brasileira na modernidade tardia” se consolida enquanto territórios que assumem “funções cada vez mais totalizantes exatamente por essa condição contemporânea” em que o “efeito de território não remete à condição de morador de favela, mas antes ao território das classes populares” (MARZULO, 2007a, p. 68).

Este território popular se constitui como elemento essencial de manutenção de baixíssimos salários, garantindo a presença e reprodução nas cidades de um ‘exército industrial de reserva’, por meio de processos contínuos de espoliação urbana. (ROLNIK, 2019, p. 27-28)

Isso se relaciona com a maneira “como opera a lógica da exceção em relação com as margens, e como entendemos o trabalho do Estado biopolítico desde a perspectiva das regiões cujas experiências não vem sendo consideradas” (DAS e POOLE, 2008, p. 26, tradução nossa), e nas quais se materializa a ideia de que “a exclusão é uma das técnicas necropolíticas mais ancestrais” (PRECIADO, 2020, p. 170).

Esses territórios cada vez mais carregados de ausências que são os das classes populares na modernidade tardia acabam por dificultarem o acesso das pessoas que neles residem à diversos serviços e direitos supostos universais. Isso faz com que individualmente, ou nuclearmente em suas famílias, essas carências tenham que ser supridas de alguma maneira. “Emerge daí, também, o problema de sobrecarga na unidade social indivíduo, na medida em que os demais referenciais sociais de cunho coletivo se diluem”. À medida em que ocorre essa sobrecarga individual, nesses indivíduos de classes populares já sobrecarregados pela precariedade trabalhista, acontece o afastamento, “por consequência, do sentimento de pertencimento à nação” (MARZULO, 2007a, p. 66).

Contudo, se existe o afastamento do Estado em relação ao suporte aos direitos básicos de sua população nas periferias, existe por outro lado, o exercício da força e do controle para de alguma forma se fazer presente nesses espaços. Isso implica, necessariamente, nas corporeidades desses grupos sociais e das pessoas que os consolidam.

Assim, se materializa a “margem como o espaço entre os corpos, a lei e a disciplina. Depois de tudo, o poder soberano exercido pelo Estado não é exercido somente sobre o território, mas também é exercido sobre os corpos” (DAS e POOLE, 2008, p. 25, tradução nossa).

Na verdade, a globalização faz também redescobrir a corporeidade. O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender. (SANTOS, 1997, p. 1)

Buscou-se, nessa seção, fazer uma breve discussão das relações que se impõem, na modernidade tardia, entre as classes populares, seus territórios, e as dinâmicas globalizadoras. Se, por um lado, discutir essas relações escapa um pouco da escala do palpável, por outro, sua dimensão territorial é extremamente corporificada. As tensões e dinâmicas que se impõem às classes populares tem relação intrínseca com as tensões e forças que atuam sobre as mulheres e corpos feminizados, experiência que também é extremamente corporificada e será discutida na seção a seguir.

2.2 O CORPO COMO TERRITÓRIO

O que conquistamos com o emprego das mulheres? É essa a emancipação que tanto queríamos? Não. (...)

E o pior é retornar à noite. O que fazer por primeiro? Dar atenção aos filhos? Arrumar a cama? Lavar roupa?

É o tempo que a mulher mais tem sonhos, e que aos poucos a rotina do dia a dia faz desaparecer, como que atrás de uma cortina de fumaça.

Nelsa Nespolo⁹

Admitir a corporeidade numa discussão teórica de um trabalho acadêmico começa por confrontar a ideia cientificista moderna de se pretender neutro e universal. Significa, antes de qualquer coisa, se reconhecer no processo. É dizer de onde se fala, com quem se fala. Isso será abordado em maior profundidade na discussão de método (3.1). Contudo, é inevitável que a discussão de gênero, engendrada à territorialidade, trate de corpo.

Como lembram diversxs outrxs autorxs, a corporeidade está profundamente implicada com as questões de raça e gênero. A ênfase das mulheres ao corpo – em especial as mulheres indígenas – se deve, em grande parte, à associação, sobrevalorizada e ao mesmo tempo restritiva, que a sociedade moderno-colonial propagou entre mulher e corpo. (HAESBAERT, 2020, p. 79)

Gênero é experiência corpórea incessante, e a sociedade colonial-moderna-branca-patriarcal na qual vivemos não permite que alguém se “desnude” de ter gênero, apenas os seres tidos como neutros, para quem o mundo é organizado.

De acordo com o padrão binário colonial-moderno, para que qualquer elemento alcance plenitude ontológica, plenitude de ser, ele deve ser expurgado de sua diferença radical e singularidade e ser “equalizado”, deve ser comensurável de acordo com uma grade de referência ou equivalência universal. (SEGATO, 2021, p. 110)

⁹ NESPOLO, 2014, p. 27.

A importância de falar a partir de mulheres e corpos feminizados se deve, em parte, porque “sabemos que homens e mulheres experienciam o território de formas diferentes, e a leitura e análise do território pode ser muito mais rica e abrangente se levar em conta a experiência feminina” (CYMBIALISTA; CARDOSO; SANTORO, 2008, p. 8). Além disso, ao tratar de território a partir da perspectiva de gênero, tratamos de território a partir de uma escala primordial, que é a do corpo.

A atenção dada pelas feministas para “o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência” (HAESBAERT, 2020, p. 76) permite que se faça uma reconceitualização territorial “a partir das mulheres, porque nós mulheres somos as que estamos subordinadas” (CARVAJAL, 2020, p. 203). Então, podemos contrariar os conjuntos de imagens e ideias que se compõem de forma conjugada a partir de diversas dicotomias: “ocidental = urbano = desenvolvido [masculino/branco/ hétero/cis]; ou não ocidental = não industrial = rural = agricultor = subdesenvolvido [feminino/racializado/não-hétero/trans]” (HELENE, et al. 2022, p. 71).

Isso significa contrariar o ideal ocidental que impõe “o universo inteiro cortado em dois e somente em dois” (PRECIADO, 2020, p. 25) que define essas categorias, as quais “são o mapa imposto pelo poder, não o território da vida” (ibid., p. 28), e entender espacialidades e processos de territorialização a partir da escala do corpo, tão gritante para as mulheres.

Espacialmente, é indubitável o confinamento (quando não enclausuramento) da mulher no seu próprio corpo (vide, em algumas culturas mais conservadoras, a interdição/invisibilização quase completa do corpo feminino) ou, o que é mais comum, no espaço doméstico ou “do lar”. (HAESBAERT, 2020, p. 79)

A modernidade teve como aspecto chave do seu funcionamento a domesticação dos trabalhos reprodutivos, aqueles afazeres executados pelos corpos feminizados, racializados. Por consequência, as mulheres, sobretudo as pobres e negras, ficam reféns no/do ambiente doméstico. “A cena doméstica e as mulheres que a habitam tornam-se sobras marginais” (SEGATO, 2021, p. 110) que acabam por estar também às margens do Estado, da esfera pública:

Privatização e marginalização do espaço doméstico também fazem parte da colonização do gênero pré-intrusão pelo gênero colonial-moderno. Os laços exclusivos entre as mulheres, que orientavam sua solidariedade e colaboração tanto nos rituais quanto no trabalho produtivo e reprodutivo, são desmantelados no processo de encapsular a domesticidade como “vida privada”. (ibid., p. 108-109)

O corpo se relaciona diretamente com os espaços que frequenta. Segundo Haesbaert, “toda identidade territorial é, obviamente, uma identidade social, nem toda identidade social (como a identidade de gênero, por exemplo) é, obrigatoriamente, uma identidade territorial” (HAESBAERT, 2007, p. 44). Contudo, mesmo não sendo uma identidade territorial, a identidade de gênero tem implicação extremamente territorializada, tanto nos aspectos que oprimem, quanto nos aspectos que as mulheres e demais corpos feminizados utilizaram e utilizam como mecanismo de resistência através dos territórios que ocupam.

A partir da modernidade, “as tarefas de reprodução da vida, antes realizadas coletivamente, passam a ser feitas de maneira solitária, a partir da divisão cis-heterossexual/racial do trabalho, dentro da unidade habitacional” (HELENE et al., 2022, p. 81), intensificando a dicotomia público-privado e distanciando essas atividades de reprodução, sistematicamente impostas às mulheres, da esfera comunitária/coletiva/política.

“Tanto o espaço público como o doméstico são espaços de poder” (CYMBIALSTA; CARDOSO; SANTORO, 2008, p. 6), e o confinamento doméstico é justamente a materialização de uma forma de exercício desse poder, sem que haja espaço para uma politização e questionamento dessas violências.

2.2.1 *Ela trabalha, sim!*¹⁰: o trabalho invisível não-remunerado das mulheres

O título faz referência a um vídeo que foi ao ar no programa Profissão Repórter, da rede Globo, em que os jornalistas acompanharam um mutirão de divórcios em Goiás. A entrevistada, que estava se divorciando do seu então marido, faz uma fala

¹⁰ vídeo referência: https://www.instagram.com/reel/Cx-dejFLHky/?utm_source=ig_embed&ig_rid=707405fd-7a6c-45b6-b165-df3a5e29f615

emblemática sobre o trabalho invisível de reprodução e cuidado que as mulheres executam diariamente.

Sistematicamente, na sociedade moderna/colonial foi destinado às mulheres as tarefas de cuidado e o trabalho reprodutivo, anteriormente chamado de improdutivo por, supostamente, não gerar capital. A “inserção das mulheres” — quais mulheres foram inseridas e quais sempre foram força de trabalho explorada e mal/não paga? — no mercado de trabalho não modificou a distribuição dos afazeres domésticos, conforme dados do IBGE (IBGE, 2021) já mencionados anteriormente (capítulo 1).

Além disso, a invisibilização dessas tarefas desvaloriza o trabalho remunerado de cuidado e o trabalho reprodutivo não-remunerado, fortalecendo relações hierárquicas patriarcais e impedindo que as mulheres sejam agentes fortalecidas e ativas em espaços de poder e representação — apesar de serem mais atentas às necessidades das pessoas, enquanto indivíduos e grupos, devido às suas responsabilidades domésticas e familiares.

Cuidar é sobre atender necessidades, e é sempre relacional, muda conforme o contexto. Contudo, “historicamente, as democracias optaram por deixar algumas pessoas de fora da vida política e delegar as tarefas de cuidado para estas” (TRONTO, 2015, p. 13, tradução nossa). Ou seja, existe um distanciamento entre quem cuida e os espaços de tomada de decisões coletivas, que influenciam efetivamente na vida dessas cuidadoras.

Quando consegue ou precisa, devido ao acúmulo de funções, sair do espaço doméstico, “a mulher leva consigo o espaço doméstico para o público, e nesse sentido é necessário exigir do público, que este lhe dê condições de participar desse espaço” (SANTORO, 2008, p. 14).

Apoio à organização e criação de associações e cooperativas de mulheres autogestionárias para a construção de habitação e/ou geração de renda devem ser incentivadas, garantindo-se o acesso ao crédito desburocratizado, pelos bancos públicos, a qualificação dos membros e o acompanhamento técnico. (CYMBIALSTA; CARDOSO; SANTORO, 2008, p. 15)

Para que as tarefas de cuidado sejam exercidas, um dos recursos primordiais é o tempo. Contudo, “tempo não está disponível para todos de forma equitativa. À medida que tempo e dinheiro se tornam mais desiguais, recursos de cuidado e o cuidado em si também se tornam mais e mais desiguais” (TRONTO, 2015, p. 25, tradução nossa).

Os atravessamentos da modernidade tardia que causam empobrecimento, precarização trabalhista, diminuição dos serviços públicos ofertados pelo Estado (GAGO, 2020, p. 161), implica diretamente no exercício das tarefas reprodutivas pelas mulheres e grupos feminizados que ficam cada vez mais sobrecarregadas. O “alargamento extensivo da jornada de trabalho no espaço doméstico e a disponibilidade permanente como recurso subjetivo primordial” (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 236) são parte das violências as quais as mulheres são submetidas e que são invisibilizadas na medida que existe essa “produção política do lar como confinamento” (GAGO, 2020, p. 41).

“O sobre-trabalho, entenda-se cuidar da casa e da família além de trabalhar, acaba por eliminar outras formas de lazer e sociabilidade, por falta de tempo e de disposição” (SANTORO, 2008, p. 8). Essa dimensão “gratuita, não reconhecida, subordinada, intermitente, e às vezes permanente” (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 236) do trabalho reprodutivo é uma das maneiras que temos atualmente de compreender componentes das formas nas quais historicamente as economias populares se organizam, mas que, indubitavelmente, são atravessadas pelo processo atual de precarização da vida em si, sobretudo para as mulheres negras das classes populares.

Em que momento efetivamente se pode parar quando, depois do trabalho, se continua trabalhando em casa e no bairro, isto é, em todos os espaços comunitários que, de fato, ampliam e transbordam o âmbito doméstico e reformulam o próprio âmbito laboral? Quando podemos parar de estar sujeitas ao que as funções sexualizadas nos impõem como tarefa sem fim? (GAGO, 2020, p. 38-39)

Vamos dar continuidade a essa dimensão da espoliação até o esgotamento dos corpos femininos e dos recursos naturais na seção a seguir.

2.2.2 Consumidas e retalhadas: mulheres endividadas e natureza explorada

A ideia-força de corpo-território bastante trabalhada por Gago coloca em primeiro plano a estrutura atual da “exploração dos territórios sob modalidades neoextrativistas e como elas reconfiguram a exploração do trabalho, mapeando as consequências geradas pela espoliação dos bens comuns na vida cotidiana” (ibid., p. 106), e como essa espoliação é necessariamente corporificada.

No nosso contexto a conceituação de território tem um eixo na questão da defesa da própria vida, transita por diversas escalas e é vinculada ao modelo herdado que é capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio, o qual é presente até hoje, ameaçando os grupos subalternos, sobretudo os povos originários. (HAESBAERT, 2020, p. 76)

Num presente pautado pelo consumo constante, muito do que se produz para que seja consumido parte da exploração indevida de recursos naturais finitos, muitas vezes desfigurando as paisagens naturais, sobretudo de locais abundantes em matérias-primas bem valoradas. Desses territórios restam retalhos, restos de sobrevivência que buscam retomar-se, rompendo esse padrão extrativista.

Nessa circunstância, as mulheres são profundamente exploradas, nossos corpos e nosso trabalho é fonte muitas vezes tratada como inesgotável, assim como os recursos naturais. Essa relação de exploração toma outras dimensões quando se trata de corpos femininos ou feminizados situados, oriundos ou descendentes do Sul Global. Desses corpos é que se demanda o trabalho reprodutivo (por muito tempo denominado de trabalho não-produtivo, por supostamente não produzir capital), esse trabalho de reprodução, de manutenção da vida, é por muitas vezes mal-remunerado ou não-remunerado. Essas tarefas, que a modernidade/colonialidade deu conta de domesticar, são facilmente invisibilizadas, fazendo com que as mulheres, no caso do Brasil, sobretudo pobres e negras, sejam muitas vezes ‘sumidas’ da reprodução social.

Na prática social e política das comunidades, nacionalidades, povos, organizações e movimentos sociais até hoje continuam sendo os homens os que têm o poder das decisões, a voz e a representação das comunidades. Isso é a expressão da patriarcalização e da

colonização das comunidades, que consideram algumas pessoas inferiores e sem os direitos e oportunidades que têm as outras. (CARVAJAL, 2020, p. 208)

Existe uma ampla dominação na América Latina de uma visão patriarcal de sociedade fortalecida pela dominação e exploração colonial; além de uma economia de caráter extrativo que tem sérias implicações na desigualdade de gênero (HAESBAERT, 2020, p. 79). “Essas violências se moldam em uma dimensão territorial específica” (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 243), onde espaços extrativistas são “altamente masculinizados e a instalação de empresas provoca uma ‘patriarcalização dos territórios’”. Indígenas e mulheres tem sido as principais protagonistas a tratar o território como corpo, “ou melhor, a problematizar a concepção de ‘corpo-território’ na América Latina e utilizá-lo como ferramenta de luta” (HAESBAERT, 2020, p. 78-79), justamente por serem as maiores afetadas por esse sistema. Importa discutir a partir desse olhar, que fala desde lugares e dá outros contornos às problemáticas que temos hoje.

Ao considerar a ideia-força de corpo território, busca-se “desarmar esse binarismo que reproduz um naturalismo de certas regiões diante da abstração sofisticada de outras” (GAGO, 2020, p. 120). Também pode-se, dessa forma denunciar o fato de que “o capital é extremamente consciente de sua acumulação orgânica com o colonialismo e o patriarcado para reproduzir-se como relação de obediência” (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 243). Saber nomear essa articulação intrínseca ao capital-colonialismo-patriarcado é essencial para endereçar os problemas em sua totalidade, já que partem de uma relação de co-dependência.

“As demandas populares por justiça foram sempre interpretadas como uma expressão das facetas da natureza humana que ainda não haviam sido domesticadas pela racionalidade” (DAS; POOLE, 2008, p. 23, tradução nossa), tratando essas demandas como aspectos dos grupos reivindicadores que precisavam ser tolhidas, eliminadas, enclausuradas. Isso é visível nas relações entre o Estado e grupos historicamente marginalizados que são estigmatizados de diversas maneiras até hoje, e que sofrem repressão e violência colonial com a suposta justificativa de necessidade de domesticação, desenvolvimento e até de “salvação” cultural e religiosa.

O território, político por natureza, responde a esses ataques de formas diversas, sempre atrelado aos corpos que nele habitam, e, com frequência, essa fricção provocada pela ausência intencional do Estado em certos territórios, concomitante ao exercício da força e do controle que o Estado aplica nesses mesmos territórios com os quais não contribui de maneira efetiva, provoca movimentos de resistência política e cultural. Nesse processo, se consolidam os corpos-territórios em coletividades que contrariam a norma imposta pela hegemonia, e podem, assim, criar outras possibilidades para seus territórios e suas vidas. No que diz respeito aos corpos confinados e domesticados pela matriz de dominação, o furo nessa matriz acontece, em parte, porque o corpo que se torna território se contrapõe ao confinamento doméstico, já que foge do contorno individual da cidadania escamoteada, e da exploração ocultada na forma de serviço natural (GAGO, 2020, p. 128).

Na atualidade, a implicação das finanças sobre os corpos-territórios é cada vez mais extensiva: as finanças invadem os territórios domésticos, populares, e a exploração massiva desses corpos-territórios, complexificando ainda mais os processos de resistência à espoliação. Na próxima seção discutiremos essa relação dos corpos com as finanças, e também maneiras que grupos populares vem encontrando de criar alternativas outras nas brechas, em suas próprias realidades.

2.3 AS FINANÇAS COMO TERRITÓRIO

*E o dinheiro sumiu no vendaval
Desse juros somados aos tributos
Pindaíbas, calotes, bagatelas
E os guris trabalhando como adulto*

(TRAGO e Tulipa Ruiz, Sou eu que vou trabalhar)

A América Latina, conforme já pontuado anteriormente, é cenário de formas específicas de extração de valor, de matéria-prima, força de trabalho precarizada ou não remunerada. Não é diferente em relação à dívida, que aqui, extrai valor das economias consideradas historicamente não produtivas, camponesas, populares, não assalariadas, domésticas. Uma compreensão maior de como isso ocorre “permite captar os dispositivos financeiros como verdadeiros mecanismos de *colonização da reprodução social*”. A partir dessa compreensão mais aprofundada, se torna possível ver como operam, atualmente, formas novas de extração de valor “que exploram trabalhos precários e informais e, ao mesmo tempo, como esses dispositivos de dívida funcionam a partir da moralização das existências desprezadas nas ordens de gênero”. Ou, seja, podemos ver, a partir da captura de valor feita pela dívida, “uma certa articulação entre reprodução e produção que tem a família heterossexual como núcleo e a superexploração como trama contínua” (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 240).

O movimento feminista, sobretudo na América Latina, traz nas suas discussões a problemática da financeirização das classes populares do Sul Global como mecanismo de exploração dos seus territórios e das mulheres desses territórios.

A **economia feminista** “amplia a própria noção de economia, incluindo a divisão sexual do trabalho e os modos de opressão do desejo” e “se postula como crítica à economia política, e não como reivindicação de lugares no mundo competitivo neoliberal”. É falar da economia a partir das mulheres, porque sem elas não existe economia. O lugar concreto do diferencial de exploração hoje é a reprodução, que “revela o lugar singular do trabalho das mulheres e dos corpos feminizados nas relações sociais”, e supõe, metodologicamente, que as mulheres e os corpos feminizados não são um capítulo a ser agregado à análise econômica, mas que

oferecem uma perspectiva que reformula a análise econômica em si” (GAGO, 2020, p. 143-144).

Através do endividamento, as forças hegemônicas praticam parasitismo sobre recursos comuns, sobrecarregando cada vez mais a individualidade, praticando terror financeiro e se apropriando da temporalidade futura. Na renovada máquina de exploração colonial-moderna as relações de trabalho se mantêm pela dívida, e não pela estabilidade. Os dispositivos financeiros se tornam verdadeiros mecanismos de colonização da reprodução da vida (CAVALLERO; GAGO, 2019, p. 17), em que a dívida provoca uma economia da obediência que facilmente se torna uma economia da violência, em que frequentemente os mesmos grupos são os violentados, enquanto outros são detentores do poder.

Finanças invadem e colonizam a esfera da reprodução social através da prática de “uma série de despojos sistemáticos sobre infraestruturas de serviços públicos, sobre recursos comuns e sobre as economias capazes de garantir uma reprodução autônoma” (ibid, p. 32). Através do endividamento massivo, as finanças conseguem penetrar nas economias assalariadas e nas economias populares de diferentes maneiras.

Uma delas é através de uma falsa inclusão de grupos sociais que foram sistematicamente excluídos através do incentivo das classes populares ao consumo — a ideia de cidadania por consumo (GAGO, 2020, p. 160) — que se torna mais acessível devido as possibilidades atuais de endividamento. Outro mecanismo de financeirização das classes populares é através da renda renda cronicamente instável, que instaura o endividamento de maneira continuada. Existe também o incentivo, nas economias assalariadas e também nas populares às “novas formas de trabalho, empreendedoras, autogeridas que surgem nos setores populares e empobrecidos em paralelo à sua sentença enquanto populações excedentes ou restantes” (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 29).

A feminização da precarização das economias populares pode ser compreendida como de caráter quantitativo, já que mulheres são a maioria das chefes de família, inclusive em famílias “ampliadas, agregadas, montadas e também desagregadas”, e caráter qualitativo: “em relação ao tipo de tarefas que são executadas e que também tem a ver em sua maioria com trabalhos de cuidados comunitários, (...) de

produção de infraestrutura de serviços básicos para a reprodução da vida” (ibid, p. 29-31). O empobrecimento, nos bairros urbanos populares, tem sido sistematicamente imposto pelo neoliberalismo às mulheres através de um processo de moralização, exploração multifacetada e continuada, e “por isso é preciso restituir a essas mulheres o que lhes corresponde, por pertencer à classe trabalhadora” (CARVAJAL, 2020, p. 209). Por isso é tão importante des-abstrair, des-privatizar a dívida.

Um movimento político contra a culpa, contra a abstração da dominação que as finanças querem exercer e contra a moral de boas pagadoras por meio da qual se propagandeia as mulheres, lésbicas, travestis e trans como sujeitos responsáveis preferidos da obrigação financeira. (CAVALLERO, GAGO, 2021, p. 24)

A culpa, a individuação também são forças coercitivas que mantêm os regimes de violência sexual. Existe também uma moralização de mulheres que não se submetem ao modelo heteronormativo de família ao mesmo tempo em que perdoa a elite financeira por evasões fiscais milionárias (ibid., p. 66). A dívida traduz o encarecimento e a financeirização dos serviços básicos, impulsiona o consumo popular mediado por juros exorbitantes que destroem “a vida doméstica, a saúde e os laços comunitários”, flexibiliza as condições de trabalho pela necessidade de poder pagar a dívida, aumenta o poder de exploração de mão-de-obra das economias ilegais. “A dívida é o que não nos deixa dizer não quando queremos dizer não. A dívida nos prende no futuro a relacionamentos violentos dos quais se deseja escapar”. Através da dívida se organiza uma “economia da obediência que é, nada mais, nada menos, uma economia específica da violência” (ibid., 2021, p. 26-27).

A dívida é o que fornece infraestruturas básicas da vida: serviços de saúde que não se tem, insumos para a chegada de uma filha, a compra de uma moto para poder trabalhar com delivery. A dívida é o recurso que aparece diante de emergências frente à ausência de outras redes de apoio. (ibid., 2021, p. 26)

É urgente olhar para as economias populares pois essas funcionam como tecido reprodutivo e produtivo e, “como tais, põem em debate as formas concretas de

precarização das existências em todos os planos” (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 239). Ler a dívida a partir de uma lente feminista permite que se compreenda e se mapeie as formas de trabalho a partir desse ponto de vista, “dando visibilidade aos trabalhos domésticos, reprodutivos e comunitários como espaços de valorização que as finanças passam a explorar” (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 27).

Como resposta estão as experiências feministas comunitárias autônomas das painéis nas ruas (ibid., p. 39), que devolvem ao comum, ao comunitário, as demandas e necessidades de um grupo que se organiza a partir de si e do trabalho reprodutivo não remunerado nem valorizado na matriz moderna/colonial, mas que é essencial para manutenção da vida. Passa a existir, assim, uma coletivização do cuidado que, ainda que executado por um grupo específico, chega mais perto de ser democraticamente distribuído (TRONTO, 2015, p. 32-34, tradução nossa).

Essas experiências se materializam organizadas de baixo para cima, e partem, justamente, das sobreposições de vulnerabilidade corpo-territoriais: quando mulheres exploradas do Sul Global se organizam politicamente para denunciar a exploração a que são sistematicamente submetidas. Enquanto se organizam e coletivizam as práticas que a colonização enclausurou, desvalorizou e despolitizou, constroem outras formas de reprodução da vida individual e comunitária, que fogem do padrão universalizado tido e imposto como única alternativa. Se potencializam lutas, (re)constroem conhecimentos coletivos comunitários de forte caráter cultural, pois valorizam os conhecimentos localizados. A inversão da lógica de produção e reprodução a partir das mulheres do Sul se constrói como metodologia feminista contra-colonial criada na prática e com muito a contribuir para outras maneiras de se produzir saberes inclusive dentro dos espaços legitimados de construção do conhecimento.

Não queremos dizer que vamos redistribuir a pobreza em partes iguais, mas pelo contrário, vamos distribuir os frutos do trabalho e das lutas. Esse é o ponto de partida para *o viver bem* das mulheres, porque pessoas que somos fazemos parte dos povos e comunidades, temos nossos corpos sexuados e não queremos que isso seja pretexto para nos discriminar e nos oprimir. Queremos para nós também isso do *viver bem*. (CARVAJAL, 2020, p. 209)

A **Economia Solidária**, originada na Grã-Bretanha no século dezenove, foi concebida como alternativa superior ao capitalismo por intencional uma vida melhor às pessoas que se propõe a aderi-la, seja como consumidoras e/ou produtoras. Paul Singer (SINGER, 2022, p. 35), grande referência na Economia Solidária no Brasil e no mundo, explica que ela é um modelo incentiva o progresso coletivo: quando um ganha, todos ganham. E afirma que para ser possível uma sociedade com predominância da igualdade entre membros, ela tem de ser fundamentada na solidariedade no lugar da competição, na associação entre iguais — cooperados ou associados — substituindo o contrato entre desiguais — patrão e empregado —, na prática da autogestão no lugar da heterogestão — substituição da hierarquia pela administração horizontal por assembleia, entre outras diferenças exorbitantes. Toda a maneira de a economia solidária se organizar e se reproduzir fala de uma outra possibilidade de vida, ou, na verdade, da possibilidade de manutenção da vida através da cooperação, em contrapartida ao extrativismo ampliado que hoje toma conta de maneira cada vez mais parasitária.

Para Luciana do Lago (LAGO, 2022, p. 220), a Economia Solidária é uma construção possível, necessariamente transdisciplinar, que pertence a um campo político e acadêmico anti-capitalista que emerge de um conjunto de práticas socioeconômicas populares diversas que tem forte enraizamento territorial. Isso diz de “compreender que de todo grupo humano podemos fazer e construir comunidades”, como “proposta alternativa à sociedade individualista” (CARVAJAL, 2020, p. 205). O cooperativismo “rompe os laços do individualismo e nos faz sonhar de novo” (NESPOLO, 2014, p. 41).

A experiência prática do trabalho associado é sempre uma experiência de politização, de tomada de consciência das formas de dominação e das alternativas para a emancipação e para a elevação das condições de vida dos setores populares. (LAGO, 2022, p. 221)

“O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige”. Esse ‘desinteresse’ tende a ser maior quando um grupo enfrenta situações de pobreza e exploração intensificadas. “Há um efetivo empobrecimento da sociedade que se concentra nos que foram excluídos da atividade econômica” o que faz com que, muitas vezes, pessoas que

se inserem na economia solidária com a necessidade urgente de “se reinserir à produção social e escapar da pobreza” não chegam a apreciar todas as potencialidades que a autogestão possibilita, o que, por consequência pode levar a uma “insuficiente formação democrática dos sócios” (SINGER, 2022, p. 44-51), que é um dos desafios que a prática autogestionária enfrenta para evitar sua deterioração.

Essa prática democrática demandada pela autogestão é composta, em parte, pela atuação nas disputas que se dão pelas estruturas e serviços urbanos necessários para o desenvolvimento de uma economia popular e solidária (LAGO, 2022, p. 225). Essas disputas estão no âmbito da tentativa, por parte dos agentes hegemônicos, de produzir necessidades-mercadorias novas através da criação, renovação ou a deterioração de pedaços da cidade que acabam por alterar o padrão de desigualdades e de segregação nesses territórios.

Outro desafio enfrentado na construção de um sistema econômico solidário é o desenvolvimento de modos de se viabilizar e incentivar conexões entre comunidades de experiências populares solidárias (ibid., p. 219-220). Além da sobrecarga que as classes populares enfrentam hoje devido à dificuldade no acesso a direitos básicos — moradia, saúde, trabalho, educação — a falta de espaços comunitários, espaços públicos de qualidade, falta energia e tempo para se mobilizar em prol de transformações coletivas. Por outro lado, as práticas autogestionárias e comunitárias trazem fortalecimento coletivo e identificação.

No contexto brasileiro atual de profunda crise econômica e política, a diversidade de experiências associativas populares por todas as regiões do país nos desafia a pensar a potência organizativa dessa aprendizagem coletiva, no quadro de uma economia popular solidária. Formas diversas de organização do trabalho e de produção dos espaços populares foram se sobrepondo e se inscrevendo na trama complexa de relações mercantis e não mercantis, mais ou menos solidárias, que dão forma ao habitat popular. (ibid., p. 220)

Essas práticas vão sendo um modo de compartilhar experiências e gerar novas possibilidades em seus próprios territórios, e em comunidades vizinhas ou parceiras à medida que existe a compreensão de objetivos comuns.

Os empreendimentos associativos populares podem ter como motivação apenas uma solidariedade utilitarista, material, interna aos seus associados ou, somada a esta, uma solidariedade de valores pautada pelo princípio do bem comum, pelo alcance social das ações e pela qualidade do trabalho praticado. (ibid., p. 221)

De qualquer maneira, mesmo que a motivação seja de ordem mais material e internalizada, faz furo na cadeia de exploração da força de trabalho popular por agentes hegemônicos externos e a partir daí possibilita outras formas de viver e atuar nas suas comunidades, famílias, vizinhanças, transformando o objetivo do trabalho como um todo. “O trabalho é prazeroso porque não é motivado somente pelo salário no fim do mês”, existe uma apropriação do que se produz, com consciência desde a matéria-prima que é utilizada. É reeducação através do fazer coletivo. “É mudar o local para fazer a mudança mais ampla” (NESPOLO, 2014, p. 12).

A economia solidária como projeto emancipatório é um campo de disputa pela (re)definição dos bens e serviços necessários para o bem-estar comum, colocando em pauta soluções técnicas alternativas de produção e consumo que garantam o poder de controle aos trabalhadores e trabalhadoras sobre o funcionamento dos serviços. É na dialética entre experiências práticas incorporadas no cotidiano popular e aquelas inovadoras, que esse projeto pode avançar. (LAGO, 2022, p. 226)

Assim, podem ser criadas comunidades vivas, projetadas e movidas “construindo também complementaridades não hierárquicas, reciprocidades e autonomias com outras comunidades” (CARVAJAL, 2020, p. 206).

A grande **diferença entre o empreendedorismo social e a economia solidária** aponta ser de caráter político e metodológico. O empreendedorismo social se coloca como um modelo de negócio que visa o desenvolvimento social e econômico sustentável. A economia solidária engloba a melhoria socioeconomia sustentável de uma comunidade, mas não é só sobre fazer isso a partir de um empreendimento que gere renda, e sim atuar na educação, na renda, na coletividade, etc. Enquanto o empreendedorismo social deve proporcionar desenvolvimento sustentável *para* a base (da cadeia produtiva) a economia solidária

produz isso *a partir da* base/com ela. Um negócio construído a partir do empreendedorismo social pode fazer parte da economia solidária, mas a economia solidária é mais que os empreendimentos sociais que dela podem fazer parte.

Ao longo das últimas décadas, num quadro de grave crise econômica e diminuição dos empregos assalariados, houve uma política-propaganda de ressignificação do trabalhador autônomo como empreendedor competitivo, política implantada, sobretudo, através dos incentivos federais ao microcrédito e à capacitação para o empreendedorismo. A "ampla propagação da ideologia empreendedora como resposta ao desemprego" é uma das formas de manifestação da concepção hegemônica de mundo que o capitalismo neoliberal oferece, "concepção centrada no mercado e no trabalho desregulados, na competição entre trabalhadores e na liberdade individual dissociada das condições materiais de reprodução da vida" (LAGO, 2022, p. 222-223).

Enquanto a grande alternativa que se oferece ao desemprego massivo e a redução das responsabilidades do Estado é a de incentivar o autoemprego no empreendedorismo, com possibilidades de crédito e mercantilização da vida, a resposta é de mais endividamento para as classes populares. "Essa carga alienante é sacudida quando a pessoa se envolve em lutas emancipatórias, que desafiam a ordem vigente" (SINGER, 2022, p. 45).

Contudo, para que a população crie confiança em estratégias coletivas é necessária a "formação de identidades coletivas em torno de interesses e projetos comuns, seja no lugar de trabalho, seja no lugar de reprodução cotidiana da vida" (LAGO, 2022, p. 235). É preciso ter esse olhar crítico às maneiras de reprodução do capital e todas suas ferramentas de renovação. Dizer não ao projeto liberal também é compreender que "a empresária é a figura complementar à vítima. Os dois lugares propostos como subjetivação pelo neoliberalismo que se quer lavar de rosa. A resposta feminista é uma rejeição: **não somos vítimas nem empreendedoras**" (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 41 ,grifo nosso).

3 [pesquisa]

OS DADOS SÃO QUADRADOS, TEM SEUS LADOS COM SEUS PONTOS¹¹

A partir do problema proposto, de se discutir a relação *trabalho-gênero-território*, ficou nítida a importância de situar os saberes a partir de mulheres, corpos femininos, que vivenciam no cotidiano, tanto da moradia como nas relações de trabalho, um território que compõe o espaço dos pobres numa periferia de metrópole latino-americana, brasileira.

O espaço dos pobres como espaço de disputas, de dinâmicas que tangenciam legalidades e ilegalidades, acúmulos de negatividade, e relação de tensão com o Estado na sua presença e na sua ausência, provoca uma outra territorialidade, uma outra relação com o cotidiano. As questões de gênero, a exploração dos trabalhos femininos e feminizados, dos trabalhos de cuidado, a exclusão da participação das mulheres nos espaços públicos e a violência imposta aos corpos femininos nos espaços privados e domésticos, também proporcionam uma outra relação com o território. Quando adicionamos a essa equação o fator trabalho para geração de renda *no território*, criamos dinâmicas *outras* nas relações entre esses fatores tão marcantes num cenário como o do Brasil de hoje, marcado por precarização do trabalho, violência de gênero, e carência de infraestruturas urbanas.

Deste modo, optou-se por fazer a pesquisa através de um estudo de caso em Porto Alegre que apresentasse as questões propostas, no intuito de que seja possível compreender melhor a relação entre um território de periferia e mulheres que trabalham nesse local, tanto para que haja um entendimento do efeito de território que existe sobre esses corpos femininos, como também como esses corpos, a partir de suas vivências, influenciam, impactam, incidem nesse território, e como o trabalho voltado para a geração de renda compõe essa dinâmica.

¹¹ Trecho da música “Conflito”, do compositor Pedro Sorongo, presente no álbum do Conjunto Baluartes de 1976 denominado “Nira Gongo”.

3.1 [sobre o método]

O QUE QUER, O QUE PODE ESSA LÍNGUA?¹²

“Pergunto em voz alta: eu estou prestando atenção? Gosto dessa expressão: prestar atenção. E gosto porque entendo que prestar pode ser muito diferente de dar atenção. Se dar é entregar ou despendar, que pode ser entendido como gastar, prestar é propiciar — tornar possível ou favorável, é ser útil, é dar consentimento para que algo aconteça, é servir e, no limite, prestar é estar próximo da honestidade. Assim, prestar atenção aproxima do amor.”

Laura Berbert, artista visual brasileira¹³

Para que possa ser respondido o problema teórico proposto, uma boa delineação do método é imprescindível, sendo necessário articular um conjunto coerente de elementos que vão se complementar para tal fim. Considerando que “qualquer representação é necessariamente parcial, menor do que aquilo que se poderia achar disponível no ambiente real” (BECKER, 1999, p. 140), e que o problema proposto articula-se em um nó de três grandes eixos — *gênero-território-trabalho* — é importante que o método utilizado também seja composto por uma trama de elementos que possam dar conta da complexidade do que se pretende compreender, sabendo que “é utópico supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de *tudo*” (ibid., p. 119).

Para tal, optou-se por efetuar um estudo de caso utilizando de recursos da etnografia, que, de acordo com Becker, tem duplo propósito: a aproximação de uma compreensão abrangente do grupo em estudo; e, ao mesmo tempo, pretende o desenvolvimento de “declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais” (ibid., p. 118).

“Não podemos realmente oferecer as fórmulas de entendimento do local. Oferecemos um quadro geral de reflexão, a ser feito localmente” (SANTOS, 1999,

¹² referência à música “Língua” de Caetano Veloso, cantada pelo mesmo com Elza Soares (a mesma música que diz: “a língua é minha pátria e eu não tenho pátria, tenho matéria e quero fratria”!)

¹³ Fonte: <https://www.instagram.com/p/C4GAJsTryAs/?igsh=MWxyaWl2Z3lxbHJjdQ==>

p. 25) e que, por lidar com problemáticas de caráter qualitativo que tem dimensão subjetiva complexa, torna-se importante estar “preparado para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e descritivos” (BECKER, 1999, p. 118).

A maneira como dizemos o que dizemos tem impacto; uma mesma temática, partindo de diferentes abordagens, (re)produz conhecimento de maneiras muito distintas. Querer pensar espaços acadêmicos mais diversos é querer propiciar que pessoas que sistematicamente só ocuparam as *produções* intelectuais como objetos de pesquisa, se tornem sujeitos delas. “De fato, levar em conta a agência dos ‘objetos’ estudados é a única maneira de evitar erros grosseiros e conhecimentos equivocados de vários tipos nessas ciências” (HARAWAY, 1995, p. 36). Possibilitar essas presenças, além de incluir pessoas e grupos sociais, é trazer para espaços tão fechados em si próprios a possibilidade de conhecer outras histórias, que apresentarão outros pontos de vista e outras soluções para problemas criados pela própria colonialidade do saber.

Fugir dos binarismos impostos, dos lugares de uns e lugares de outros, parte de discutir e construir com palavras *outras*, e parte de se perguntar o que se quer saber e como se quer saber. “Não se trata de um pensamento binário, mas de um pensamento fronteiriço. (...) Nós pensamos sempre na circularidade, quebrando o monoísmo, a dualidade e o binarismo” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 17). Isso diz de não olhar para o caso de estudo com a expectativa de criar certezas definidas e bem delineadas sobre os aspectos analisados. Quando se trata de compreender experiências coletivas territorializadas, “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular” (HARAWAY, 1995, p. 33). E, ao estar nos lugares, entender que as coisas podem ser isso e aquilo:

No pensamento ocidental, muitas vezes existe a ideia de binários não subversivos; em outras palavras, as coisas são isto ou aquilo. No pensamento africano, os binários são sempre subversivos: as coisas são isto e aquilo — uma personificação da simultaneidade. (EPALANGA, 2023, p. 158)

Nego Bispo (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 17) situa muito bem o termo *desenvolvimento*, que é tão recorrente nas discussões sobre o urbano e a cidade, e

fala sobre esse termo ser do uso do colonizador, dos que querem os espaços organizados e presos a uma única lógica universalista e que apaga os demais modos de viver e existir. Por outro lado, o termo *envolvimento* pode dizer do que ocorre quando existe uma relação genuína com aquilo que se quer ver prosperar, se *envolver* implica se colocar como parte da ação, e não apenas como autoridade do conhecimento sobre algo. No mesmo sentido, o autor discorre sobre a ideia do *compartilhar*, que diz respeito ao ato de juntar, mais comunitário do que a ideia de *trocar*, que por mais que bem intencionada, pressupõe uma substituição de um pelo outro, e não uma soma do que cada um tem a contribuir. Falo aqui da importância de trazer os saberes em um mesmo plano, acreditando na importância do vivido na esfera do cotidiano, e acreditando que “o que no corpo e na voz se repete é também uma episteme” (MARTINS, 2021, p. 23).

É essencial “problematizar as condições de produção do conhecimento” (CURIEL, 2019, p. 48), já que, apesar de termos passado por transformações (a partir de lutas) que fazem com que os marcadores sociais sejam considerados e trazidos aos espaços acadêmicos, muitas vezes ainda reproduzimos a colonialidade do poder e do saber ao trazermos os marcadores sociais apenas como categorias analíticas, e não como condições produzidas pela colonialidade. Ochy Curiel (ibid., p. 43-45) pontua, ainda, que as “feministas acadêmicas do Sul”, ao efetuarem seus exercícios investigativos sobre as “‘outras’ internas de seus próprios países”, para além de entenderem que essas investigações são importantes, geralmente efetuam colonização discursiva e violência epistêmica.

A maneira como aprendemos sobre ciência foi e ainda é cooptada pelas regras do “Patriarcado Capitalista Branco”, essa “Coisa escandalosa” (HARAWAY, 1995, p. 35), que faz com que nossa prática de pesquisa tenha, por hábito, uma postura colonizadora que se pretende neutra, dotada de uma “objetividade científica descorporificada”, uma “masculinidade abstrata” (ibid., p. 9-12) que “transforma tudo num recurso para ser apropriado, na qual um objeto de conhecimento é, no limite, ele mesmo apenas matéria para o poder seminal, o ato, do conhecedor”. Na contramão dessa ‘objetividade sem corpo’, ou do “renascimento do Homem através da homogeneização de todo o corpo do mundo como recursos para seus projetos perversos” (ibid., p. 35-36), parte-se aqui de uma método de pesquisa composto,

majoritariamente, por uma “escuta etnográfica” (SEGATO, 2021, p. 85), em que se considera que, os supostos ‘objetos’ de estudo, “na perspectiva epistemológica e ideológica tomada, mais adequado é tratá-los como sujeitos da pesquisa” (MARZULO, 2007a, p. 59).

"Há muito o que fazer em termos metodológicos para trazer à tona o olhar da mulher sobre o território" (SANTORO, 2008, p. 16). Isso significa, valorizar os saberes localizados e a possibilidade de compartilhar esses saberes. "O compartilhamento é uma coisa que rende" (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 21), e, a partir dele, podemos *coproduzir* conhecimento (INGOLD, 2016, p. 410) a partir de uma encruzilhada de saberes, esse “lugar sagrado das intermediações entre sistemas e instâncias de conhecimentos diversos” (MARTINS, 2021, p. 51). É importante entender esse movimento com “efeitos de deslocamento e de estranhamento” (ibid., p. 159) como um “avizinhar-se do outro” (ibid., p. 142), que, inevitavelmente, parte do vivido, do que tem corpo, é corpo. A ideia de um corpo pensamento, um “corpo/voz” que é “sempre desejoso de transformações do corpus social” (ibid., p. 162).

Se tratando de questões de gênero, é relevante ver e ouvir esses corpos-mulheres, na sua relação com o cotidiano, o território. Compreender “na geografia do corpo feminino, (...) o corpo, em contínuo processo de deslocamento e resignificação, torna-se ele próprio geografia, paisagem de dicções e enunciados, território de palavras pronunciadas” (MARTINS, 2021, p. 173). E esses territórios se materializam de forma heterogênea e, às vezes, conflituosa.

“O feminismo tem a ver com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. A tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial” (HARAWAY, 1995, p. 31-32). Pretende-se, aqui, exercitar essa visão e posição crítica para colaborar para o “reconhecimento dos pontos de vista que são produzidos a partir das experiências vividas que contribuem a propor outros mundos mais justos e humanos fora da matriz liberal/colonial” (CURIÉL, 2019, p. 46).

Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometam

alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação. (HARAWAY, 1995, p. 24)

Contudo, considerando que *eu*, enquanto autora da dissertação, falo de um lugar de *feminista acadêmica do Sul*, é importante que desde o método exista o exercício do que Verônica Gago denomina de *pensar situado* (GAGO, 2020, p. 12). O *pensar situado*, segundo a autora, é inevitavelmente feminista, parcial, processual e internacionalista. Pois tem corpo, tem uma montagem específica que singulariza uma experiência, considera um tempo específico, e é aberto ao mundo. Pensar de maneira situada, nada mais é do que posicionar-se. Para Haraway (HARAWAY, 1995, p. 27-32), essa é a prática chave, que “implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras” e, ainda, compreender que “posição diz respeito a vulnerabilidade; posição resiste à política de fechamento, finalidade”. Para ser feminista, é importante que se possa, de fato, romper os regimes de autorização discursiva (RIBEIRO, 2017) e romper com as violências e objetificações de sujeitos que são as mais qualificadas a falar de si e por si. Isso significa assumir, como ponto de partida, uma postura crítica em relação à própria pesquisa, sabendo que mesmo fazendo esse exercício consciente que busca sair dos moldes hegemônicos da produção do conhecimento, e da boa relação que se deu com o grupo estudado, o lugar que eu ocupei nesse processo ainda foi de pessoa externa, nessa busca pelo conhecimento a ser co-produzido a partir de uma aproximação intencional.

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento “objetivo”. (HARAWAY, 1995, p. 36)

“A aproximação com o tema de gênero se dá também com uma mudança de escala de planejamento: do ‘total’ para o ‘local’” (SANTORO, 2008, p. 16). Através de uma pesquisa de caráter qualitativo, buscou-se “fazer investigações, propostas metodológicas e pedagógicas a partir dos processos coletivos, desde as organizações e comunidades, para fortalecer marcos analíticos próprios, que permitem buscar melhores vias para a transformação social” (CURIEL, 2019, p. 48).

Estou argumentando a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo. (HARAWAY, p. 30)

A partir da fundamentação teórica e da discussão de método aqui feita, pôde-se saber maneiras de fazer e maneiras de não-fazer enquanto estrutura, mas a tecitura do processo em si foi o próprio processo, a partir da aproximação e do interesse genuíno de aprender *com*, e da abertura para um "compromisso aberto e de longo prazo, a atenção generosa, a profundidade relacional e a sensibilidade ao contexto" (INGOLD, 2016, p. 405). Isso demandou camadas de trabalho sobrepostas, não em sentido hierárquico de uma acima da outra, mas no sentido de que foram se complementando sem serem completamente independentes entre si, ou relacionadas de maneira unilateral. Partindo do pressuposto de que "os atores existem em muitas e maravilhosas formas" (HARAWAY, 1995, p. 37) e que, portanto, para conhecer e compreender um "mundo 'real'" não dependemos da "lógica da "descoberta", mas de uma relação social de "conversa" carregada de poder" (ibid.), o ponto de partida foi — a partir de um conjunto de coisas que se queria saber, que ajudariam a responder sobre o impacto dos corpos das trabalhadoras no território, e do território nesses corpos, nessas mulheres — a conversa com as trabalhadoras da cooperativa. Essas conversas foram mostrando outros elementos dos quais era importante que eu me aproximasse para poder dar conta da questão de pesquisa.

O relativismo e a totalização são, ambos, "truques de deus", prometendo, igualmente e inteiramente, visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da Ciência. Mas é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional. (ibid., p. 24)

Posteriormente à feitura do trabalho de/em campo — as idas à cooperativa, as entrevistas, as participações nas atividades e eventos, as conversas com responsáveis por outras estruturas que compõe esse tecido —, existiu o trabalho de

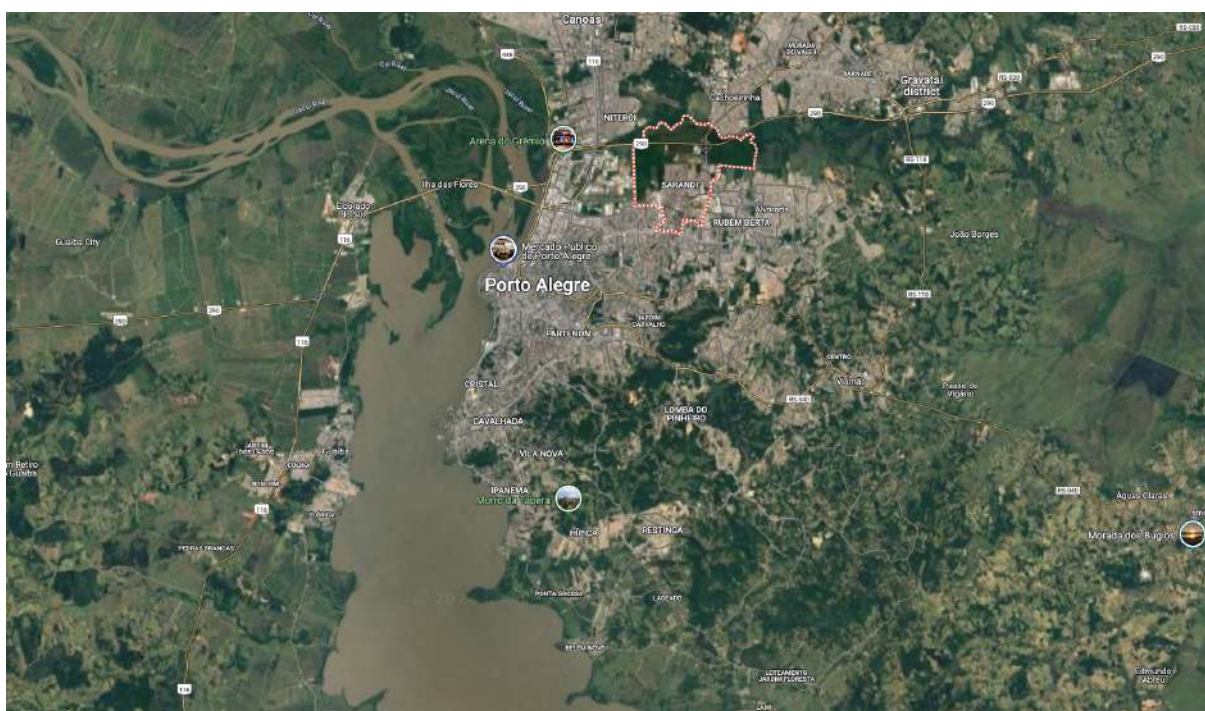
organização desse material. Separar os assuntos que fizeram parte das conversas e ver que informações tinham sido coletadas. Então se fez necessária uma reaproximação das discussões sobretudo sobre corpo-território para que eu conseguisse olhar para esses conhecimentos e experiências que foram divididas comigo a partir desse olhar. Depois dessa retomada, desse reencontro teórico do corpo com o território, eu pude, através da escrita, levar o meu corpo de novo ao encontro (no sentido de levar o corpo para encontrar) desse território que agora é muito mais conhecido. Esse escrever foi um escrever (EVARISTO, 2017, p. 9-12), um reviver enquanto escrevia, o que demandou energia vital e criativa; não foi um trabalho nada operacional, e sim completamente ativo. Foi necessária uma costura minuciosa e delicada ponto a ponto para poder compartilhar um pouco de tanto que foi compartilhado comigo e assim configurar “os fios que se emaranham na correspondência, e que permitem à vida seguir seu rumo” (INGOLD, 2016, p. 409).

A pesquisa totalmente aberta, e “a flexibilidade intrínseca ao método” (MARZULO, 2007a, p. 61) se justifica, assim como se justifica a escolha do caso para responder à questão de pesquisa, porque “os relatos das mulheres, ao mesmo tempo em que carregam camadas históricas de opressão, fazem emergir processos de resistência que devem ser reconhecidos como uma teoria da luta, a ser incorporada para avançar nas políticas públicas” (CARON; TAVARES; MARINHO, 2022, p. 64).

A pesquisa foi feita a partir de uma compreensão situada (SEGATO, 2021, p. 86), que demanda uma perspectiva localizada e parcial (HARAWAY, 1995), em que se “tem de respirar o lugar em si para poder produzir o discurso do cotidiano” (SANTOS, 1999, p. 21). A maneira que ser voz ativa e ser sujeito do próprio espaço de trabalho impacta a sua realidade, e do lugar onde se está, faz toda a diferença, e não tem como analisar isso sem considerar as subjetividades. Alguns dados estatísticos ou documentais podem situar o caso, ilustrar uma pequena parte da realidade, mas não dizem nada significativo e relevante às discussões urbanas no Brasil sem que se escute a voz de quem faz e refaz essa realidade diariamente. “De outro modo, a racionalidade é simplesmente impossível, uma ilusão de ótica projetada de maneira abrangente a partir de lugar nenhum” (HARAWAY, 1995, p. 28).

O **estudo de caso** escolhido foi o da Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos, a Univens, localizada no bairro Sarandi, extremo norte da cidade de Porto Alegre. A Cooperativa foi fundada em 1996 e, através do tempo, participou de Fóruns Sociais Mundiais, Fóruns da Economia Solidária e co-fundou a Cooperativa Central Justa Trama.

Figura 2 - Mapa de parte do Rio Grande do Sul com delimitação do perímetro do bairro Sarandi, em Porto Alegre.



Fonte: Google Maps, 2024.

Inicialmente pensou-se numa abordagem de método com um estudo de caso que envolvesse entrevistas, etnografia, levantamento documental e de dados da cooperativa e também dados referentes ao trabalho feminino fora dali. Ao aprofundar a fundamentação teórica e a fundamentação metodológica, ficou claro que importava, sobretudo, ouvir as cooperadas e estar com elas, conhecer o entorno da cooperativa, e a região da Vila Nossa Senhora Aparecida. Nesse processo, as conversas-entrevistas foram delineando o que era mais importante de se saber a partir da relação e da importância que a fala das mulheres entrevistadas dava para aspectos da Vila, dos eventos, da relação com a comunidade.

A pesquisa descrita a seguir (3.2) se deu a partir de conversas com as cooperadas da Univens e funcionárias da Central Cooperativa Justa Trama e do Banco Comunitário Justa Troca, nas quais foram realizadas entrevistas abertas; percursos de observação a partir de caminhadas na região da Vila Nossa Senhora Aparecida e nos trajetos feitos de ônibus para chegar até a cooperativa ou locais de outras atividades presenciadas.

Também aconteceram conversas com trabalhadoras da Escola de Educação Infantil Nova Geração, com funcionárias e estagiárias do Posto de Saúde local, e outras parceiras da cooperativa.

Além disso foram feitas fotografias do espaço de trabalho das cooperadas, de atividades efetuadas na comunidade, de um debate promovido pela Unisol/RS com tema relacionado a políticas públicas e economia solidária, da inauguração do Banco Comunitário Asa Branca, localizado em uma vila próxima, e do qual o Banco Justa Troca foi referência e prestou auxílio durante o processo de criação.

Também houve visita à loja temporária da Economia Solidária da qual a Justa Trama participou, visita a Feira Fixa Aqui é Casa de Economia Solidária, iniciativa da Unisol da qual a Justa Trama e a Univens também participam, com breve entrevista aberta com uma das coordenadoras da feira e conversa com as cooperadas vinculadas à feira que estavam trabalhando no dia.

Figura 3 - Linha do tempo da Vila Nossa Senhora Aparecida e seus processos e movimentos coletivos.



Fonte: arquivo pessoal, 2023.

3.2 [a pesquisa]

APRENDENDO JUNTO: COSTURANDO RENDA, AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOLIDARIEDADE

— *Mas a gente vai conversar, aqui pode conversar. Aprendendo junto, porque até quem não fala, escuta. Escutar também é muito bom. Escutar, a gente aprende e vai fazendo a comparação. (...) A gente se enxerga, às vezes, no outro. E a gente, quando conta pra alguém alguma coisa da gente, a pessoa se anima: se o fulano pode, eu também posso. E na verdade todo mundo pode tudo quando quer. Quem limita a gente é a gente mesmo. E estando num lugar onde dá pra ter mais...*

— *Autonomia?*

— *É muito bom. Aí vai mais longe.*

(Conversa com L.¹⁴, cooperada da Univens, no dia 01/11/2023)

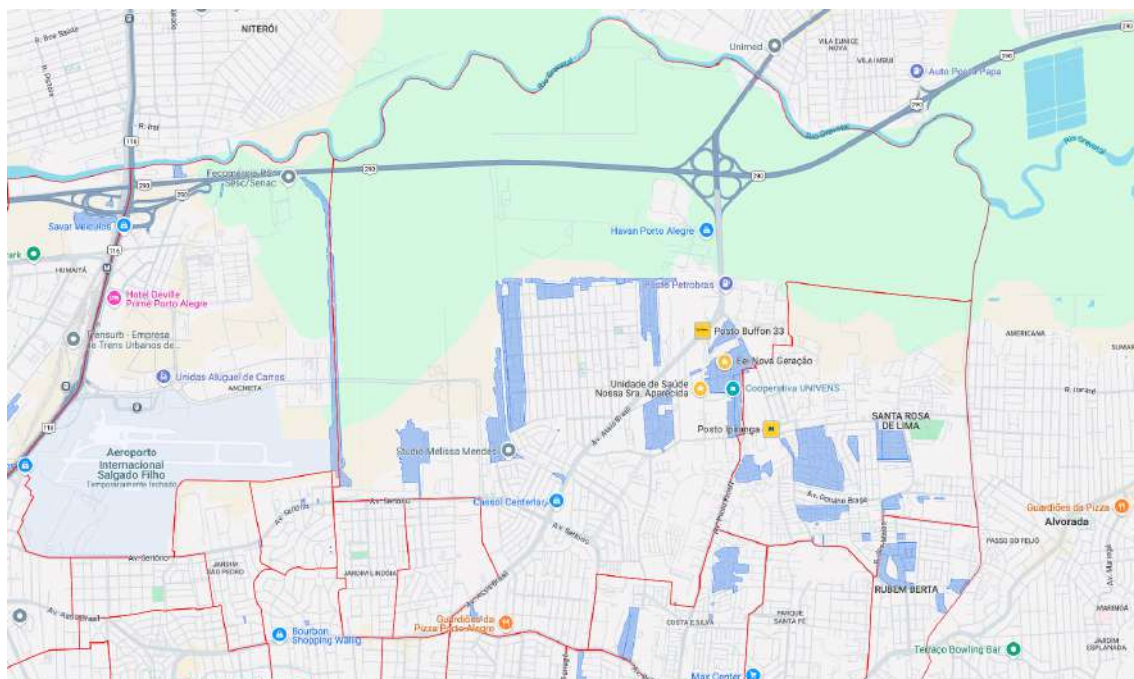
A primeira vez que eu fui ao bairro Sarandi foi em 2022. Foi no final de agosto. As minhas aulas do mestrado tinham começado há dois meses, mas eu já estava participando das atividades do grupo de pesquisa há quase cinco meses. B., meu orientador, me convidou para ir junto entrevistar a N., forte figura comunitária e da Economia Solidária e também uma das fundadoras da Cooperativa Univens, para uma pesquisa denominada Transformações Comunitárias Participativas.

Nesse dia a N. falou bastante da trajetória de vida dela, do Orçamento Participativo, da criação da Univens e demais práticas construídas coletivamente, sobretudo por mulheres, na Vila Nossa Senhora Aparecida. Eu lembro claramente de me emocionar em algumas partes da narrativa dela por me lembrar, ora de coisas que ouvi minha mãe contar sobre o Movimento Estudantil dos anos 80, ora por me remeter a emoções vividas durante as ocupações das universidades pelos estudantes em novembro de 2016, da qual participei através da Universidade Federal de Santa Maria. Essa conversa me deixou animada, alegre, uma energia que surge de maneira recorrente quando se está perto da N. (com o tempo fui

¹⁴ Os nomes das entrevistadas e outras pessoas envolvidas foram substituídos por uma letra para manter a privacidade e segurança, mesmo que todas as entrevistadas tenham assinado termo de autorização do uso das informações dadas.

descobrimos que essa era uma sensação comum, que mesmo colegas de trabalho que convivem com ela há 30 anos ainda se sentem mexidas pelas falas da colega).

Figuras 4 (acima) e 5 (abaixo) — mapas da região do bairro Sarandi, com contorno dos bairros de Porto Alegre em vermelho. Na figura 4, (imagem satélite), marcações das vilas de POA em azul, e dos “aglomerados subnormais” da cidade em vermelho.



Fonte: ObservaPOA, 2024.

<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=12vy0QutnA4ZT4ljDCZuF2-bVSkw&ll=-29.98817308074989,-51.1129955954132&z=17>

Na volta para o centro da cidade, pegamos um ônibus quase em frente à cooperativa. Hoje eu sei: é o 624 - São Borja, passa no sentido bairro-centro, e do outro lado da rua em relação a cooperativa, no sentido centro-bairro. Às vezes ele demora a passar: uma coisa que percebi, é que nos horários de fim de tarde ele passa mais no sentido centro-bairro, trazendo as trabalhadoras e trabalhadores que se deslocam do extremo norte da cidade de Porto Alegre para o centro para trabalhar e voltam para casa no fim do dia. Nesse trajeto de volta, eu e o B. conversamos muito sobre a cidade e a vida, passamos por regiões que eu comentei: “essa paisagem me lembra Santa Maria”: o deslocamento bairro-centro que tem aspectos industriais, um resquício de paisagem rururbana (as “franjas”) praticamente preenchida. Há também as revendas de carro e os mercados de redes atacadistas. Descemos do ônibus no centro da cidade e fomos caminhando no sentido Bom Fim. No caminho encontramos a K., outra professora-colega, que estava voltando da Ksa Rosa, uma cooperativa com a qual ela faz um trabalho de extensão. A universidade pode ser infinita.

Meses depois — muitos créditos cumpridos, seminários, leituras, eventos, discussões, cafés, comissões — decidimos que o meu caso de estudos da dissertação seria a Cooperativa Univens: o trabalho coletivo autônomo protagonizado por mulheres, muito potente. Hoje sei que a relação com o caso de estudos tem muito mais linhas tramadas do que eu poderia compreender naquele momento. Além do interesse pelos estudos urbanos com enfoque nas questões de gênero, que me acompanha já há muitos anos, e de acreditar que olhar para os trabalhos tornados invisíveis e para a necessidade capitalista de enclausuramento dos corpos subalternizados como nó de várias amarras que muitas vezes são esquecidas nos estudos sociais e em arquitetura e urbanismo, me chamou atenção a possibilidade de aprender com um movimento que é autogerido, que abre espaço para a criação de possibilidades na realidade de cada dia, e a longo prazo, a partir de si, com o jogo de cintura extremamente característico das mulheres das classes populares, em América Latina, de subverter um trabalho usado historicamente para sua domesticação e exploração, a costura, em uma ferramenta de transformação territorial coletiva.

Se por um lado, a observação e participação continuada “desromantiza” muitos aspectos de um grupo, por outro, demonstra muito mais camadas de trabalho e transformações coletivas. Tivemos em abril de 2023 no PROPUR o Seminário de Teses e Dissertações, que já apresentei com a Cooperativa como caso de estudos, e a Banca de Qualificação no início de julho de 2023.

Ainda em julho de 2023, quase um ano depois da minha primeira — e até então única — visita a Univens, em uma quinta-feira chuvosa, B. me mandou uma mensagem dizendo que W., co-autor do livro *Transformações Comunitárias Participativas* e participante do Projeto de Pesquisa homônimo, ia até a Univens no mesmo dia durante a tarde, levar Y., um amigo estadunidense que estava visitando Porto Alegre e que trabalha com processos participativos, para conversar com a N. e conhecer a cooperativa. A conversa girou mais em torno do processo de criação da cooperativa e do movimento dos anos anteriores dentro do Orçamento Participativo, mas nessa oportunidade eu conversei com N. sobre querer estudar a cooperativa para a minha dissertação. Ela foi muito receptiva, já me apresentou às colegas como estudante da UFRGS que ia passar um tempo ali conversando e conhecendo a cooperativa e as cooperadas. Nesse dia conversei um pouco também com a Z., que é cooperada da Univens, mas presta trabalho administrativo para a Central Cooperativa Justa Trama. Nessa conversa a Z. pontuou a importância dos cursos de capacitação promovidos pelo Banco Comunitário Justa Troca, que serão abordados mais adiante.

Até que eu começar efetivamente as idas à campo já era quase outubro de 2023. Esse processo se concentrou principalmente nos meses de outubro, novembro e dezembro de maneira bastante intensa e agradável.

Antes de começar a detalhar mais esse processo, vou explicar algumas coisas que facilitarão a escrita e a leitura:

- A Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos, Cooperativa Univens, foi fundada em 1996, aqui ela será chamada muitas vezes de Univens;
- A Central Cooperativa Justa Trama, que será aqui chamada de Justa Trama, criada em 2005, é uma rede de Cooperativas vinculadas à Economia Solidária, em que cada Cooperativa participante é um elo de uma cadeia produtiva de fios,

tecidos, roupas, acessórios e brinquedos de tecido feitos com algodão agroecológico certificado, desde o plantio, até a venda das roupas. A Univens é um dos elos dessa cadeia, com a função principal de corte e costura das roupas da Justa Trama, e a Sede da Justa Trama se localiza junto à Univens. Outras funções relacionadas à Justa Trama feitas no espaço da sua sede e da Univens serão explicadas com profundidade mais adiante;

- A Escola de Educação Infantil Nova Geração, será referida aqui como Escola Nova Geração, foi criada em 2007 e não se localiza no mesmo espaço em que as Cooperativas, ficando a 250 metros de distância das mesmas, em uma rua paralela. A sua administração é completamente independente da administração da Univens e Justa Trama, contudo a sua história é construída conjuntamente, e a Escola faz atividades em parceria, sobretudo, com o Banco Comunitário;
- O Banco Comunitário Justa Troca, criação mais recente do ‘conjunto’, foi inaugurado em 2016, e será referido aqui como Banco Justa Troca ou apenas Banco Comunitário, para evitar confusão com a Justa Trama. O Banco pertence a Associação de Moradores Nossa Vila Aparecida (ACONVI), e seu espaço físico atual é uma sala cedida pela Justa Trama.

Quando eu me referir apenas como “Cooperativa” enquanto espaço físico quer dizer que estou falando do espaço do conjunto Univens, Justa Trama e Banco Justa Troca como um todo.

No primeiro dia que combinei de conversar com N. o planejado era fazer uma espécie de piloto das entrevistas, já que ela tem bastante experiência com falas e tem envolvimento total com a história da cooperativa, e, claro, conhece mais as colegas de trabalho do que eu. Infelizmente o transporte público de Porto Alegre está cada vez mais precarizado, e nesse dia os funcionários de uma das empresas de ônibus coerentemente fizeram greve, fazendo com que o primeiro ônibus que do trajeto saindo da minha casa em direção ao Bairro Sarandi atrasasse mais de 30 minutos. Isso acabou encurtando meu tempo com a N., mas mesmo assim pudemos conversar e combinar como organizaríamos para eu fazer as entrevistas atrapalhando pouco o fluxo de trabalho das cooperadas, e uma maneira de eu fazer alguma contribuição para elas, que foi através de fotografias dentro da cooperativa e em alguns eventos que a Univens e/ou o Banco participaram/organizaram. Espero

poder seguir contribuindo, apesar de agora estar sentindo a necessidade de estar afastada para poder me concentrar no processo da escrita.

Todas as entrevistas com as cooperadas foram gravadas (apenas voz), e tiveram termo de consentimento assinado por cada uma. Sempre que eu começava a conversar com elas eu perguntava se tudo bem que eu gravasse, e que havia um termo para ser assinado autorizando que eu o fizesse, de modo que eu não precisasse anotar tudo que fosse dito e, assim, a conversa ser mais fluída. Algumas delas pareciam estranhar a princípio a ideia da gravação e da entrevista de maneira geral, mas depois a conversa sempre acontecia tranquilamente.

Figura 6 - Fotografia de parte das trabalhadoras entrevistadas no seu ambiente de trabalho



Fonte: arquivo pessoal, 2023.

As entrevistas foram feitas em diferentes espaços da cooperativa. Em algumas ocasiões foi no pátio, outras em uma sala que é usada para assembleias e reuniões, outras no próprio espaço de trabalho. Isso permitiu que eu tivesse uma vivência mais realista do dia-a-dia de trabalho ali naquele ambiente: chegam clientes, telefone toca, vizinhos passam perguntando alguma coisa, barulho de avião ou moto passando. A vida acontecendo. Isso é uma coisa que chamou a minha

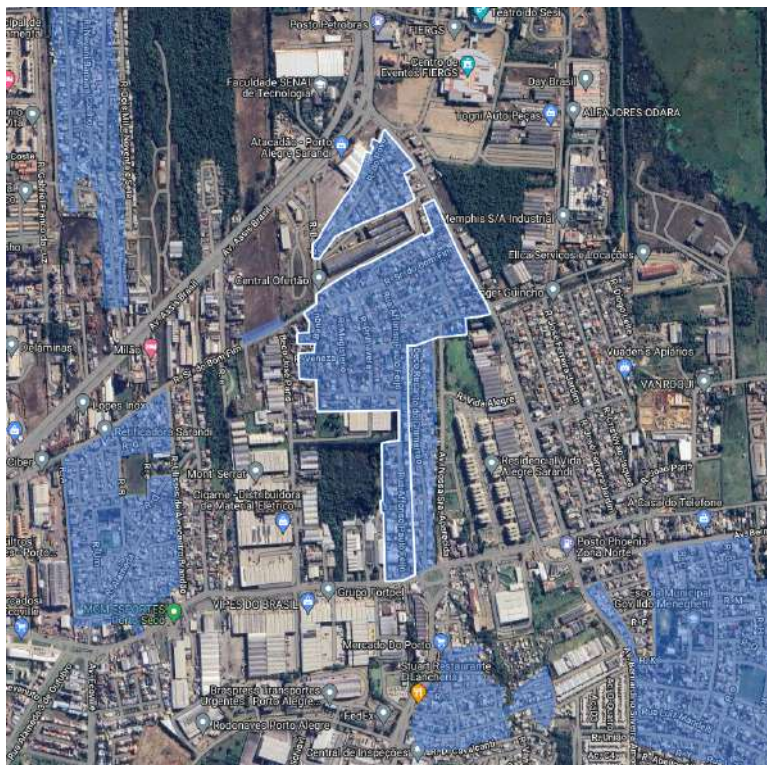
atenção: é uma rua bastante viva. Como comentei antes, existe uma linha de ônibus que passa em frente à Cooperativa, e existem mais duas linhas que passam consideravelmente perto. Essa linha que passa em frente à Cooperativa faz um caminho mais intra-bairro, inclusive passando em frente a alguns estabelecimentos comerciais locais que aceitam o Justo, a moeda do Banco Comunitário.

A Vila Nossa Senhora Aparecida é praticamente toda pavimentada e com acesso à rede de água e esgoto. Existe uma via paralela à rua onde se localiza a cooperativa que não é pavimentada e não possui rede de esgoto, é o Beco Recanto do Chimarrão. Na época em que foi realizada a pavimentação da região foi dito pelos responsáveis pela obra que existia algum impeditivo técnico, e portanto ela não seria pavimentada, como segue até hoje.

Segundo o ObservaPOA, essa via configura uma Vila à parte, que inclusive ainda está categorizada como aglomerado sub-normal pelo IBGE de acordo com o mesmo mapa do ObservaPOA (figuras 6 e 7).

Contudo, as cooperadas e demais moradoras da região com quem conversei consideram a área parte da Vila Nossa Senhora Aparecida, e as atividades e benefícios que se direcionam do Banco Justa Troca à comunidade também se estendem a essa região. Eu estive *na Chimarrão*, como as moradoras da comunidade se referem a essa via, no dia de uma atividade realizada em parceria do Banco Justa Troca com a Escola de Educação Infantil Nova Geração, falarei sobre esse dia mais adiante.

Figuras 7 (acima) e 8 (abaixo) - Mapa satélite da região da Vila Nossa Senhora Aparecida e Beco Recanto do Chimarrão, respectivamente, delineadas em branco.



Fonte: ObservaPOA, 2024.

<https://www.google.com/maps/>

https://www.google.com/maps/@-29.9883197,-51.1198414,1654m/data=!3m1!1e3!4m2!6m1!1s12vy0QutnA4ZT4lDCZuF2-bVSkw?entry=ttu&q_ep=EgoyMDI0MDgyMS4wKXKMDS0ASAFQAw==

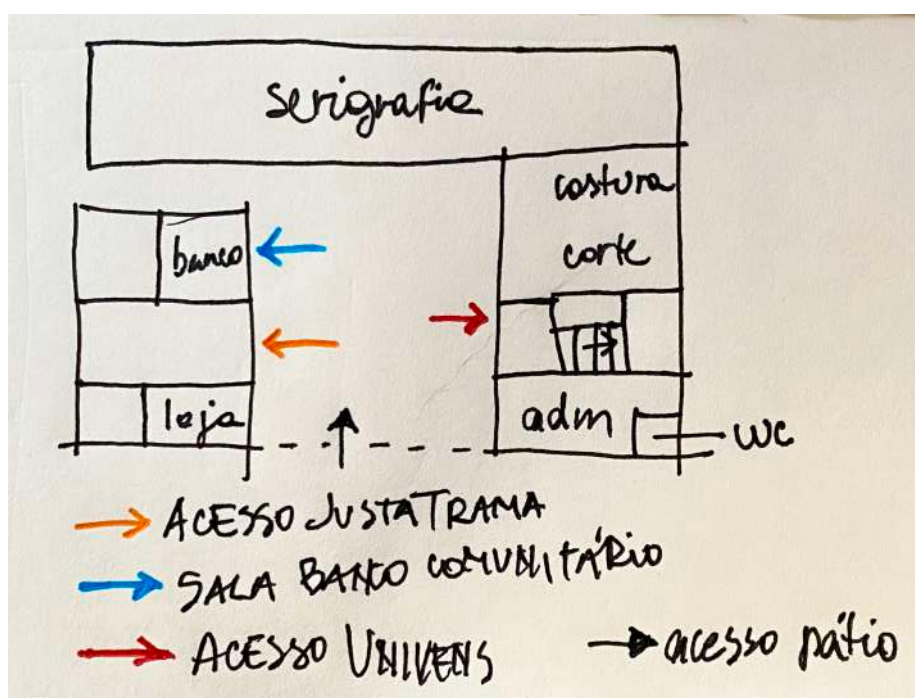
3.2.1 É muito pano pra manga: as trabalhadoras — da **Univens** e mais

Há pessoas que são necessárias e há pessoas que são importantes. As pessoas que são importantes acham que as outras pessoas existem para servi-las. As pessoas necessárias são diferentes, são pessoas que fazem falta. Pessoas que precisam estar presentes, de quem se vai atrás.

Nego Bispo¹⁵

As entrevistadas tem de 26 a 81 anos, tem vínculo com a Univens, com a Justa Trama e/ou com o Banco Justa Troca. Algumas estão ali desde o início da Cooperativa Univens, em 1996, e as que estão há menos tempo tem em torno de 3 a 4 anos de experiência ali. Foram 17 entrevistadas de um total de aproximadamente 22 trabalhadoras.

Figura 9 - Esquema da distribuição dos espaços na Cooperativa



Fotografia de desenho de caderno de campo: planta esquemática dos ambientes da cooperativa (sem escala e sem proporção exata).

Fonte: arquivo pessoal, 2023.

¹⁵ BISPO DOS SANTOS, 2023, p.12.

A Univens e a Justa Trama dividem um pátio, que se localiza entre as duas edificações e é por onde se dá o acesso às mesmas. Pátio esse onde realizei algumas das entrevistas. Uma sala da Central Cooperativa Justa Trama foi adaptada para ser cedida ao Banco Justa Troca, que é acessada através desse mesmo pátio.

Nos primeiros dias eu chegava, abria o portão de acesso de pedestres, que normalmente fica aberto durante o horário de expediente, e ia procurar a N., visto que ela que organizava com as colegas quem conversaria comigo em cada dia, conforme estivesse o fluxo de trabalho na cooperativa. Com o passar dos dias eu entrava, já conversava mais livremente com quem eu encontrasse primeiro, questionava se a pessoa sabia quem eu ia entrevistar naquele dia, já sabia o nome de várias cooperadas, e me sentia bem à vontade para ir ao banheiro, passear pelos espaços, olhar alguns detalhes, perguntar alguma coisa para alguém.

O horário de trabalho delas é das sete e meia da manhã até as onze (7h30-11h), e da uma da tarde até as seis (13h-18h). As seis em ponto toca um “sino” que sinaliza o fim do expediente. Todas pegam suas coisas, se organizam e saem juntas, a cooperativa é fechada e o alarme é ligado. Às vezes, quando tem alguma demanda, sobretudo organizacional de algum evento próximo, algumas ficam organizando os materiais que precisam ir para feiras, viagens, desfiles. Quem se envolve com essas tarefas são, normalmente, as que desempenham alguma função específica na Justa Trama. Também abordarei essa parte mais detalhadamente adiante.

Numa das primeiras tardes que eu passei lá, a última cooperada que entrevistei, a R., estendeu bastante a conversa comigo e ficamos até terminar o horário do expediente conversando. Foi nesse dia que ouvi pela primeira vez o sino tocando às seis da tarde e vi todas elas saindo juntas, se despedindo alegres, dividindo as que iam para uma direção e as que iam para a direção oposta da rua, a maioria a pé. Nesse dia o ônibus no sentido bairro-centro passou às seis e meia, provavelmente o ônibus anterior tinha passado logo antes de sairmos. Se por um lado tive essa espera num ponto de ônibus que não tem assento ou qualquer tipo de apoio — é do modelo simples e antigo, duas colunas metálicas que sustentam uma telha de zinco ou semelhante, já que a região ainda não foi contemplada pelas instalações mais recentes dos pontos de ônibus na cidade que começaram ainda em 2022 —, por outro lado pude observar a saída das cooperadas e depois ficar observando a

A junção de alguns fatores muito estruturantes da maneira como as cooperadas trabalham — liberdade para cuidar de questões familiares quando necessário, trabalhar perto de onde mora, horário que possibilita tempo de fazer almoço e mais alguma tarefa necessária; flexibilidade para chegar um pouco depois ou sair um pouco antes caso seja responsável por buscar ou levar crianças na escola — certamente foi o que possibilitou que muitas delas trabalhassem fora.

Em relação aos afazeres domésticos e às tarefas de cuidado, existe uma diversidade de realidades e de relações com esses assuntos. Muitas das mulheres ainda são as principais responsáveis pelas tarefas de cuidado da casa, e em muitos desses casos elas passam mais tempo em casa do que maridos e filhas/os, mesmo trabalhando fora. O horário de trabalho da cooperativa tem o intervalo grande porque se espera que as mulheres sejam as responsáveis por fazer almoço, por exemplo, e tenham outras demandas para dar conta que tornam importante um intervalo maior nesse horário.

Algumas contam que poder trabalhar fora foi peça chave para enfrentar e modificar alguns aspectos da divisão sexual do trabalho dentro de casa, seja no caso das que costumavam como autônomas antes de começar a trabalhar na cooperativa, das que estão na cooperativa desde antes de existir um espaço físico de trabalho, às que não tinham trabalho remunerado antes de estarem ali. A maioria das cooperadas que são casadas tem renda conjugada, e algumas compartilharam que houve situações em que os maridos ficavam sem renda, ou que se aposentaram antes, e isso fez com que eles tivessem participação mais ativa nos afazeres domésticos, e entendessem isso como um ajudar o outro.

Quanto à criação de filhas e filhos, a maioria ficou sem trabalho remunerado durante os primeiros anos das crianças, ou trabalhava de casa. As que trabalhavam fora normalmente dividiam o cuidado das crianças no horário de trabalho entre a escola/creche e alguma mulher da família. O assunto da educação dos filhos para que não esperem que as mulheres os sirvam parece bem presente, e tem relação forte com o trabalho remunerado fora de casa.

A D., 49 anos, branca, trabalha na costura na Univens há 6 anos, antes trabalhou como costureira autônoma em casa por 7 anos, e anteriormente trabalhou em supermercado, disse que agora que mora só ela e o marido é ela quem faz 90% do

serviço doméstico, o marido faz quando precisa, mas não por livre e espontânea vontade. Para ela, isso é um dos motivos que faz com que trabalhar fora de casa renda mais. Além da importância de aprender conversando e vivenciando em conjunto.

Ela também conta que o filho, que tem 24 anos e saiu de casa para morar com a namorada no centro, mais perto da UFRGS, onde ambos estudam, 'ajudava' muito em casa, pois foi educado desde pequeno: "não é por ser menino que tem que criar com mentalidade de ogro", ela me disse, rindo. A D. também compartilhou comigo que o marido queria mais filhos, mas ela não quis porque viu muito as dificuldades das irmãs com muitos filhos, e queria dar boas condições para o filho estudar. "Através do filho a gente realizou um sonho".

A A., 43 anos, negra, trabalha na Univens há 5 anos, trabalhou em fábrica, no comércio, tem três filhos, já sabia um pouco de costura devido a ter uma avó costureira, mas fez um curso no SENAC antes de começar a trabalhar na Univens, me contou que na casa dela o trabalho doméstico é bem dividido. "Não vou dizer que meu esposo ajuda porque não é ajuda, né. Ele participa das tarefas ativamente, os meus filhos também. Eu coloco essa consciência neles de que a casa, o espaço é nosso, é do coletivo, então eles também tem que ter um cuidado". O marido e o filho mais velho da A. trabalham fora também, e os dois mais novos ficam um turno na escola e outro com a sogra dela, que mora perto.

A partir da maneira que a A. colocou como ela vê e lida com a questão do trabalho doméstico, eu senti que podia entrar mais no assunto. Ela me disse que acha importante trabalhar em um ambiente em que se pode tocar nesses assuntos, mesmo existindo mulheres com visões diversas, algumas que pensam como ela e outras que são mais tradicionais que naturalmente acabam se envolvendo com questões políticas, porque acabam participando das discussões que as demais trazem. E existe uma transformação fora do ambiente de trabalho, com frequência acontecem comentários como "leve pra casa aquilo que tu falou", "compartilhei com meu filho". E falou sobre estar presente em atos políticos fora dali e mostrar que existe trabalho fora da exploração: "eu acho importante a gente estar presente e dizer que sim, existe economia solidária, que é um modo de trabalho, né, não é só o capitalismo".

A. também tinha compartilhado comigo que faz parte do Coletivo Mães Pretas, de Porto Alegre, que reúne mais de 60 mães que se organizam para fazerem atividades coletivas e reúnem suas crianças. Numa primeira pesquisa sobre o Coletivo, encontrei a página do mesmo no Instagram, onde além de reunir fotos e informações sobre as atividades do Coletivo, é um espaço para as mães pretas partilharem seus escritos sobre assuntos que se relacionam a ser mulher negra, e ser mãe. Numa das primeiras fotos vi uma mulher do coletivo vestindo um macacão Justa Trama, abraçando sua filha. Reconheci rápido que a foto foi de um desfile da Justa Trama, no qual ela provavelmente foi uma das modelos. Em outra foto, vi algumas das mães com a camiseta do Coletivo e pensei: “acho que é algodão Justa Trama”. Abri a foto e era mesmo. Na postagem elas comemoravam felizes as novas camisetas do coletivo feitas com algodão agroecológico Justa Trama e a alegria de poderem abordar a questão ambiental no espaço do Coletivo. Redes vão se tecendo.

Perguntei sobre a questão racial no trabalho na Univens, como a A. vê e como é para ela, considerando que a maioria das cooperadas são brancas. Ela disse que na cooperativa ela, a Z. e a L. são negras, e conseguem ter voz ativa de igual para igual com as demais, assim como na distribuição de trabalho, não existe uma diferenciação, então não é uma questão para elas ali dentro. Contudo, racismo é um assunto que é abordado tanto pelas cooperadas nas conversas, quanto nas atividades abertas para a comunidade, por exemplo, uma roda de debate organizada através do Banco Comunitário sobre negros no mercado de trabalho.

A L., 64 anos, negra, trabalha há 17 anos na Univens, na costura, também me contou que há muito tempo participa do movimento negro. E participa de outros grupos (de matriz africana, da bancada das mulheres) com os quais se envolveu um pouco antes da pandemia e que cresceram muito no período, segundo ela. Ela acredita que se organizar coletivamente é muito importante: “o ser humano não vive isolado, né, o ser humano foi feito pra viver em grupo”, me disse. Gosta de participar sempre que pode das atividades que acontecem organizadas pela Univens, Justa Trama, Banco Comunitário.

“Participando eu to ajudando e me ajudando. Eu não tô fazendo só pra pessoa, a pessoa tá fazendo pra mim também, é uma troca, sabe? De saber, de sabedoria, de vivência. Tudo que a gente pode fazer, botar as pessoas aqui dentro, a gente faz.”

Quando eu comecei a entrevista com a L. ela parecia bem tímida, o que foi muito interessante porque logo antes tínhamos lanchado coletivamente, era um lanche temático do dia das bruxas e cada uma tinha levado alguma coisa, a cozinha estava enfeitada com teias e abóboras e L. tinha se fantasiado de bruxa com muito entusiasmo. Depois do intervalo ela tirou a fantasia e veio conversar comigo, e me disse muita coisa incrível. Lembro que fui para casa nesse dia pensando na fala dela.

Quando perguntei sobre a questão do trabalho doméstico, ela disse que com o marido já falecido, pai dos filhos dela, ela fazia praticamente tudo sozinha, frequentemente indo dormir muito tarde, e acordando antes de todo mundo na casa. “A mulher foi ensinada que tem que fazer tudo, então eu fazia. Chegava e fazia um monte de coisa, até o que nem era pra eu fazer. ‘Deixa que eu vou, deixa que eu faço’. O tempo foi passando e as coisas foram se encaixando”. Hoje, com o atual companheiro, as tarefas são divididas. E ela colocou a cooperativa e as experiências que teve durante todo esse tempo ajudaram muito a refletir sobre essas e outras questões:

“Nesse tempo que eu comecei a trabalhar aqui na cooperativa a gente começou a conhecer outras coisas que a gente não conhecia. Pessoas, grupos... Vários tipos de grupos. Então a gente foi aprendendo que não, não é a gente que tem que fazer. O homem tem que ajudar, porque o homem come igual a gente. Não é a gente que suja a roupa dele, é ele que suja a roupa dele, então ele tem que também ajudar. A não ser que ele esteja impossibilitado aquele dia de ajudar, a não ser que ele também tá fazendo outra coisa, daí eu vou lavar a roupa dele porque ele tá fazendo outra coisa. Ele não vai ficar com o controle na mão e eu ir pro tanque. A convivência aqui ajuda a melhorar porque a gente foi conhecendo esses grupos e conversando e orientando. E a gente vai visitando outros lugares. A gente já viajou bastante aqui, vai conhecendo outro

tipo de vida e vai vendo, fazendo a comparação. O dia-a-dia a gente tá sempre comparando, fazendo as comparações: ‘eu tô certa em fazer assim ou eu tô errada?’. O marido quer uma cerveja, eu vou lá buscar? É ele que tá com vontade de tomar, não eu, então ele que vai buscar. Ele pode e deve ir. Ele que tá com sede.”

A L. trabalhou mais de 25 anos na indústria da metalurgia, onde começou com 19 anos, nessa época tinha um filho. Depois de uns dois anos na metalúrgica engravidou do segundo filho, tirou a licença maternidade, e voltou a trabalhar. Os filhos ficavam com a mãe dela, que morava perto da casa dela, então ela conta que levar e buscar as crianças era mais uma tarefa para fazer antes de ir trabalhar e na volta do serviço. Quando eu perguntei sobre as diferenças entre o trabalho anterior e o trabalho na cooperativa, ela comentou sobre serem iguais ali dentro e decidirem tudo juntas, diferente do anterior em que as decisões eram tomadas pelo comando, diretoria, chefes. Segundo ela, para os ajudantes, auxiliares, “aqueles nomes que eles colocam na gente”, sobra executar as tarefas. Então perguntei sobre a diferença na vida e ela começou a contar sobre a rotina antiga, quase que dando um passo-a-passo das tarefas e dos problemas que enfrentava entre a hora que acordava pela manhã, e a hora que ia dormir à noite. À minha cabeça imediatamente veio a música Construção, de Chico Buarque — a repetição, a falta de vitalidade, a espoliação.

"A preocupação que eu tinha antes era sempre no domingo ir dormir um pouco mais cedo pra no outro dia ter disposição e acordar uma hora, uma hora e meia mais cedo, me agilizar dentro de casa, ir pra parada. Até chegar a parada, 10 minutos, mais uns 15 esperando o ônibus, mais uns 20 andando no ônibus, mais o tempo de descer do ônibus até chegar na indústria, aí vou trocar de roupa. 2h-2h30 em função disso até começar minha tarefa no trabalho. E a mesma coisa a volta: trocar a roupa, ir pra parada, esperar o ônibus, qualquer distração o ônibus passa e a gente não vê. Daí pode contar no relógio mais 15-20 min até chegar o ônibus. Dentro do ônibus com sono, cansada, tem que cuidar pra não passar da parada, aquela coisa toda, né. E as vezes dentro do ônibus... acontece

coisa dentro dos ônibus, tu sabe, né. Cuidar o roubo, cuidar as pessoas... As pessoas tocam na gente, essas coisas tudo que tem dentro dum ônibus, porque é tudo apertado, se esmagando ali. (...) A diferença é bem grande, dá pra acordar um pouquinho mais tarde, dá pra pegar a bicicleta, dá um pouquinho já tô aqui. Se chegar um pouquinho atrasada não tem que explicar nada pra ninguém. Se fosse na indústria não ia nem poder mudar a roupa, ia lá ter que explicar porquê eu cheguei atrasada e ainda convencer o patrão que não foi minha culpa, que foi culpa do ônibus que estragou, ou alguma coisa que tenha acontecido no trânsito. Ter que explicar e convencer ele pra não perder, porque eles sempre fazem os benefícios. Aqueles benefícios eles põem — pra beneficiar a gente que não é — é pra beneficiar eles. Porque se tu chegar atrasado tu perde aquele e aquele outro, aqueles itens, aqueles itens. É falso aquilo, né, porque eles querem a gente naquela hora até o momento que no relógio os ponteiros tocam um no outro, aí tu se desliga dali. É isso que eles querem. Porque o que eles dão, eles ganham muito mais. Quem vai ganhar com isso são eles. E isso a gente tem noção, mas a gente não tem o que fazer."

E o tempo que ganha serve pra fazer outras coisas: *"às vezes é de lazer, (...) é uma vivência, almoçar em casa, tirar um soninho meio-dia. É qualidade de vida que vai se adquirindo"*.

A S., 64 anos, 19 anos na Univens, branca, cearense, começou costurando em casa, era a maneira possível, por ter filho pequeno, mas prefere sair para trabalhar. Disse que parece que os problemas ficam fora da cooperativa. Segundo ela, todo mundo junto consegue resolver as coisas e isso facilita demais o trabalho.

As palavras que mais apareceram na fala das cooperadas foi liberdade e responsabilidade: liberdade de não ter patrão, de poder sair quando precisa para resolver algum problema, cuidar de algum familiar que precise; responsabilidade de saber que se não produzir, não ganha, de ter que decidir as coisas e lidar com o trabalho com seriedade.

A G., 50 anos, branca, há 8 anos na cooperativa (ficou um ano afastada durante esse período para cuidar da mãe que estava doente), trabalha na serigrafia, tocou na questão da liberdade como fundamental para ela. Começou a trabalhar fora aos

doze anos de idade cuidando de crianças — não concluiu a escola —, e desde então trabalhou com limpeza, em casa de família, auxiliar de cozinha, vendedora, recalque em cerâmica. Conta que no comércio era muito estressante, tinha que ser *“vendedora, psicóloga, advogada, tudo”*, e que os chefes não se importavam se ela tinha algum problema em casa, se o filho estava doente, *“pra eles não importa né, o importante é o trabalho”*.

Pelas dificuldades de ter quem cuidasse dos filhos quando eram pequenos, saiu do trabalho no comércio e ficou um tempo sem trabalho remunerado até o filho pequeno estar na escola. Quando o filho mais velho estava no ensino médio e o mais novo no fundamental, começou a trabalhar na cooperativa com a tranquilidade de chegar um pouco mais tarde para poder levar o filho mais novo na escola, além de ganhar algumas horas no dia por poder ir em casa no horário do almoço, e levar cinco minutos a pé para ir ou voltar do trabalho. Disse que pretende ficar ali até se aposentar.

No dia que eu entrevistei a G., ela disse que não sabia se ia conseguir responder as minhas perguntas, e eu falei que com certeza ela teria coisas pra dizer que seriam importantes para mim. Assim como algumas outras cooperadas que estão ali há menos tempo, não tem uma relação profunda com a Economia Solidária e com o histórico da cooperativa. Contudo, compartilhou comigo todos esses aspectos importantíssimos da diferença da vida dela trabalhando em outros lugares, e trabalhando ali. Em um outro dia que estava na cooperativa pude observar um pouco do trabalho na serigrafia. Fiz alguma pergunta sobre o processo de fazer a serigrafia e a G. começou a me explicar várias coisas do trabalho com muita propriedade e profissionalismo, foi uma cena muito potente de se ver, porque era nítida a posição dela, naquele lugar, enquanto trabalhadora, criadora, e figura ativa no trabalho que desempenha.

A P., 48 anos, branca, há 24 anos na cooperativa como costureira, compartilhou comigo que essa é uma questão que faz com que algumas pessoas não se adaptem ao trabalho na cooperativa. Segundo ela, as que estão lá há mais tempo se envolveram mais com os aspectos ligados à Economia Solidária e ao Orçamento Participativo, e muitas vezes as que entram tem a prática de trabalhar em outros lugares onde estão acostumadas a receber tarefas e executar, e não entendem que

ali demanda participação, demanda a construção contínua de outras coisas, que isso é a Economia Solidária. E tem outras que tem demandas com filhas/os, netas/os, e realmente não podem participar de atividades fora do horário, e nem sabem que isso também é exercer a Economia Solidária.

Ela participou de reuniões do Orçamento Participativo quando era bem jovem. A mãe dela participou do processo de criação da cooperativa, mas não pôde ficar porque no início a renda era muito baixa e ela precisava ter renda, então seguiu trabalhando como costureira autônoma. A P. tem uma filha de 24 anos que quando era pequena ficava um turno na creche/escola e outro com a avó, para que ela pudesse trabalhar.

Quando a Justa Trama foi criada, ela entrou junto e desde então participa da diretoria, é a tesoureira, e isso demanda participar de reuniões online e se envolver com mais tarefas, que acabam se estendendo para fora do expediente. Ela conta que a maioria delas se envolve em coisas fora do horário de trabalho, já que os eventos e as feiras muitas vezes pegam final de semana. Porém, dentro do possível, elas fazem revezamento entre as cooperadas, de forma que não fique tão pesado para ninguém, e para que haja aprendizado, ir *“vendo como funciona, vai entrando e vai gostando, quando vê tá pegando outra coisa”*, contou a P. Mas o revezamento é importante até porque ela — e muitas outras me relataram também — gosta de fazer outras coisas: passear, ir a baile, descansar, estudar. A P. se graduou há não muito tempo em Gestão de Recursos Humanos estudando no turno da noite. Quando era mais nova não era acessível para ela fazer um curso gratuito, mas não tinha como pagar para estudar, uma coisa que mudou com o ProUni, e foi assim que ela fez o curso que ela queria.

A P. acha que as conversas com as colegas e todo o percurso coletivo lá dentro ajuda a transformar as relações dentro de casa também, quando eu perguntei sobre a relação com o marido, com o trabalho doméstico, ela disse que juntas foram aprendendo que *“tem coisas que a gente pode dizer que não é assim, que a gente pode fazer diferente”*, que no casamento dela, de 28 anos, mudou muito ao longo do tempo, e acrescentou *“e eu acho que aqui no trabalho também ajudou a gente a poder falar, dizer que a gente não precisa aceitar o que a gente não gosta”*. Para P.,

apesar de ter colegas que parecem ter a cabeça mais fechada para essas coisas, a mudança vai acontecendo dentro:

“Tem as mudanças também que a gente faz dentro da gente, né, e saber que a gente pode fazer qualquer coisa... a gente empondera também. A gente fala de política, fala um monte de coisa, coisas que às vezes [antes] a gente nem sabia de nada — ‘ah, qualquer coisa tá bom’. Agora tem uma cabeça, (...) agora eu to entendendo até demais. E daí assim a gente vai entrando, né. Transforma muita coisa.”

A amizade e a relação de cooperação entre as trabalhadoras também foi tópico que apareceu com frequência, sem eu necessariamente perguntar diretamente sobre isso.

A Dona I., a mais velha das cooperadas, branca, tem 81 anos, está na Univens desde o início, conta que no começo era bem difícil porque tinha que trabalhar muito, e ganhava pouco, às vezes não ganhava nada, e tinha muito mais responsabilidade do que imaginava que teria. Agora tudo já está melhor, e acha que as atividades que acontecem ali são muito importantes, porque ajuda a comunidade, e traz visibilidade para o trabalho delas. Ela conta que tinha se planejado para parar de trabalhar quando completasse oitenta anos, o que acabou não acontecendo. Já tem oitenta e um e ainda está ali, pois se sente em família, as relações de amizade são muito boas, não é um ambiente individualista. Falou da importância de aprender, que aprendeu a costurar mesmo no próprio processo, e até hoje trabalha sempre aprendendo.

A R., 60 anos, branca, há 4 anos na cooperativa, também falou da coletividade e do aprendizado como sendo muito especiais. Ela me contou que é até estranho estar ali e falar de si no singular enquanto profissional, porque tudo é feito pelo coletivo. Segundo ela, não tem nada que comece na cooperativa que não tenha a participação de todas, e que isso demanda responsabilidade, mas também dá muita tranquilidade. Ela diz que tem quem comece a trabalhar ali com experiência empresarial de ter que cumprir horários e metas e estranha muito, e, às vezes, não se adapta a ideia de ter a liberdade e a responsabilidade juntas. Se não, disse a R.,

“não funciona, e atrapalha a vida lá fora, porque se não fizer, todas perdem”. E que pensar nas sobras, que é o que seria o lucro da cooperativa e é dividido entre todas, faz pensar também em sustentabilidade:

“Tudo que economiza em material, tinta, linha, é mais sobras. Acaba que cria outra relação com a matéria-prima, com desperdício, sustentabilidade. Tudo é cuidado, a tinta é a base de água por causa da questão ambiental. Outra coisa muito legal é passar isso pros filhos e netos, do lixo orgânico, do reaproveitamento, tudo isso a gente aprende aqui. Porque tem os cursos aqui disso, né. Semana que vem acho que vou fazer o curso de tingimento natural”.

Perguntei à R. se ela sente que ali existe uma valorização do tempo para aprender, como algo que faz parte do trabalho e ela respondeu com muita certeza que sim: *“enquanto eu paro pra aprender pra depois dividir com elas, elas ficam lá trabalhando, e o que elas tão fazendo elas dividem comigo. Então é uma troca. Ninguém perde. (...) Tudo é aproveitado, até a horinha do curso”.*

Também perguntei à R. sobre a presença da economia solidária no dia-a-dia delas no trabalho. Ela me respondeu que é um carro forte, e que a questão de gênero ser uma coisa que está sendo muito debatida na atualidade, chama muita gente para conhecer elas enquanto grupo de mulheres da economia solidária.

“E pra manter uma cooperativa 27 anos, cá pra nós duas, tem que ter raça, né, porque não é fácil. E só mulheres, só mulheres. Tu tem ideia do quanto essas mulheres muitas vezes abriram a mão da casa delas, das coisas delas? (...) Mas a questão da creche pra botar os filhos pras mulheres poderem trabalhar... Quer dizer, foi toda uma coisa que foi sendo construída. Depois veio a Justa Trama, tudo... Uma coisa puxando a outra, tá tudo ligado né. E só mulheres, mulheres e mulheres, né. Sempre mulheres. Aqui a gente faz tudo”.

Figuras 11 e 12 - Fotografias do ambiente de trabalho da Univens e Justa Trama tiradas desde o hall.



Fonte: arquivo pessoal, 2023.

Sobre trabalhar perto de casa, todas falaram ser muito bom, algumas pela qualidade de vida que se ganha com o tempo a mais que se tem, outras porque nem teria se tornado possível trabalhar fora se não fosse nessas condições. Duas cooperadas comentaram sobre o que se perde trabalhando tão perto. O que foi muito interessante é que foi a I., a mais velha das cooperadas e que está na Univens desde o início, e a C., que é uma das mais novas e está na cooperativa há cinco anos.

Na trajetória de I., o máximo de tempo que levava para chegar ao trabalho no centro era uma hora e quinze minutos. Mas isso já fez tendo os filhos maiores. Quando os filhos eram pequenos trabalhava na lavoura, perto da casa. Trabalhar perto de casa é muito bom, *“apesar que tem aquele negocio que tu deixa de conhecer o mundo lá fora. Porque tu levanta de manhã, tu vem praqui, daqui vai pra casa, da casa vem praqui. E aquele negocio de tu passar olhando as ruas, aquela meia hora, de ônibus, quarenta minutos de ir e vir, trabalhar no centro, sair, ver o movimento. A gente sai fora daquele ritmo do centro. Quando eu trabalhava mais longe eu gostava também. Claro que eu era mais nova”*.

A C., 32 anos, há 5 anos na cooperativa, branca, falou que às vezes dá um desânimo fazer tudo tão perto e não ir em outros lugares, mas que tem muito mais aspectos positivos. Ela tem um filho adolescente, que está cursando o Ensino Médio e uma filha pequena, que estuda na Escolinha Nova Geração. Ela faz tudo de bicicleta, vai ao mercado, leva a filha na escola, vai trabalhar. Gosta muito de trabalhar entre mulheres, sente que dá mais tranquilidade, segurança e conforto, e gosta muito de estarem sempre conversando e dividindo as coisas da vida. E também sente que não existe hierarquia nas relações de trabalho, por exemplo, a opinião dela que está ali há menos tempo que a maioria tem o mesmo valor, e sente que é sempre considerada, da mesma maneira que sabe que quando precisar de ajuda, vai receber. Ela faz parte da Associação de Moradores (ACONVI), trabalha voluntariamente de secretária quando tem as assembleias, e participa muito das atividades que acontecem ali. Sempre morou na rua paralela à cooperativa, que é o Beco Recanto do Chimarrão.

Esse sentimento de valorização da opinião e da experiência de cada uma extrapola o trabalho em si. A E., 70 anos, branca, trabalha na Univens desde o início, em

1996, trabalha atualmente no corte e emite as notas fiscais da cooperativa. Ela falou sobre as pessoas que conheceu que nunca imaginaria — prefeito, governador, secretários — e sempre se sentiu tratada como igual, sempre sentiu que valorizavam a sabedoria delas. Inclusive médicos, dentistas, que antes era uma coisa de outro planeta, e que com os profissionais do posto de saúde da Vila também é de igual para igual.

À T., branca, 22 anos na Univens, perguntei se a relação com a Justa Trama, com a Economia Solidária e as questões do meio ambiente refletem no trabalho e na maneira que encara outras coisas na vida e ela respondeu que sim, que faz com que elas gostem mais do trabalho:

“Às vezes acaba vendo o que é a vida por fora. Se tu fica só em ti, às vezes não vê o que as pessoas, os pensamentos, o que que evolui pra cada um. É uma coisa que te ajuda a mudar também. (...) Acaba vivendo outras coisas. Quando trabalhava no outro lugar tu era só o serviço, só costurar e fazer. Aqui não, aqui a gente tem que participar das coisas e acaba evoluindo”.

Figura 13 - Fotografia do hall de entrada da Cooperativa Univens e da sala administrativa da Cooperativa Central Justa Trama.



Fonte: arquivo pessoal, 2023.

Três das trabalhadoras entrevistadas trouxeram relatos de rotinas que estão atualmente mais sobrecarregadas entre o trabalho ali, os trabalhos de cuidado, e outras funções: duas porque tem filha/o pequena/o no início da vida escolar, e uma porque está responsável por ajudar o filho adulto divorciado nos cuidados com os netos.

O., 58 anos, 9 anos na cooperativa, trabalhou em empresas e em grandes redes de supermercados, contou que para ela a maior diferença é a união de todas, mesmo com algumas discordâncias. Ela que atualmente está sobrecarregada por estar ajudando o filho com os netos, o que ficou ainda mais pesado depois que o marido, que já se aposentou e fazia muitos dos afazeres domésticos e de cuidado, machucou a mão.

A Z., 40 anos, negra, há 4 anos na Justa Trama, é uma delas: além de trabalhar na cooperativa e ter um filho pequeno, trabalha à noite, inclusive nos finais de semana, em um estabelecimento de uma amiga produzindo lanches, para ter renda extra, que precisa por estar construindo sua casa no mesmo terreno na casa da sua mãe. Ela trabalhou em diferentes setores durante a vida, e ficou parada por escolha própria do final da gestação até o filho ter um ano e quatro meses. É técnica em radiologia, trabalhou em hospital devido à formação. O trabalho noturno no trailer da amiga, bem como o anterior no trailer próprio, ficam bem próximos à casa dela e à cooperativa, enquanto os demais eram bem mais longe.

Trabalhar perto de casa para ela faz muita diferença, só assim se torna possível fazer tudo que faz, assim como ter a liberdade de resolver questões familiares caso precise. A mãe dela normalmente faz o almoço e algumas tarefas domésticas diárias, e nesse horário a Z. consegue resolver várias coisas, que não seriam possíveis de fazer caso trabalhasse longe. Tem tido pouco tempo de lazer com a carga de trabalho atual, e trabalhando à noite no trailer de outra pessoa não tem a liberdade para não abrir quando quisesse, como faziam quando tinham o próprio trailer.

Ela é associada da Univens, mas trabalha na Justa Trama, fazendo o trabalho administrativo. Isso faz com que ela tenha que lidar com cliente via telefone, fazer toda a logística entre os elos da Justa Trama, e às vezes faça coisas do trabalho fora do horário através do email ou WhatsApp.

Apesar de ter crescido na região — os pais dela estão ali desde quando a área foi ocupada — tem muito mais relação com a comunidade agora do que antes e gosta de participar das atividades dentro do possível.

A F., 27 anos, branca, trabalhou de 2013 a 2016 na Justa Trama, e voltou a trabalhar lá em abril de 2023, quando a filha começou o ensino fundamental. Ela é outra das trabalhadoras que mencionou uma rotina bastante corrida, e é a única das trabalhadoras do conjunto que não mora no Bairro Sarandi: ela mora há três anos em Cachoeirinha, uma cidade da região metropolitana que faz divisa com o bairro. Residiu na Vila a vida toda até então e sua mãe, irmã e outras familiares ainda moram ali, dando suporte a ela com o trabalho de cuidado com a filha. Também é essa a única trabalhadora atual que tem menos de trinta anos de idade. Ela trabalha para a Justa Trama e não é cooperada, e sim contratada como MEI. O salário dela é pago via investimento de parceiros (ONGs, institutos) na Cooperativa Central Justa Trama.

Trabalhou em restaurante por um ano, depois foi para a Justa Trama. Quando a filha nasceu, ficou um tempo em casa, depois trabalhou em confecção de roupa até o pai ficar doente, quando optou por ficar em casa cuidando do pai e da filha. Fazia doces para vender, mas o preço das coisas subiram muito, então deixou de valer a pena.

Ela compartilhou comigo que tem bastante demanda de trabalho na Justa Trama, e que no início sofria bastante com o sentimento de que não ia dar conta, principalmente porque aprendeu fazendo, e em algumas épocas do ano existem muitas feiras, eventos, viagens, e o trabalho parece não render, porque tem muito para organizar, muita prestação de contas. Ela diz que agora *“se um dia não deu, tenta no próximo”*. Quando F. comentou que sempre aparecem mais coisas para fazer além das pré-estabelecidas, eu perguntei brincando se era parecido com as atividades de casa, onde a gente vai fazer uma coisa e encontra outra, e ela respondeu: *“isso mesmo, quando tu vê tu tá fazendo outra coisa, e não terminou o que era pra tu fazer”*. Comentei sobre o trabalho na costura ser mais relacionado às mulheres, mas esse aspecto multi-tarefas também ser, e que os homens, em geral, não tem essa destreza. A F. concordou e completou que enquanto o homem chega

no final do dia e o que fez foi ir trabalhar, ela, por exemplo está ali, mas está pensando que a filha ainda não fez uma tarefa, que precisa comprar tal coisa.

O salário dela é pago por uma instituição da Espanha que é parceira da cooperativa. Elas montam projeto para o ano inteiro, que inclui diversas atividades, e o pagamento da F. é incluso nesses projetos. Segundo F., as demandas dos projetos acabam fazendo com que o trabalho muitas vezes se estenda para fora do horário, principalmente através do WhatsApp. Por outro lado, tem a possibilidade de sair para resolver alguma coisa quando precisa, e tem o combinado de que ela sai para buscar a filha no colégio um pouco antes do fim do expediente e a filha dela fica com ela na cooperativa até as 18h. Para evitar o congestionamento causado pelo trânsito do fim da tarde, ficam um tempo na casa da mãe da F. depois que sai do trabalho, então vão de carro para casa. Usa o horário das oito até a meia-noite para fazer todos os afazeres domésticos.

Perguntei sobre a participação do marido nos afazeres e ela respondeu que eles dividem, mas ele trabalha com instalação de ar-condicionado, inclusive em empresas e comércio, então muitas vezes trabalha à noite, além de ter muita demanda de serviço no verão, fazendo com que ele passe muito tempo fora. *“Final de semana é lavar roupa, é uniforme, ainda mais com filho pequeno, ela fez 7 anos. Tem escola, tem tarefa... Ela tá aprendendo a ler. Meu deus do céu, é muita coisa, é muito puxado”*, desabafou comigo.

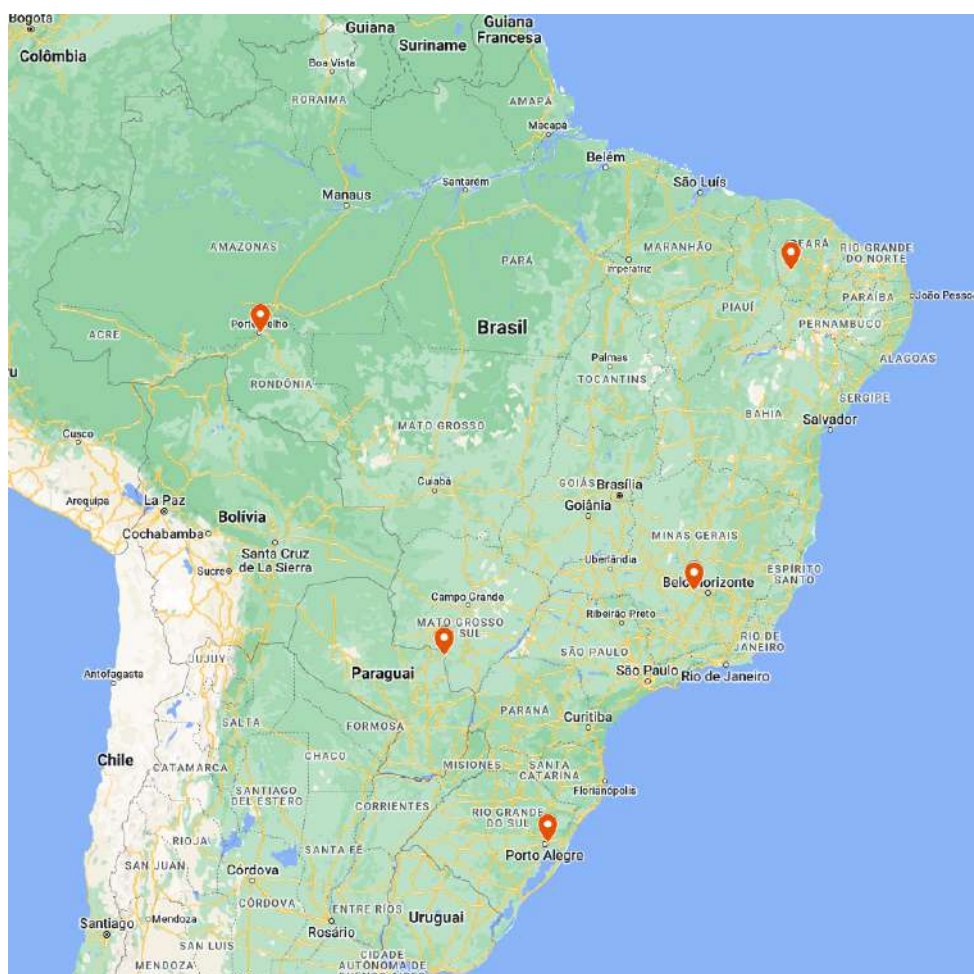
Comentei sobre a falta de flexibilidade ser o que muitas vezes faz as mulheres saírem dos trabalhos remunerados e ela respondeu que foi o que aconteceu com ela, que resolveu sair do trabalho quando o pai ficou doente, porque normalmente não se tem compreensão dos empregadores. Falamos sobre esse esquema que se tem organizado ali ser muito funcional pra quem mora perto, e apesar de ela ter que fazer toda essa organização para ser possível, ainda é em um lugar onde tem a compreensão da realidade dela, e por ter a rede de apoio ali perto, funciona.

*3.2.2 Redes que se tecem a partir dos encontros entre trabalho cooperado e agroecologia: a **Justa Trama***

A Justa Trama foi criada em 2005 e hoje articula 600 cooperativados/associados em cinco estados das cinco regiões do Brasil: Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rondônia. Em Taúá (CE) se localiza a Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional (ADEC), onde é feito o plantio do algodão orgânico; em Pontaporã (MS) se localiza a Associação da Escola Família Agrícola da Fronteira (AEFAF), onde é feito o plantio do algodão orgânico colorido; em Pará de Minas (MG) se localiza a Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas (Coopertêxtil), onde é feita a fiação e tecelagem; em Porto Alegre (RS) se localiza a Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (Univens), que faz a confecção das roupas; em Porto Velho (RO) se localiza a Cooperativa Açaí onde são produzidos os botões das roupas, os colares de sementes e bonecas com os retalhos da confecção; também em Porto Alegre (RS) se localiza o Coletivo Inovarte, que produz bichos e jogos pedagógicos com as sobras da confecção; e ainda em Porto Alegre (RS) se localiza a Sede da Cooperativa Central Justa Trama, e a sua loja física.

Essa trama foi feita a partir do desejo de coletivizar ainda mais o trabalho que era organizado de forma cooperativada, sobretudo a partir da organização que já acontecia para a realização dos Fóruns Sociais Mundiais e Fóruns da Economia Solidária. A Justa Trama tem recebido diversos prêmios já há algum tempo enquanto empreendimento inovador e sustentável, por vezes recebendo prêmios financeiros que auxiliam nos seus próximos passos, como na compra de equipamentos, por exemplo. A participação da cadeia produtiva em eventos, programas de redes de televisão e podcasts, além de ampliar o conhecimento que se tem sobre a marca no Brasil e fora, traz outra repercussão da Justa Trama dentro da própria comunidade.

Figura 14 - Mapa do Brasil com marcações nas cidades de localização das cooperativas que compõem os elos da Cooperativa Central Justa Trama.



Fonte: arquivo pessoal sobre imagem do Google Maps, 2024.

Mais de uma cooperada da Univens mencionou nas conversas-entrevistas comigo que muita gente passou a saber mais sobre a Justa Trama, a elogiar e se referir a marca como uma coisa que é do *seu lugar* após a participação da Cooperativa no programa Globo Repórter em dezembro de 2022. Segundo as cooperadas, isso traz bastante visibilidade para a Justa Trama pela comunidade, como traz visibilidade de fora para a comunidade, como um território onde experiências inspiradoras podem ser criadas.

Elas comentaram bastante sobre a importância de a história da Justa Trama ser recebida pela população para que se fale sobre a questão ambiental e dos agrotóxicos. Existe bastante consciência no discurso das cooperadas sobre o impacto dos agrotóxicos na vida dos trabalhadores do plantio do algodão. Essa discussão parece se aproximar muito mais da realidade delas e da comunidade porque fala do problema na vida de trabalhadores, no *agora*. Diferente de

discussões ambientais que muitas vezes parecem abstratas e distantes no tempo e no espaço.

Toda a administração da Justa Trama é feita pela Univens e pelas funcionárias da Justa Trama, que, exceto a Z. que é trabalha para a Justa Trama, mas é associada da Univens, não são cooperadas. Isso faz com que essas trabalhadoras, que são a F. e a J., não participem das sobras. Esse trabalho administrativo envolve o atendimento ao cliente — na loja física, por telefone, WhatsApp e pelo site —, e envolve toda a logística de levar o material de um elo para o outro, que implica em orçar frete, calcular carga, emitir notas. A parte de marketing, de organizar as coleções de roupa, ir atrás de parcerias para fazer as fotos, organizar desfiles, tudo isso acontece no elo da Univens, sem elas terem remuneração extra por isso. Se por um lado isso é possível devido à toda a articulação que elas possuem devido à sua trajetória, tem uma concentração de trabalho que a mim, pareceu não devidamente reconhecida. É quase como se houvesse um espelhamento de um trabalho reprodutivo, mas do empreendimento, concentrado ali.

Isso não é necessariamente uma crítica aos outros elos da Justa Trama, dos quais não me aproximei o suficiente para dizer se teriam possibilidade de assumir parte das funções. Há um certo sentido na concentração da organização em um local, contudo, me pareceu ser um desafio que está sendo estudado e enfrentado, que talvez demande mais pessoas envolvidas nessas tarefas, que, ao meu ver, poderiam ser cooperadas, talvez através da criação de um elo administrativo, por exemplo.

Ainda no trabalho de campo, quis me aproximar de outras organizações das quais a Univens e a Justa Trama fazem parte, para entender melhor como é a extrapolação das mesmas para fora do território onde se inserem, e como isso acontece. Um desses espaços é o das feiras das quais a Justa Trama participa.

A **Feira Fixa Aqui Casa de Economia Solidária** fica no Centro Histórico de Porto Alegre e existe há aproximadamente 10 anos. É um ponto comercial alugado através do apoio da Unisol/RS (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Rio Grande do Sul) aos empreendimentos e cooperativas de Economia Solidária associados a mesma, onde todas as cooperativas e empreendimentos podem vender seus produtos. As atendentes são as próprias

associadas, que se revezam em plantões diários de atendimentos. Os produtos da feira são em maioria de artesanato, feitos a partir de diferentes técnicas e com diferentes materiais. Para quem vai ao estabelecimento como cliente, a estrutura é semelhante à de uma loja, contudo, por ser vinculado à Economia Solidária, é classificado como Feira Fixa, e atende às normas que se dirigem aos empreendimentos de Economia Solidária do estado do Rio Grande do Sul. Eu fui visitar a Feira Fixa em meados de dezembro de 2023, após uma breve visita a uma loja temporária também vinculada a Feira da Economia Solidária que estava na Galeria Malcom, também no Centro Histórico de Porto Alegre.

Eu fiquei sabendo da loja temporária através das redes sociais da Justa Trama e das conversas com as trabalhadoras da cooperativa. A loja acontece de novembro a dezembro devido ao movimento mais intenso no comércio que as festas de fim de ano provocam. Eu fui na galeria numa manhã de um dia de semana, era um lugar que eu nunca tinha ido. Chegando lá, num primeiro momento não encontrei a loja temporária, ela se localiza no subsolo da galeria, próxima a uma pequena praça de alimentação. Na loja estavam dispostos produtos Justa Trama e produtos de artesanato bem tradicionais. Três mulheres estavam atendendo na loja, todas artesãs vinculadas à Economia Solidária e à Unisol/RS. Conversei um pouco com elas: comentaram que o movimento estava baixo, que perto do horário do almoço melhora um pouco porque o pessoal vai ao subsolo da galeria para almoçar na praça de alimentação, mas que, ainda assim, esperavam que as vendas aumentassem na semana seguinte, mais perto do feriado de Natal. Me explicaram que essa feira temporária acontece via parceria entre a Unisol/RS e o proprietário da Galeria que faz um bom desconto no custo de ocupar aquele ponto comercial por ser uma iniciativa da Economia Solidária — não sei se via alguma política pública ou não, não souberam me dizer.

Perguntei se no artesanato e na economia solidária tinha mais gente jovem ou de mais idade, se tinha quantidade parecida de homens e mulheres. Elas compartilharam comigo que o setor atrai mais mulheres de mais idade, sobretudo no artesanato. Uma delas disse que acha que os jovens não tem persistência para o artesanato. E disseram que a ideia da Economia Solidária é todo mundo subir junto, por isso criar essas possibilidades de venda em conjunto, com rodízio de trabalho,

mas que por isso demanda paciência e capacidade de dialogar. Elas acreditam também que a N., se quisesse, poderia entrar para a política, mas que ela prefere estar na Economia Solidária e nos espaços comunitários. Ainda, na visão delas, a política é limitada, e mesmo quando uma pessoa entra com boas intenções, acabam cedendo a muitas pressões internas que sofrem. Elas falaram que a política é muito separada do povo, e que o povo sofre muito.

Depois, por indicação das artesãs, fui a Feira Fixa Aqui Casa de Economia Solidária. Elas me sugeriram ir até lá para conversar com a coordenadora, que saberia me dar mais informações. A Feira fica bem perto de onde eu estava, a menos de duzentos metros de distância, no Centro Popular de Compras, uma peatonal próxima ao Mercado Público da cidade. Quando cheguei ali, me dei conta que já tinha passado na frente da Feira Fixa muitas vezes, mas nunca tinha percebido que ela estava ali. Fui prontamente atendida por algumas senhoras que estavam fazendo o plantão de atendimentos do dia. A coordenadora tinha dado uma breve saída, e elas foram conversando comigo. Ali tinha bastante movimento: estávamos conversando, chegava alguém para ser atendido, uma delas ia atender, a outra ficava conversando comigo, e assim fui conversando com todas. Uma compartilhou que começou no artesanato quando parou de fumar, em 1997; outra que começou na pandemia, porque estava em casa sozinha; outra começou quando se aposentou; outra porque precisava ficar em casa, mas precisava ter alguma renda. Diferentes produções com diferentes técnicas, todas entusiasmadas com a ideia de fazer parte desse grupo, algumas se deslocam de outras cidades da região metropolitana para participar da feira. Também acreditam que a imensa maioria das que participam da Feira Fixa são mulheres, e poucas dessas são jovens.

Conversando com a coordenadora ela me explicou que são eleitas pelos empreendimentos participantes quatro coordenadoras/es que fazem revezamento, cada uma fica presencialmente na Feira Fixa uma semana. Já as atendentes fazem o revezamento por dia, e o revezamento é feito entre os empreendimentos participantes, e cada empreendimento tem autonomia para determinar quem vai à Feira Fixa para atender. Todas as artesãs que participam desse sistema de plantões tem uma carteirinha de artesã(o), participam do Fórum de Economia Solidária e são associadas à Unisol/RS. Enquanto a Unisol une empreendimentos e cooperativas

de diversos setores — alimentação, artesanato, confecção, reciclagem, agricultura familiar, entre outros —, o Fórum de Economia Solidária é principalmente do artesanato, confecção, agricultura familiar e alimentação.

Perguntei à coordenadora como acontecia a formação sobre a economia solidária para as pessoas associadas e ela respondeu que é responsabilidade do empreendimento fazer a parte educativa de passar para as(os) associadas(os) os princípios da Economia Solidária, o funcionamento, a proposta. Nas palavras dela, se prega a autogestão, um cuidar do outro, saber que onde termina o seu começa o do outro. Segundo ela, tem gente que entra só para se beneficiar dos espaços de comercialização, que não é o que se pretende através da Economia Solidária, mas que isso foge um pouco do controle.

Ela me explicou também que na maioria das vezes um mesmo empreendimento tem produtos diferentes ou produtos do mesmo tipo, mas feitos com técnicas diferentes. Por exemplo no dela tem cinco pessoas associadas, e cada uma tem uma técnica diferente de trabalho com tecido. Ela acha que isso evita conflitos, principalmente quando vão para outras feiras, mas que outros empreendimentos tem mais de uma pessoa produzindo com a mesma técnica.

Ainda, afirmou que a maioria das participantes da Feira Fixa são pessoas que não tem outra maneira de gerar renda, ou que tem outra renda na família, mas precisam acrescentar. E que o espaço se torna benéfico pela coletivização, e pelo amparo que a Unisol dá — é quem responde pela Feira Fixa, que ampara se houver problema com algum tipo de fiscalização, que propicia espaços temporários de comercialização, e às vezes alguma verba para os empreendimentos filiados.

Questionei se a troca do nome “grupo” para “empreendimento” tem relação com a ‘moda’ do empreendedorismo. Ela confessou que não tinha pensado sobre isso antes, acredita que pode ter alguma relação, mas que é uma maneira de dar maior formalidade do que usando o termo “grupo”, porém me disse que no dia-a-dia se referem muito a si e aos demais como grupos.

A Central Cooperativa Justa Trama participa da Feira Fixa com a participação das cooperadas da Univens nos plantões de atendimentos. Semanalmente duas cooperadas vão ao Centro de Porto Alegre para fazer os plantões, e entre as

cooperadas é feito revezamento. Em outras feiras e eventos que acontecem na cidade de Porto Alegre e outras cidades do estado do Rio Grande do Sul também é feito revezamento conforme disponibilidade — em caso de eventos fora de Porto Alegre que durem mais de um dia não é qualquer uma das cooperadas que pode participar, pois nem todas podem se ausentar de casa por alguns dias, por exemplo, muitas das mulheres que tem filhas/os crianças.

*3.2.3 Rompendo o cerco de mãe para mãe: a **Escola** de Educação Infantil Nova Geração*

As limitações e as tarefas que os trabalhos de cuidado impõem na vida das mulheres estão presentes no cotidiano e são empecilhos para outras atividades, muitas vezes para o exercício do trabalho remunerado. Isso foi um atravessamento presente na trajetória da Cooperativa Univens: no início, as cooperadas não tinham espaço físico coletivo para o trabalho, e levavam os tecidos para serem costurados em casa. Com o tempo conquistaram espaço físico coletivo, primeiro na capela do bairro, e depois através do Orçamento Participativo conquistaram uma incubadora de uso coletivo. A Incubadora Popular da Zona Norte se localiza na Vila Nossa Senhora Aparecida, bem perto de onde hoje fica a Cooperativa, e foi inaugurada em 1999.

Se por um lado, trabalhar fora de casa foi uma conquista para as cooperadas, por outro, significava a necessidade de uma estrutura que permitisse sua ausência do ambiente doméstico por muitas horas do dia. Isso significava, para muitas, precisar de alguém que cuidasse dos seus filhas/os ou seus netas/os. Nesse contexto é criada a Escola de Educação Infantil Nova Geração em 2007. A Escola foi criada a partir da formalização de uma cooperativa para esse fim, se enquadrando na categoria Privada-Comunitária, e hoje tem convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A intenção, segundo a N., era que essa possibilidade se estendesse à comunidade, por isso a criação de uma escola. Pois se fosse para beneficiar só as cooperadas, elas poderiam ter arrumado um espaço na própria cooperativa para as suas crianças. O terreno onde a escola foi construída foi comprado pela Unisol, e a construção foi subsidiada por Instituições parceiras.

Se por um lado, a Escolinha surge a partir de uma necessidade interna do grupo, hoje, só uma das cooperadas que entrevistei tem neta que estuda na Escola Nova Geração, e outra que tem filha/o em idade pré-escolar, que estuda na escolinha em período integral. Contudo, várias costureiras cooperadas contam que começaram a trabalhar com costura em casa de forma autônoma individual por ser uma maneira de ter renda e poder cuidar dos filhos, e que, por mais que tenha sido importante ter essa possibilidade, preferem estar fora de casa e preferem o trabalho coletivo.

A escola atende atualmente 55 crianças, e segundo uma das professoras, a maioria são do Beco Recanto do Chimarrão, a área da Vila que tem menos infraestrutura, é uma via mais estreita que não é pavimentada, não tem rede de esgoto, e muitas casas são construídas com materiais mais populares. Percebe-se por contraste que tem maior número de pessoas negras do que as estatísticas do bairro, e do que em outras partes do bairro. Porquê na parte de um território onde estão mais negros a pavimentação e a rede de esgoto não chegou? Segundo o ObservaPOA¹⁶ a ocupação da área se deu em 1985, antes de o Orçamento Participativo existir, portanto antes de acontecer a pavimentação da Vila Nossa Senhora Aparecida. Precisaria de dados oficiais específicos da área para fazer uma comparação precisa, contudo os dados que não temos também dizem dos problemas que, assim, não podemos dar nome.

O Banco Justa Troca promove **atividades de pintura de muros ou portões na comunidade** em parceria com a Escolinha Nova Geração. Como a Escolinha tem um número de dias letivos em sábados, o Banco e a Escola promovem em conjunto atividades para as crianças, alguma atração cultural, lanche e a pintura do local escolhido, que acontece em três sábados do ano.

O financiamento dessa atividade acontece através de editais do Sicredi, que paga o material e o grafiteiro, e da organização da Associação Comunitária, principalmente do Banco com parceria das trabalhadoras da Escolinha Nova Geração e da Univens, acontece a pintura. Eu fui na atividade que aconteceu em dezembro de 2023, no portão de uma das cooperadas da Univens, na Chimarrão. A N. me contou que o grafiteiro vem de São Leopoldo e já tinha feito esse tipo de trabalho para elas

¹⁶ <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=12vy0QutnA4ZT4ljDCZuF2-bVSKw&ll=-29.98817308074989,-51.1129955954132&z=17>

pelo menos umas cinco vezes. Ela me contou também que na primeira edição foi outro profissional que fez a pintura, e não mostrou referências antes de realizar o trabalho. "Foi num estilo nada a ver com a comunidade, era uma mulher de olho azul e um estilo que parecia de foto de revista", me contou a N. dando risada.

Nesse dia a atividade cultural ficou por conta do grupo de Maculelê das crianças do Quilombo dos Machado. A professora do grupo veio com a turma de ônibus, e contou que passou o próprio cartão de vale-transporte para todos. Ela chegou muito animada e enérgica com o grupo, mesmo com o tempo instável, dando o acaso de chover bem quando eles estavam começando a apresentação. Tinha bastante gente na rua, que como comentei anteriormente, é uma rua estreita e de chão batido, e a chuva não foi o suficiente para acabar com o evento. O grafiteiro teve que parar a pintura enquanto chovia, mas a apresentação aconteceu: o pessoal das casas ao redor abriu seus portões, tiraram carro das garagens para liberar área coberta para o pessoal que ali estava; um morador que nem estava assistindo me emprestou um guarda-chuva para eu poder continuar tirando foto enquanto chovia, sem precisar cobrir a câmera com a minha própria camiseta. O pessoal do grupo parecia muito feliz em estar ali, desejaram que fosse o primeiro de muitos encontros com a comunidade e, pelo que compreendi, iam para outra atividade depois daquela.

A J., funcionária do Banco Comunitário, me contou posteriormente à atividade que nesse dia tinha muitas pessoas que são beneficiárias das cestas básicas distribuídas pelo Banco Comunitário, outra atividade desenvolvida na Vila que vou explicar a seguir. Ela também me disse que agora essa atividade atingiu o ponto que elas queriam, pois agora as pessoas da comunidade procuram ela ou as cooperadas para dizer que adorariam que fizessem a pintura no muro ou portão da sua casa, e antes elas precisavam procurar alguém que "topasse" ganhar a pintura. Isso para elas é muito significativo: demonstra a relação da comunidade com a atividade e a valorização desse trabalho que começou na pandemia como uma tentativa de alegrar a comunidade e deixá-la mais colorida e mais bonita. É uma das muitas formas de trabalho de cuidado comunitário que se realizam ali, sobretudo através do Banco.

Figuras 15 (acima), 16 (abaixo à esq.) e 17 (abaixo à dir.) - Fotografias da atividade de pintura no portão de moradora do Beco Recanto do Chimarrão.



Acima: pintura do portão acontecendo concomitante à brincadeiras, lanche coletivo e conversas.

Abaixo: apresentação do grupo de Maculelê do Quilombo dos Machado.

Fonte: arquivo pessoal, 2023.

*3.2.4 Uma outra economia ou uma economia de outras: o **Banco Comunitário Justa Troca***

O Banco Comunitário Justa Troca foi inaugurado em 2016, depois de ser feito um trabalho comunitário educativo e informativo na Vila para conversar com a população sobre o que são Bancos Comunitários e a importância deles para as suas comunidade. Esse processo contou com o apoio do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA/UFRGS) e a presença de representantes do Banco Palmas, do Ceará, primeiro Banco Comunitário criado no Brasil. Depois de um tempo desenvolvendo esse trabalho com a comunidade, foi criada a Associação Comunitária Nossa Vila Aparecida, que administra o Banco.

Com a criação do Banco Comunitário, também foi criada a moeda local, que a Associação deu o nome de Justo. O Justo pode ser adquirido no Banco Comunitário, com o valor de troca de um para um (um Justo custa um Real), e ser utilizado em diversos comércios da Vila, proporcionando desconto no preço dos produtos, se comparado ao valor em reais. A proposta da moeda local é um aspecto que o Banco trabalha bastante com a comunidade para que compreenda a importância de manter o dinheiro produzido ali na comunidade circular por ali mesmo, valorizando o comércio local e dando melhores condições para os moradores dali, em vez de contribuir para o enriquecimento de grandes redes de supermercado, por exemplo.

O Justo está em um processo de crescente adesão da comunidade, um fator que expressa isso é o fato de que os comércios novos que abrem na Vila procuram o Banco para usar o Justo, sendo que até alguns anos atrás era o Banco que tinha que convencer os comerciantes de que era uma boa ideia adotar a prática. Isso não significa que tenha adesão por toda a comunidade, ou que todo mundo compreenda e dê valor para a ideia.

Entre as cooperadas da Univens, inclusive, a relação com o Justo é bem heterogênea. Algumas não usam a moeda ou usam muito pouco, porque no mercado perto da sua casa acham os preços caros, mesmo com desconto; preferem ir no mercado de rede atacadista que tem no bairro. Tem quem compre a moeda para esses usos mais do dia-a-dia, mas as compras grandes faz fora. A

cooperada que tem filha/o estudando na escolinha Nova Geração contou que paga com o Justo.

Já L. usa o Justo, me disse que sempre que sai para alguma atividade leva a moeda e mostra para as pessoas. Contou que compra muito na pecuária local com o Justo porque tem um gato e um cachorro, então compensa. Ela dividiu comigo a visão dela:

“Tem pessoas que entendem mais ou menos, e outras nem tanto: ‘Ah, tem que comprar ali naquele lugar sempre’. Mas é ali que a gente mora, ali que tem que enriquecer, não tem que levar o nosso dinheiro, nosso suor lá pra diante, a gente tem que se valorizar entre nós”.

Uma coisa que me chamou atenção foi que duas das cooperadas que não aderiram à moeda e realmente não tem muito interesse são cooperadas bem antigas, que fizeram parte da construção da cooperativa. Algumas das mais recentemente associadas parecem ainda não ter familiaridade com a ideia, um comportamento que parte da comunidade ainda não tem também. Mas parece ser um processo em andamento, de mover a comunidade, de entender a importância que essa relação com o dinheiro tem no envolvimento comunitário e nas possibilidades coletivas.

Para que o Banco tivesse um espaço, a Justa Trama cedeu uma sala sua, e é nessa sala que a J., a atual funcionária, contratada como MEI através da Unisol/RS para trabalhar para o Banco, atende a comunidade, e foi onde ela compartilhou muita coisa comigo.

A J. tem pouco mais de trinta anos, branca, mora no Bairro Sarandi desde que nasceu. Seu avô participou da ocupação que hoje é a Vila Nossa Senhora Aparecida quando a filha dele, mãe da J., tinha em torno de três anos de idade. A J. reside atualmente com o marido, na casa que compraram há três anos, junto com o gato e o cachorro de estimação. Da casa dela até a cooperativa dá cinco minutos de moto, ela conta que costumava ir de bicicleta, mas começou a ir de moto na época em que se recuperava de uma cirurgia e, desde então, nunca mais pegou a bicicleta — ela contou também que ganhou bastante peso desde que parou de usar a bicicleta como meio de transporte.

A J. conhece a N. desde quando era criança, quando N. era professora na catequese e já era referência de liderança comunitária, era quem reunia a comunidade para buscar melhorias através do Orçamento Participativo. A mãe da J., que cresceu na ocupação e mora até hoje na Vila, trabalhou na serigrafia da Univens. E a J., aos dezessete anos trabalhou como agente comunitária na Escolinha Nova Geração, que na época tinha como diretora a filha da N.. Esse trabalho de agente comunitária existia através de um projeto do Grupo Hospitalar Conceição que se chamava Ponto de Cultura.

Antes de trabalhar no Banco Comunitário trabalhava com carteira assinada em uma empresa que fazia inventários para grandes redes de farmácias, lojas de departamento, supermercados, e que fez demissão em massa dos funcionários logo antes de fechar devido à pandemia de Covid-19. Nisso, durante o período mais intenso do isolamento social, viu a N. dando entrevista para o Jornal do Almoço, mostrando as ações que estavam fazendo para ajudar a comunidade nesse período tão difícil. Por conhecer a N. e se identificar com o que realizam ali, procurou a cooperativa.

"No outro dia ela [a N.] já me chamou pra trabalhar. Comecei a trabalhar num sábado, era uma ação. Tava chovendo muito, a gente fez entrega de doação de roupa. Eu fiquei chocada já no primeiro dia. Tava chovendo, batendo água e veio um monte de gente aqui pra pegar roupa. Tava frio e tinha gente de chinelo."

A J. conhece todo mundo na Vila. Antes de começar a trabalhar no Banco já conhecia, ou ao menos sabia quem eram boa parte das pessoas da comunidade, porém não tinha noção de que tanta gente ao seu redor passava tanta dificuldade, mesmo com tantas formas de auxílios que existem atualmente. Ela fez parte do curso de graduação em Administração, mas diz que aprendeu muito do que ela utiliza no trabalho no Banco através dos cursos de formação que o próprio Banco promove. E busca se aprimorar naquilo que ela vê que a comunidade precisa, da mesma maneira que muitas vezes propõe temas de palestras ou cursos de formação a partir dessa mesma observação das necessidades e demandas da comunidade.

Uma das formas de atendimento à comunidade que o Banco presta é através dos **empréstimos**, que ocorrem através de três linhas de crédito e são feitos sem nenhum tipo de juros. Uma modalidade de empréstimo é o que pode ser utilizado para pequenas construções ou reformas nas casas da comunidade; outra modalidade é o produtivo, que é para que alguém da Vila viabilize a abertura de um pequeno empreendimento local. Existe também o modelo de empréstimo emergencial, de menor valor, contudo, é nessa modalidade que existia o maior número de inadimplências. J. me explicou que elas perceberam que esse valor era utilizado para comprar comida, gás de cozinha, pagar conta de luz, então mesmo quando uma família que tivesse pego esse empréstimo conseguia ter renda para os gastos mínimos no mês seguinte, acabava não tendo condições de pagar o banco.

Como a intenção do Banco Comunitário é ajudar a comunidade, foi pensado que não era certo que as pessoas, numa época de dificuldades financeiras, sobretudo na pandemia, pegassem empréstimo para comprar comida. Foi assim que elas começaram a **distribuição das cestas básicas na comunidade**, durante a pandemia: fizeram campanha e conseguiram arrecadar até duzentas cestas, dependendo do mês. Depois um Instituto parceiro fixou um apoio de cento e vinte cestas mensais ao Banco Justa Troca. Quando a situação da pandemia se abrandou, o Instituto informou que não poderia mais dar o apoio de cento e vinte cestas, mas que queria que o Banco Comunitário informasse o número de cestas que realmente eram necessárias para a comunidade. J. foi visitar as famílias da comunidade, ver como estava a situação, e determinaram que precisavam de algo em torno de quarenta cestas básicas mensais. Negociaram com o Instituto e conseguiram fixar o número de sessenta cestas básicas que são entregues mensalmente, com produção do MST. Dessas sessenta, dez são repassadas à Vila Asa Branca e dez são repassadas a Vila Colina, comunidades próximas que também tem necessidade e que hoje tem Bancos Comunitários próprios, ambos inaugurados em dezembro de 2023, com assessoria do Banco Justa Troca e do NEGA/UFRGS, que acompanham o processo há mais de um ano para ajudar na viabilização dessa estrutura para a comunidade.

O Instituto que fornece as cestas básicas ao Banco Justa Troca também forneceu por algum tempo para outras organizações/entidades. Quando tiveram que reduzir

o número de cestas mensais, eles encerraram a distribuição das cestas nos outros locais, e mantiveram a do Justa Troca com a redução para sessenta cestas por mês, porque valorizam as assembleias que são feitas mensalmente com o grupo da comunidade que é beneficiário.

Todo mês, no dia da distribuição da cesta básica é feita uma atividade, normalmente uma palestra, em datas comemorativas já tiveram apresentação musical, atividades com as crianças, entre outras. O tema da atividade frequentemente é proposto pelas pessoas da comunidade que frequentam o evento para retirar sua cesta básica.

Existe um grupo de pessoas cadastradas para receberem a cesta, que são as 40 famílias que o Banco detectou que estão em maior vulnerabilidade. Essas pessoas são informadas através de um grupo de WhatsApp qual o dia que haverá a distribuição da cesta e outros informativos importantes. Essa informação também chega através do boca-a-boca na comunidade, ou os beneficiários passam na cooperativa para perguntar o dia que vai ser, como é o caso do seu João, que é morador da vila, é catador de recicláveis e não tem telefone.

Quando alguém deixa de ser beneficiária/o, chamam outra família para ocupar a vaga. No final de 2023 uma moça que era beneficiária conseguiu trabalho remunerado e avisou no Banco para que pudessem repassar para outra pessoa. Quando sobra — se vem a mais, ou se alguém falta, o que não é comum —, ou quando alguém deixa de receber, é chamada uma pessoa de uma “lista de espera”.

Eu pude acompanhar a distribuição das cestas do mês de novembro de 2023. Era um dia de chuva, várias regiões da cidade estavam alagadas, mas na Zona Norte a situação estava controlada, a Zona Sul que estava em situação pior. Quando cheguei na cooperativa, a entrada da Justa Trama estava com as cestas organizadas em sacolões, e a F., trabalhadora da Justa Trama e algumas cooperadas da Univens estavam ajudando a organizar o espaço. Os beneficiários foram se encaminhando para a sala que fica no segundo piso da Justa Trama, onde tem muitas cadeiras e tem um projetor. Ali as funcionárias do Posto de Saúde local estavam com estagiárias/os do posto que são alunas/os do curso de Enfermagem da UFRGS.

Em novembro o tema da palestra foi Novembro Negro, devido ao dia da consciência negra, e também sobre saúde mental, que foi uma demanda da comunidade. Uma enfermeira do posto, uma mulher jovem e negra, apresentou a equipe da Unidade de Saúde e fez uma fala sobre saúde mental. Foi feito um mural colaborativo que tinha no cabeçalho a frase “eu mereço ser feliz”, e após uma breve fala por parte da enfermeira, cada pessoa que estava presente deveria falar uma qualidade sua, que era escrita pelos estagiários no mural. A maioria das pessoas presentes eram mulheres, de idades diversas, e crianças.

As enfermeiras fizeram a conexão da fala sobre saúde mental e sobre o mês da consciência negra falando sobre raça, gênero e outras questões sociais como fatores que influenciam a nossa vida, e sua relação com violências que nos atravessam diariamente e afetam a saúde mental, inclusive que suicídio é atravessado por essas questões sociais. Foi falado sobre racismo no cotidiano, desde a falta de representação na mídia e nos produtos, aos termos racistas que precisam ser abolidos do nosso vocabulário. Enfatizaram que racismo é um problema de todos, e que as pessoas negras tem o direito de serem bem atendidas e bem tratadas, no Posto de Saúde e em todos os lugares, e tem o direito de falar quando sentem que estão sendo discriminadas. Marcaram a importância da data como forma de lembrar dos problemas que ainda temos de discriminação social e de construir coletivamente uma sociedade antirracista, justa e inclusiva.

A N. deu informes sobre eventos e atividades que seriam realizadas no próximo mês, comentou sobre a pintura no muro que tinha acontecido recentemente e sobre a próxima que estava por acontecer (que é a que eu participei, sobre a qual escrevi aqui), e pediu a adesão da comunidade para fortalecer o movimento. Depois do dia da pintura no muro a J. me contou que muitas famílias que estavam presentes eram beneficiárias das cestas básicas, e que isso era muito bom.

Na saída da atividade conversei brevemente com parte da equipe do Posto. Elas comentaram que tem uma relação muito próxima com a cooperativa, e que inclusive a cooperativa empresta o espaço físico quando precisam realizar uma atividade do Posto e não tem como fazer na própria unidade. Vi uma das trabalhadoras da cooperativa tirar dúvidas com a enfermeira sobre a inserção de DIU que é feita ali mesmo, a enfermeira conversou com ela e disse para ela marcar

um horário para elas conversarem no Posto e fazer um atendimento. Uma estudante de enfermagem, jovem, negra, estagiária do posto de saúde que estava na atividade que estava junto quando eu estava tirando umas dúvidas sobre a relação do posto com a comunidade, quando disse que estava fazendo minha pesquisa de mestrado, me olhou e disse: “eu também sou da UFRGS!”, eu sorri e falei que tinha visto a apresentação, ela deu um sorriso largo de volta.

A cooperativa e o **posto de saúde da Vila** tem uma relação bastante próxima. Além de a equipe do posto participar de algumas atividades na cooperativa para conversar com a comunidade e usufruir do espaço da cooperativa quando necessitam, existem mais laços que unem os grupos.

A médica que recém se aposentou do cargo no Posto de Saúde da Vila Nossa Senhora Aparecida trabalhou no mesmo por mais de trinta anos, e nesse período desenvolveu uma relação bastante próxima com as cooperadas da Univens e com a comunidade, participando inclusive de assembleias da Associação Comunitária — a associação que administra o Banco Comunitário. Ela foi obrigada a se aposentar devido à idade ou ao tempo de serviço, e a comunidade fez até abaixo assinado para tentar mantê-la. Uma cooperada da Univens me contou que não usa muito o Posto de Saúde porque não precisa, mas que antes de a médica se aposentar solicitou diversos exames para a paciente, para checar que tudo estava bem. A trabalhadora também me disse que o posto tem bastante estrutura, fazem diversos tipos de exame e de atendimentos.

O dentista do posto também tem uma relação próxima: uma das cooperadas conta que ele participou de todas as atividades que a cooperativa promoveu nos seus primeiros anos de funcionamento. Ela contou também — e outra colega disse a mesma coisa — que sempre que tem estagiária/o ou funcionária/o nova/o, eles levam ali na cooperativa para conhecerem. A relação com a saúde ali extrapola as consultas, tendo a dimensão coletiva que cria essas outras relações e outras possibilidades.

24/10/2023 TERÇA-FEIRA

Saí +- 13h40. Esperei uns 15 min pelo T5, consegui lugar p/ sentar. Já senti que reconheci pontos do trajeto e sua localização sem usar o mapa. Terminei 1 capítulo dum livro do

Paul Singer logo antes de chegar na parada de ônibus da SOGIPA. Muito rápido peguei um 621. Agora já sei que o 624 entra na rua da Univens e pára na frente. O 621 para numa via perpendicular e caminho uns 500m. O B25 ainda não peguei, mas acho que para no mesmo lugar que o 621. Esse 621 que peguei tem ar-condicionado.

Queria ter vindo mais cedo, devo chegar na Univens às 15h. É Dia da Visão no Justa Troca. (...) A Assis Brasil é muito longa e se vê de tudo. Várias coisas do Grupo Zaffari, banco, mercadinho de bairro, comércio informal de rua, igreja universal.

Em outros trajetos das idas à campo já notei e hoje novamente noto que existe uma familiaridade entre pessoas no ônibus e o/a cobrador(a) ou com outros passageiros.

No Terminal Triângulo parece ter mais jovens que sobem no ônibus do que o perfil das paradas da Assis Brasil que é de trabalhadores/as adultas e idosas. De maneira geral vejo mais mulheres no deslocamento nesse horário. E elas carregam mais coisas [do que os homens].

(Anotação do caderno de campo)

Nesse dia tinha uma atividade na Cooperativa chamada **Dia da Visão**, que ocorre mensalmente, através da iniciativa da X., dona de uma ótica de Porto Alegre, com o Banco Justa Troca. No dia da atividade a X. vai até a Cooperativa acompanhada de uma assistente e uma optometrista, e elas realizam um atendimento social aos moradores do bairro. A dona da ótica paga a optometrista por cada atendimento realizado, no qual a profissional identifica o grau do óculos que a/o paciente precisa. Os/as pacientes pagam pela consulta com um alimento não perecível, que será revertido em doações depois. Então a assistente e a dona da ótica auxiliam a/o paciente na escolha de uma armação para os óculos, de acordo com o laudo feito pela optometrista. As armações são da ótica, e são doadas aos pacientes, que pagarão apenas pela fabricação das lentes para seus óculos, nas quais recebem desconto em relação ao preço original. Essa ação é de iniciativa da X., que realiza a mesma ação mensalmente em três outras regiões da cidade onde há pessoas em situação de vulnerabilidade. Conversando com ela, ela me explicou que financeiramente ela não “perde” devido à quantidade de lentes que ela vende em

um dia fazendo essas ações — em torno de 25 por dia. Cada semana ela vai em um dos locais onde ela tem parceria, e a maioria das parcerias são feitas com associações de bairro, que ela mesma procura para tentar estabelecer esse vínculo.

É uma iniciativa pessoal para dar um suporte a quem não tem condições de comprar um óculos, não tem condições de pagar uma consulta em médico oftalmologista e, muitas vezes não tem como aguardar a fila para atendimento via Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente crianças em fase escolar que começam a apresentar muita dificuldade de aprendizado devido a problemas de visão. Também acontece de pessoas que passaram por consulta pelo SUS chegarem com a receita e procurarem a ação devido ao custo das armações e das lentes, que nesse caso são, respectivamente, zerados e reduzidos. A dona da ótica também compartilhou comigo que ela tem uma irmã que tem ótica em outra cidade da região metropolitana e desenvolve um trabalho parecido, mas faz mais parcerias com igrejas, e que ela prefere associações de bairro porque as igrejas frequentemente pedem uma porcentagem do valor para ganharem algum retorno financeiro, enquanto as associações de bairro tem o viés do cuidado comunitário, “tem amor, fazem por amor”, segundo a X.. Inclusive, no caso da Cooperativa, que cede o espaço para o Dia da Visão, o retorno que a ótica faz é em cada ação doar um óculos completo (consulta, armação e lente) para uma pessoa da comunidade que tenha situação de maior vulnerabilidade financeira e/ou necessidade urgente. A pessoa é indicada pelo Banco Comunitário.

As consultas são realizadas mediante agendamento. As pessoas entram em contato via telefone ou WhatsApp, ou aparecem no dia da ação para entrar na fila para as edições seguintes, a secretária da ótica entra em contato com os interessados para agendar um horário, e quando se aproxima o dia da ação ela entra em contato novamente para confirmar e passa uma série de informações. Segundo a X., a proposta, além de propiciar um acessório tão importante para a vida das pessoas, e que para muitas é muito caro, é fazer o acolhimento dessas pessoas em todo o atendimento, do agendamento à entrega do óculos pronto e ajustes finais. “Fazer com cuidado” é a proposta da dona da ótica, que volta ao local 15 dias após as consultas e passa um turno do dia fazendo ajustes e explicando às/aos pacientes sobre a adaptação com o óculos e os cuidados necessários.

Depois de observar alguns atendimentos e conversar com a X. e com a auxiliar dela, a X. me perguntou sobre a minha pesquisa, e quando falei sobre o tema ela disse com muita convicção que as mulheres, quando se organizam, fazem mais pelo coletivo. Ela compartilhou um pouco da experiência dela nos outros bairros em que ela tem parceria, e dos locais que tentou e não conseguiu. Disse que todas as parcerias que ela tem estabelecidas são das associações de bairro coordenadas por mulheres, e que a única vez que ela conseguiu uma parceria com uma associação com um diretor homem foi o assessor dele que se interessou pela proposta. Conseguiram organizar uma lista de 120 interessadas/os da comunidade, dos quais 30 foram atendidas/os na primeira edição, mas quando chegou o momento de organizar a próxima, o diretor não quis mais que acontecesse. Na Vila Nossa Senhora Aparecida os combinados são feitos diretamente com a N., e quem organiza todo o processo é a X. e a secretária, enquanto a Justa Trama cede o espaço para os atendimentos, que é uma sala em frente a sala onde acontecem as assembleias nos dias de distribuição da cesta básica, são as duas salas que existem no segundo piso da Justa Trama.

Enquanto eu estava lá, observei uma mulher negra adulta chegar apressada com a filha para o atendimento, a mulher estava com o uniforme de trabalho. Falou que trabalha na PUC/RS (pelo menos trinta minutos de viagem de carro até a cooperativa), a filha faltou a escola e ficou com alguém enquanto ela trabalhava para dar tempo de chegar para o atendimento, e que na correria ela esqueceu de levar o próprio óculos que está com a lente muito defasada. Comentou durante a conversa com a dona da ótica e a auxiliar que a filha estava com muita dificuldade na escola, então estava quase “dando um jeito” de pagar uma consulta particular, mas era muito caro, não tinha como conseguir pagar. Inclusive, que pagar as lentes para ela e para a filha ficaria muito pesado, então ela ia mandar fazer a da filha, por causa da urgência, e em uma das próximas ações iria agendar para fazer a dela. Quando mãe e filha chegaram com pressa, a moça que auxilia nos atendimentos tranquilizou elas, e na saída combinou que ela pode, quando for agendar, avisar que vem direto do trabalho para ficar nos horários mais de fim de tarde, e que elas deixam isso anotado para aguardarem caso ela se atrase, sem nenhum problema. Quando saí da cooperativa vi que o cartaz anunciando a ação já estava com a data atualizada para a próxima edição: 28 de novembro de 2023.

A Univens surgiu em 1996 da necessidade de as mulheres da Vila terem acesso a uma forma de trabalho remunerado. Com o mesmo pensamento estendido à comunidade, o Banco Comunitário oferece **cursos de capacitação**, bem como **palestras e oficinas**. Essas formações são de variados temas, alguns vinculados a produção de roupas — crochê, tingimento natural, costura, bijuterias — e outros não — curso para cuidadoras/es, de capacitação em Economia Solidária, de dança, de música.

Os cursos geralmente tem boa adesão, alguns precisam formar segundas turmas para dar conta da demanda. As cooperadas contam que tem pessoas da comunidade que não dão valor, mas são minoria, e que a maioria das pessoas que procuram os cursos são mulheres. Esses cursos normalmente são ofertados com apoio da Unisol/RS e, às vezes, Institutos parceiros. A J. me explicou que muitas vezes esses cursos precisam de apoio financeiro inicial, mas depois podem continuar de forma autônoma. Por exemplo o curso de cuidador(a) que aconteceu em 2023, teve os equipamentos comprados pelo mesmo Instituto que doa as cestas básicas, mas agora os equipamentos são da Associação Comunitária, que já combinou com a equipe do Posto de Saúde da Vila que os profissionais da saúde vão ministrar as aulas de forma gratuita, então uma nova turma está para sair.

A adesão das cooperadas da Univens aos cursos vai do interesse de cada uma pelo tema, mas tentam sempre ter pelo menos uma delas participando de todas as atividades que acontecem ali. A maioria delas acha que os cursos tem um grande impacto na comunidade pela oportunidade de profissionalização, e que o banco se relaciona muito fortemente com a Vila através dessas atividades, mas também através de todas as outras — as cestas básicas, as doações de roupa, as atividades comemorativas, os dias de pintura, as atividades culturais — que coletivizam as oportunidades.

— Cecília, uma coisa que eu aprendi com o tempo é que o movimento comunitário é assim — dividia N. comigo fazendo um movimento de sobe e desce com a mão enquanto íamos de Uber de uma atividade realizada pelo Banco Comunitário Justa Troca na Vila Nossa Senhora Aparecida a caminho da inauguração do Banco Comunitário Asa Branca.

No dia da pintura no muro do início de dezembro, fui, depois da atividade na Vila Nossa Senhora Aparecida com a N., a J., e mais uma moradora da Vila para a inauguração do Banco Comunitário da Vila Asa Branca. Ali estavam alguns comerciantes que expõem na feira que a comunidade realiza aos sábados, no centro comunitário. Dentre eles tinham pessoas vendendo artesanato, roupas, produtos coloniais, ovos, e outros. A moeda local deles, que estava sendo estreada na ocasião, recebeu o nome de Amora. Comprei uma Amora para poder comprar uma pequena flor feita em gesso por um morador da Vila que é um menino PCD que fez o curso de artesanato em gesso, que é um dos cursos já ofertados pela associação comunitária.

Figura 18 - Fotografia da inauguração do Banco Comunitário Asa Branca, na Associação Comunitária Asa Branca.



Moradoras da Vila Asa Branca que fazem parte da Associação Comunitária e fazem parte da criação do Banco Comunitário Asa Branca.

Fonte: arquivo pessoal, 2023.

O movimento comunitário da Vila Asa Branca parece estar em uma fase de recuperação. No dia da inauguração do Banco Asa Branca, estavam presentes, além da comunidade do Asa Branca e das representantes do Banco Justa Troca, um representante da Vila Colina, que também implementou sua moeda no final do ano de 2023 com auxílio do Banco Comunitário Justa Troca, algumas professoras

do NEGA/UFRGS, um conselheiro tutelar da região. Tinha uma senhora idosa negra, moradora da Vila Asa Branca, que participou do processo de ocupação da região, e que hoje faz parte da associação comunitária e é figura comunitária referência para a comunidade. Ela pareceu não se dar o mesmo crédito que as colegas de associação dão, elas dão muito valor a sua presença na comunidade. Me contaram, nesse dia, que a região toda foi aterrada, que era um lamaçal, e que inicialmente o poder público não queria pavimentar a área, dizia que era inviável. Foi com muita luta coletiva que conseguiram que a área fosse aterrada e pavimentada.

Figura 19 - Fotografia da inauguração do Banco Comunitário Asa Branca, na Associação Comunitária Asa Branca.



À esquerda, morador da Vila Asa Branca e comerciante na feira da Associação Comunitária, no centro Conselheiro Tutelar da Região, eleito em 2023, à direita Nelsa Nespolo, cooperada e sócia-fundadora da Univens e da Justa Trama, estreando a moeda do Banco Comunitário Asa Branca, chamada Amora.

Fonte: arquivo pessoal, 2023.

Saí ainda durante o evento para pegar ônibus, era fim da tarde de sábado e vi que dali eu conseguiria pegar ônibus na Assis Brasil, um ônibus diferente dos que eu pegava para ir e voltar da cooperativa. Caminhei por uns dez minutos em ruas residenciais com pequenos comércios — lanchonete, salão de beleza — até chegar

na Assis Brasil. Apesar de as ruas terem um desenho menos ordenado, a pavimentação e a fachada das casas pareciam ter recebido atenção relativamente recente. No caminho até a parada de ônibus cruzei com poucas pessoas, uma delas foi uma senhora negra saindo de uma casa, cruzamos olhares e sorrimos. Um pouco depois de eu chegar na parada de ônibus na Assis Brasil ela chegou também e disse que tinha ficado com receio de que fosse perder o ônibus quando me viu passando naquela direção. Ficamos conversando sobre a frequência dos ônibus no final de semana, e logo o ônibus veio. A senhora estava indo passear em uma centralidade próxima a região. O ponto de ônibus onde aguardamos tinha banco.

Na semana seguinte conversei bastante com a J., lá no Banco Comunitário. Ela me contou de algumas coisas que acontecem na Vila Nossa Senhora Aparecida de forma espontânea que, para ela, tem tudo a ver com a proposta do Banco Comunitário, e algumas dessas coisas eu mesma pude ver durante o meu tempo ali.

Ela me contou, por exemplo, de um morador da Vila que durante uma atividade de pintura de muro, chamou ela para perguntar se ele poderia ser o Papai Noel da festa de Natal, que era um sonho dele, que ele deixaria a barba crescer, e ela me contou que os olhos dele encheram de lágrimas quando ela disse que ele poderia, sim.

O Banco presta diversos tipos de amparo à comunidade, sendo um local de referência onde as pessoas passam para levar e buscar doações de roupa, onde é feita a coleta de óleo de cozinha — quem leva óleo pode retirar gratuitamente sabão que é feito a partir do óleo —, recolhimento de tampinhas de garrafa PET, etc.

A Cooperativa, o Banco, a Justa Trama, tem um papel de centralidade na comunidade que se expressa de muitas formas, para além das propostas pelas trabalhadoras dali. Um dia eu estava no Banco Comunitário, que é uma sala com duas escrivaninhas, cada uma com um computador, algumas estantes com arquivos, banners e flyers sobre o Banco, a Justa Trama, a Unisol, a Univens, e a J., funcionária do banco, estava conversando comigo, mas saiu rapidamente para ir até a entrada da Univens tirar uma dúvida com alguma das cooperadas. Chegando lá, viu um molho de chaves com um chaveiro que reconheceu como sendo da Dona M., uma moradora da Vila. A N. respondeu que o carteiro dos Correios tinha encontrado no chão, e deixou ali na cooperativa porque imaginava que seria mais

fácil de ser encontrado. Nisso, J. telefonou para Dona M., que uns quinze minutos depois apareceu para buscar a chave.

Chegando no Banco, a Dona M. contou toda a história da chave que havia perdido no dia anterior, um dia de muita chuva. A J. depois me disse que a Dona M., assim como muitas outras pessoas da Vila, são pessoas que necessitam de atenção, de cuidado. E encontram isso no Banco. Desde cuidados como esse de conhecer as pessoas a ponto de saber de quem era o chaveiro, a cuidados como emitir título eleitoral — um morador da Vila que é cadeirante falou para elas que se não tivesse como fazer o título de eleitor ali, ele não faria, pela dificuldade de mobilidade para outros lugares — e muitas outras ações que proporcionam acesso à cidadania.

“Os bancos comunitários não servem só pra ter microcrédito, ter uma moeda. É pra cuidar da comunidade. Cuidar nesse aspecto geral, cuidar no que pode. Pode trazer um advogado? Traz. Isso foi um pedido meu porque um monte de gente vinha aqui me perguntar sobre INSS e eu não sei responder. As pessoas sentem que aqui elas vão ter resposta”.

Ainda, dentro desse trabalho de cuidado e amparo tem o trabalho de conscientização. Seja nas assembleias da distribuição de cesta básica, que quem atende são os beneficiários, a outras palestras e oficinas abertas à comunidade que são organizadas ali, ou até de conexão com outras entidades responsáveis por algum cuidado. Acontece de moradores da comunidade preocupados com a saúde de vizinhos avisarem na cooperativa, que entra em contato com o posto; moradora que havia sido demitida de maneira injusta e o banco contatou o conselheiro tutelar, o qual orientou a moça em como proceder na situação; enfim, são muitas experiências relacionadas ao cuidado com a comunidade e a relação com o território e as pessoas que nele vivem. Isso faz parte do conjunto de realizações que acontecem pelo trabalho ser feito da comunidade para a comunidade.

Isso tudo demanda muito trabalho e muita articulação. Apesar de o Banco Comunitário ser relativamente recente, o mesmo recebe muito respaldo da Univens, que está ali desde 1996 e facilita o acesso a parcerias e colaborações com entidades, organizações, instituições. Tem uma rede que proporciona isso, e o Banco tem a liberdade de agir com os recursos que tem, desde que, posteriormente

preste contas corretamente a quem estiver financiando a ação em questão. A J., por exemplo, só recebe o pagamento do salário dela que é via Unisol/RS depois de mandar o relatório mensal. Os equipamentos recebidos tem placa de identificação de série, semelhante a placa de tombamento institucional, e vem com um termo de cuidado. Segundo a J., a Unisol dá um bom amparo e são muito cuidadosos e responsáveis com tudo que envolve o trabalho e investimento deles nos Bancos, Associações, Cooperativas.

Ainda, ela conta que mesmo com todas essas formalizações, elas sentem que ali tem recursos e possibilidades para resolver as coisas. Uma ex-colega de trabalho que saiu do Banco porque foi chamada para trabalhar como Assistente Social em um Posto de Saúde em outra região compartilhou que sente falta de ter as possibilidades que ali existem para resolver problemas emergenciais da comunidade, como por exemplo comprar gás para uma família que está sem e sem condições de pagar.

Todos esses aspectos apontados demonstram como a organização coletiva autogerida das comunidades, com condições adequadas, engajamento, e envolvimento ativo dos grupos envolvidos, podem acarretar em transformações que extrapolam seus territórios e seus corpos-territórios, fazendo brotar transformações para outros coletivos, outros corpos.

3.3 [amarração da pesquisa]

ELAS NÃO VÃO PARAR!¹⁷

“Como tornar o outro corpo da minha própria textualidade, sem alojar a outridade apenas no locus seguro da citação às vezes apressada, puro anexo ou pretexto para minhas elucubrações? (...) Como, enfim, falar o outro em letras, erigindo-o em linguagem?”

Leda Maria Martins¹⁸

O fio que traçou o trabalho de campo como um todo foi o conjunto de entrevistas-conversas. Conforme mencionei anteriormente, existia um conjunto de coisas que eu acreditava ser importante saber, e esse conjunto que me serviu como guia para realizar as entrevistas com as trabalhadoras. Nas primeiras vezes eu fiquei bastante nervosa, tive muita preocupação em fazer com que elas não se sentissem invadidas pela minha presença e pelas minhas perguntas. A própria prática foi fazendo com que o nervosismo desaparecesse ou diminuísse, mas a receptividade delas também foi fundamental.

Quando escolhemos, eu e meu orientador, o caso de estudo, imaginávamos que existiria uma acessibilidade já traçada pela trajetória das mulheres da cooperativa por quererem compartilhar suas experiências. Contudo, eu queria saber muito de cada uma — o que, por um lado torna a conversa mais sensível, por outro, fez com que elas se sentissem confiantes para responder, para falar de *si*. Lembro o dia que entrevistei a D. e ela me disse algo como: *eu normalmente não gosto de falar quando vem alguém aqui, mas eu te vi aqui aqueles outros dias e tu foi tão querida, que eu resolvi participar*, e então eu fiquei me sentindo muito bem com o que estava fazendo. A maioria delas pareceu se interessar pelas minhas perguntas — apesar de eu tentar deixar o novelo desenrolar sozinho, dentro do possível —, e por pensar sobre aquelas questões. Quando eu conversei com a F., lembro que “terminamos” a

¹⁷ Joaquim Melo (Banco Comunitário Palmas, CE). In: NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. As tramas da esperança: a história não para... São Leopoldo: Oikos, 2020., p. 177

¹⁸ MARTINS, 2021, p. 191.

entrevista mais de uma vez, mas enquanto ia finalizando a nossa conversa, retomávamos algum dos assuntos e eu ligava o gravador novamente. No final ela falou algo sobre ser bom parar para pensar e contar sobre o seu percurso, que dava ânimo! A J. conversou comigo por muito tempo, se dispondo a entrar em várias minúcias para responder às dúvidas que eu tinha sobre como as coisas se organizam ali na Vila, e em alguns momentos ela falava: “sabe que eu não tinha pensado nisso? Mas é verdade!”. Gosto de pensar que o tempo que elas dividiram comigo, nesses diálogos, tenha sido frutífero para todas e para cada uma também.

Mais do que manifestar um profundo agradecimento à generosidade que todas tiveram com a minha pesquisa, trago esses aspectos para pontuar a importância que teve a escolha de me *envolver* (BISPO DOS SANTOS, 2023, p. 16) no processo. Foi isso que me fez colocar o texto da Laura Berbert no início desse capítulo. Não tenho a ingenuidade de acreditar que (só) o amor que fez com que o processo dessas mulheres trabalhadoras se tornasse frutífero, mas quero dizer da presença que *compartilhamos*, e que nitidamente faz parte de todo o processo da cooperativa e seus desdobramentos ao longo do tempo, faz com que seja possível aprender *com elas*, assim como elas estão ali *com* e *na* a comunidade.

As primeiras cooperadas, no início da trajetória da Univens, conseguiram aproveitar o “impulso” da mobilização que se deu devido ao Orçamento Participativo para se organizarem em busca do trabalho remunerado. Com isso quero dizer que se tornou possível a organização coletiva autônoma em busca de geração de renda a partir do momento que estruturas básicas haviam sido conquistadas, como rede de água, esgoto, pavimentação, mais mobilidade; e, ainda, que a experiência com o O.P. fez elas partirem de um conjunto de experiências e conhecimento de algumas estruturas políticas e sociais que podem ter dado uma certa familiaridade aos desafios que vieram a ser enfrentados, mas que não garantiriam nenhum tipo de “sucesso” à cooperativa.

Como algumas das entrevistadas me contaram, nos primeiros anos elas recebiam muito pouco, fazendo com que algumas trabalhadoras que dependiam essencialmente daquela renda tivessem que sair e trabalhar com outra coisa, ou com costura de maneira autônoma, normalmente individual. A Nelsa conta, nos

livros¹⁹ dela, que no início elas trabalhavam apenas com a etapa da costura, já recebendo as peças cortadas, e o pagamento que recebiam era muito baixo. Então além de não terem a garantia de uma demanda contínua de serviço, que garantiria a remuneração, essa remuneração era baixa. O fato de não existir *entre elas* uma figura em uma posição hierárquica superior que extraísse o valor do trabalho de costura efetuado para ficar com o lucro não fazia com que isso não ocorresse dentro da cadeia produtiva das roupas: alguém estava lucrando com esse “desmembramento” produtivo. A partir do momento que a Univens pôde assumir mais etapas dentro do processo de produção das roupas, juntamente com outras conquistas, a questão financeira começou a mudar.

Essa noção de um “todo” já é muito presente no dia-a-dia das mulheres por serem as responsáveis pelo trabalho reprodutivo, trabalhos de cuidado, e administração doméstica, e, nesse caso, ficou ainda mais aguçada à medida que a cooperativa ia conquistando mais independência. Isso parece ser mais um ponto-chave da sua trajetória, pois demanda um processo contínuo de compartilhamento de aprendizados e acarreta um fazer ativo e atento às necessidades, sejam as necessidades do cliente ou as necessidades de quem produz, sendo esse último frequentemente negligenciado em espaços produtivos hierarquizados. A atenção às próprias necessidades enquanto trabalhadoras, tanto individuais quanto do grupo, e o respeito às necessidades da família de cada uma também facilitam o exercício de um pensar as necessidades da comunidade, um pensar “local”, e das outras pessoas e do meio-ambiente, um pensar mais “global”.

À medida que as conquistas aconteciam, também surgiam os desafios. Nisso, lembro de uma fala da N. que pontuava elas não sabiam, quando começaram a ir atrás de mais e mais conquistas para elas e para a comunidade, que teriam os resultados que atingiram até hoje. Mas elas foram lidando com as oportunidades e desafios que surgiam sempre pensando em maneiras de estender benefícios à comunidade, à outras parcerias, ao meio-ambiente, sempre tendo um conjunto de valores e de ideais muito claros, que, para elas, são fundamentados na Economia Solidária.

¹⁹ NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. Tramando certezas e esperanças: a história não para.... São Leopoldo: Oikos, 2014. As tramas da esperança: a história não para... . São Leopoldo: Oikos, 2020.

O impacto territorial da prática de trabalho coletivo autônomo feito pelas mulheres da Vila Nossa Senhora Aparecida através da Univens isoladamente não é possível de ser mensurado porque não há como fragmentar a experiência ali desenvolvida, tudo acontece em rede, é uma trama. O impacto territorial do conjunto tem mais de uma escala.

Na escala da Vila o impacto é notável em múltiplas camadas: na valorização do comércio local, na capacitação das moradoras e moradores para formarem mão-de-obra mais qualificada e mais bem remunerada, facilitação do acesso aos serviços de saúde para a comunidade, acesso à atividades culturais e de lazer, facilitação da conexão da comunidade com outros grupos localizados em outros locais da cidade que tenham ideais afins, facilitação da melhoria nas suas casas e/ou pequenos empreendimentos locais, consolidação de uma rede de solidariedade.

Na escala do bairro Sarandi existe a rede de apoio consolidada com as Vilas onde auxiliaram no processo de criação dos respectivos Bancos Comunitários. Na cidade de Porto Alegre e região metropolitana atualmente a participação no núcleo local da Economia Solidária, na participação em eventos, colaboração com a Economia Criativa, entre outros.

Em escala nacional existe o fortalecimento da Economia Solidária através da participação da Univens e da Justa Trama nos grupos que existem para esse fim, da popularização da Economia Solidária através da participação em podcasts, matérias de revista, premiações nacionais, programas de televisão de alto alcance (como o Globo Repórter). Existe também a incidência nos locais onde ficam os elos da Justa Trama, que além de terem uma cooperativa fortalecida, incentivam a prática e fortalecem as redes comunitárias locais ao auxiliarem na promoção de feiras, oficinas, e na criação de estruturas de capacitação como as que acontecem no Banco Justa Troca.

Esse conjunto de relações e incidências demonstra, na prática, as transformações possíveis em uma realidade complexa quando os grupos envolvidos tem autonomia, interesse e compreensão dos desafios impostos pelos agentes hegemônicos, bem como a potencialidade de criação de soluções a partir do conhecimento dos grupos invisibilizados, que tem muito a contribuir para co-criar seus territórios e as transformações que estes possibilitam na vida da comunidade.

4 [discussão e considerações finais]

UM TRABALHO DE COSTURA

*A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte
A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer
(Arnaldo Antunes / Marcelo Fromer / Sergio
Affonso, Comida)*

Concluir esse trabalho não é tarefa fácil. Sempre ouvi que era difícil, mas pensava que não teria aquela parte do sofrimento que é terminar o ciclo, pois tenho um grande entusiasmo por novas fases e outras possibilidades. Também não me assustava com a ideia de um preciosismo em relação a escrita porque a perfeição nunca foi um objetivo, o fascínio é pelo aprendizado. O que não esperava era que a relação com essa escrita fosse criar tanta presença no corpo. Não à toa esse trabalho todo trata de corpo, corpo feminino, corpo coletivo, corpo trabalhador. Também não esperava que tanta coisa fosse atingir esse (meu) corpo que escreve, muito menos esperava pelo que vivenciamos no Rio Grande do Sul a partir do início de maio (2024).

A máquina de explorar os corpos mostrou suas garras de forma nunca antes vista. A cada sofrimento que a população era (e vem sendo) submetida, mais uma oportunidade para o capitalismo de desastre surgia. Como qualquer calamidade, os corpos-territórios sofrem de maneira diferente conforme as vulnerabilidades e violências às quais já estavam submetidos anteriormente ao desastre. Não foi diferente com a Zona Norte, o Bairro Sarandi, a Vila Nossa Senhora Aparecida. O

Bairro Sarandi foi um dos bairros de Porto Alegre mais atingidos pela água devido, sobretudo, à negligência do Estado e da preferência deste em atender às demandas do Mercado. E mais uma vez a cooperativa Univens e o Banco Comunitário Justa Troca foram referência na comunidade — de mobilização, de acolhimento, de segurança, de encontro, de afeto, de reconstrução. Esse processo dos últimos meses não é parte da pesquisa feita para essa dissertação, mas não poderia deixar passar de maneira indiferente, me parecendo imprescindível, pontuar o ocorrido.

A territorialização que instigou a pesquisa acontece de diversas formas através das relações que existem entre as mulheres da cooperativa e a comunidade. Me parece que o nó que amarra os processos que ali acontecem é a própria territorialização — essas mulheres enquanto coletivo estarem territorializadas é o que permite que os processos aconteçam de maneira positiva. O *envolvimento* da comunidade acontece porque ele já existe, pensar o corpo-coletivo é uma prática. Claro que nem todos se envolvem, mas existe envolvimento o suficiente para que as práticas sejam positivas, continuem acontecendo, beneficiando e se multiplicando. A forte relação com o local é nítida e consciente, está nas falas das cooperadas, na maneira como elas se referem à comunidade, à cooperativa, sempre coletivizando e fazendo parte do que acontece: *aqui, nós, aqui na Vila, moro aqui do lado*, etc.

No primeiro livro escrito pela Nelsa, uma das fundadoras da cooperativa, ela fala de sua trajetória morando em diversos lugares do Brasil e atuando no movimento sindicalista e acrescenta:

É bom viajar e conhecer realidades. Parece que o mundo não tem limites... No entanto, chega um dia em que o mundo parece não ter chão. Há necessidade de ter uma história mais continuada, ter vizinhos, ter um canto, um endereço fixo.

E buscamos tudo isso em Porto Alegre, e temos muito mais que isso. (NESPOLO, 2014, p. 24)

Diz da importância de ter um lugar, um grupo com o qual haja uma identificação mais profunda, onde se conheça melhor as demandas e potencialidades e seja possível fazer transformações significativas.

O Sarandi é um bairro industrial, isso ficava bastante visível no percurso até lá de ônibus. Já indo de carro o caminho mais rápido é pela borda da cidade, chegando

no bairro por uma rodovia que divide os municípios de Porto Alegre e Canoas, havendo, assim, menos contato com o bairro em si. A região da Vila Nossa Senhora Aparecida foi ocupada nos anos 70 pelo crescimento populacional muito maior que o habitacional, sobretudo para famílias de baixa renda que trabalhavam nas indústrias locais. Conversando com as cooperadas também foi possível perceber essa relação: algumas, em geral as de mais idade, trabalharam na indústria, ou tem familiares que trabalham/trabalharam; algumas foram morar em Porto Alegre ou região metropolitana devido aos empregos no setor, muitas vezes onde os seus pais trabalharam. Das trabalhadoras mais jovens muitas trabalharam no comércio ou em outros serviços; e na fala da maior parte do grupo aparecia alguma pessoa de relação familiar próxima que trabalha de maneira precarizada e/ou autônoma: motoristas de aplicativo, prestadores de serviços elétricos/hidráulicos, microempreendedores, entre outros. Trago esses aspectos para salientar alguns pontos que considero relevantes.

- No que diz respeito às relações de trabalho dos moradores, que dialogam com a discussão feita no capítulo 2 do espaço dos pobres como território. Existe essa transição temporal de um bairro “operário” para um bairro de classes populares à medida que se enfrenta a diminuição de mão-de-obra industrial, a precarização trabalhista, a não inserção de gerações mais jovens no mercado de trabalho formal, o incentivo ao autoemprego pela propaganda neoliberal. Também nessa discussão dos espaços dos pobres em relação com a Vila Nossa Senhora Aparecida pontuo a falta de espaços públicos e equipamentos urbanos como uma das maneiras em que se sobrecarrega a individualidade dos moradores, e o suporte que se tem para essa carência vem, muitas vezes, da Cooperativa e/ou do Banco Comunitário — a cessão de espaços da cooperativa para atividades da Associação Comunitária, para eventos do Posto de Saúde, a luta pela instituição da Escolinha, as atividades de pintura de muro.
- A região da Vila Nossa Senhora Aparecida foi contemplada durante o Orçamento Participativo, através da luta feita pelas moradoras e moradores, com infraestrutura urbana básica: rede de água, rede de esgoto, pavimentação de ruas, iluminação das vias, melhorias na rede de transportes na região. Isso faz com que a Vila não tenha o estereótipo de *vila* que temos no nosso imaginário.

Porém o Beco Recanto do Chimarrão, uma rua paralela à rua da Cooperativa, localizada aos fundos da mesma, não tem a mesma infraestrutura. Foi a única via da Vila que não foi pavimentada à época. Conforme pontuei no capítulo anterior, a ocupação da área se deu em 1985, antes de o Orçamento Participativo existir, portanto antes de acontecer a pavimentação da Vila Nossa Senhora Aparecida. Segundo as trabalhadoras da Univens, à época foi dada alguma justificativa técnica para que a via não fosse pavimentada. Além disso, oficialmente, essa via não faz parte da Vila Nossa Senhora Aparecida, no ObservaPOA²⁰ ela ainda consta como aglomerado subnormal, sendo uma vila à parte. Para as moradoras da V. N. Sra. Aparecida, a Chimarrão faz parte da Vila N. Sra., e a população que ali reside compõe parte significativa dos atendidos pelas atividades e benefícios ofertados pela cooperativa e pelo banco Justa Troca. Isso é relevante no sentido de conformarem em conjunto uma região de classes populares, seja da Vila Nossa Senhora Aparecida, seja da Vila Recanto do Chimarrão. A identificação, ali, é de um “nós”, e as margens *formais* e *institucionais* não importam para as moradoras e moradores. Durante uma das conversas com a J., funcionária do banco Justa Troca, quando pedi que ela me mostrasse os limites da Vila no mapa, ela soube me dizer exatamente quais eram, mas afirmou que esses limites não são tão importantes, que se alguém que não mora ali precisa de algum auxílio, elas vão, na medida do possível, atender a pessoa/família em questão. “Encontramo-nos em nosso fazer, disposto como território comum em sua multiplicidade” (GAGO, 2020, p. 20).

Em relação às questões referentes aos corpos-territórios das mulheres, também é importante discutir algumas coisas. Enquanto os corpos masculinos-cis-brancos podem e são neutralizados em discursos, “o corpo-território não permite ser abstraído de uma corporalidade marcada (...). E tem, desde o início, a marca de sua capacidade de combate: de cuidado, cura, defesa e fortalecimento, simultaneamente” (ibid., p. 123). Esse combate através do cuidado, da defesa e do fortalecimento é bastante presente na maneira que se estrutura o trabalho das cooperadas, bem como na maneira que são organizadas as atividades comunitárias e assistência comunitária.

²⁰ https://www.google.com/maps/@-29.9883197,-51.1198414,1654m/data=!3m1!1e3!4m2!6m1!1s12vy0QutnA4ZT4ljDCZuF2-bVSkw?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MDgyMS4wIjIXMDS0ASAFQAw==

Acredito que exista um rompimento do cerco em andamento para o grupo de trabalhadoras: elas tem renda própria, saem de casa para trabalhar, conversam sobre os assuntos relacionados às questões de gênero no ambiente de trabalho e muitas vezes levam os assuntos para casa; contudo, muitas ainda desempenham papel central nos trabalhos de cuidado nas suas casas. Ainda assim, a maneira que se organizam com o trabalho na cooperativa e a importância que esse trabalho tem nas suas vidas indica que existe uma aproximação ao que Tronto (2015, p. 34) denomina democratização do cuidado. O horário de trabalho faz muita diferença na vida da maioria delas para que possam ir em casa fazer almoço e voltar com calma. As que trouxeram relatos de uma rotina mais sobrecarregada são as mais envolvidas com cuidado com crianças pequenas (filhos/as ou netos/as) e que não tem uma rede de apoio suficiente para tais funções porque a própria rede também é sobrecarregada.

Isso demonstra que “considerar gênero como questão estruturante não é focalizar na mulher, é para pensar o direito para todos” (SANTORO, 2008, p. 15). Na relação com cuidados com filhos/as, apesar de não ser possível resolver todas as demandas de todas as envolvidas, a Escolinha Nova Geração e os cursos de capacitação oferecidos pelo Banco Comunitário desempenham, de certa forma, um processo de rompimento do cerco para mulheres da comunidade que não trabalham na cooperativa, ao propiciarem, através da Escola, que tenham como deixar suas crianças na escola durante o dia em período integral para poderem trabalhar fora de casa; e através do Banco efetuarem algum curso de capacitação para que possam desempenhar um trabalho remunerado que seja mais valorizado. Isso demonstra uma relação mais próxima que mulheres e movimentos de mulheres tendem a ter com o “*associativismo local*, ou seja, forças associativas de expressão local ou comunitárias” (MARX; SCAPINI; WINCKLER, 2020, p. 48). A concepção da escola, das atividades infanto-juvenis propostas e dos cursos de capacitação profissional mostram que “achatar nossas hierarquias proporciona melhores oportunidades para times trabalharem juntos, e assim, aumentar a qualidade do cuidado” (TRONTO, p. 34), assim, é mais provável que, tendo uma organização democrática do cuidado, e não de cima para baixo, se alcance a melhor solução para cada problema.

A relação próxima que existe entre o conjunto Univens/Banco Comunitário/Justa Trama e a comunidade, e essa frente que o Banco faz de um trabalho de assistência comunitária e social, seja através da emissão de documentos, de orientação jurídica, ou através da aproximação que acabam promovendo entre a comunidade e o Posto de Saúde, acaba por desempenhar um papel semelhante ao que o Estado sistematicamente vem abdicando de fazer em troca de promover a financeirização das classes populares. Também se cria uma rede de cuidado comunitário coletiva ao se ter um ponto de referência na comunidade onde se consegue informação, acolhimento, apoio e cuidado.

Cooperação social para além dos binarismos hierarquizados entre trabalho remunerado/não remunerado, produção/consumo, lugar/mercado de trabalho, conseguindo mapear, assim, a heterogeneidade contemporânea do trabalho vivo, de todos aqueles que persistem contra os despojos e as novas formas de exploração. (GAGO, 2020, p. 122)

O que tem de negativo? Ao meu ver existe uma sobrecarga de trabalho por parte das trabalhadoras que se envolvem mais com a associação comunitária. Considero um trabalho de cuidado numa escala macro, um trabalho de cuidado em escala maior do que a casa. Ao mesmo tempo é uma maneira de distribuir o trabalho reprodutivo que ficaria muito concentrado nas mulheres das famílias de renda mais baixa: as mulheres da cooperativa que tem uma estabilidade maior (atualmente) e melhores condições, assumem parte desse cuidado comunitário. Parece uma ideia de contribuir conforme se pode.

Nesse sentido, é possível ler que existe um efeito ‘pedagógico’ em curso que é muito importante para que as mulheres tenham mais tranquilidade em impor limites. É possível afirmar que mulheres que tem mais acesso à informação e estejam mais seguras para impor limites e apontar situações misóginas que tem como objetivo intencional ou não a sua exploração consigam fazer o mesmo em outras relações. Conhecer os limites do próprio corpo — no sentido de o quanto se pode fazer, mas sobretudo de dizer: a partir daqui é meu corpo, e eu tenho o direito de decidir sobre esse corpo que é meu — ajuda a traçar relações saudáveis em todos os âmbitos e permite que essa ideia seja transmitida adiante. A ideia não é de individualizar as

experiências e abrir espaço para a produção neoliberal de vítimas ou guerreiras empreendedoras, mas de compreender a importância de se respeitar a individualidade e ter isso como mecanismo de inclusão.

Um dos grandes erros que se cometem em processos de luta por direitos é pensá-los pelo que é comum a todos — aqui está propositalmente escrito *todos* porque quando se cai na ideia do comum, mesmo em espaços progressistas, é comum que se caia no perfil hegemônico de indivíduo: o homem cis-branco-heterossexual — porque se tem um senso comum de que pensar sujeitos com maiores especificidades é pensar políticas ou ações demasiadamente específicas. Vejo isso como um grande engano: penso que quando pensamos em alternativas de acesso à direitos e à cidadania de sujeitos com características consideradas muito particulares (o que também é um engano que cometemos muito frequentemente, o de achar que situações não-homogeneizadas são particulares, muitas vezes são apenas invisibilizadas).

O olhar de gênero no planejamento territorial trabalha as demarcações entre a esfera pessoal e a esfera política, o território público e o doméstico, e nesse sentido, advoga pelo reconhecimento da diversidade cultural como elemento chave para repensar a planificação. Não somos todos iguais, há diferenças, e o plano não deve pensar apenas na totalidade, e sim estar atento à essas diferenças. (SANTORO, 2008, p. 2)

Construir em comunidade (seja de bairro, coletivo, grupo) a dissidência, seja criando mecanismos anti-dívida, ou furando a bolha invisível da domesticação com outras formas de ação. É importante destacar a ação, o movimento, agir, ser agente. Não existe rompimento da hegemonia na obediência.

Essa maneira de “amarrar” as diversas lutas nos parece fundamental: a dimensão de desobediência financeira é também uma luta pelos serviços públicos, pelo reconhecimento dos trabalhos historicamente desvalorizados e não remunerados, e pelos salários. (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 70)

A questão da dívida é um ponto nodal dessa discussão, e se apresenta assim cada vez mais. Em março de 2024 encontrei com H., professor da Brooklyn College da

City University of New York (CUNY), membro do projeto de pesquisa Transformações Comunitárias Participativas (TCP) e autor de capítulo do livro homônimo; H. tem estudos e livro publicado²¹ sobre processos participativos, fez numerosos estudos de caso e participa ativamente de movimentos sindicais. Ele já esteve em Porto Alegre devido ao projeto de pesquisa TCP e conhece a Cooperativa Univens. Conversei com ele sobre a minha pesquisa e ele pontuou alguns aspectos que encontrou em todos os casos “bem-sucedidos” que ele teve contato mais próximo. Um dos pontos em comum é as organizações em questão terem um banco ou algum tipo de estrutura financeira que beneficie a comunidade. Isso mostra o impacto do processo de endividamento das últimas décadas, da bancarização compulsiva: existe a necessidade de uma fuga, de uma ruptura com esse sistema que coopta grupos fragilizados e que não tem condições de traçarem o mapa de saída desse labirinto da exploração financeira.

A afinidade histórica entre economia feminista e economia popular tem a ver com a politização da reprodução social a partir da prática política no interior da crise. Nesse sentido, a reprodução social da vida aparece como compensação, reposição e, ao mesmo tempo, crítica ao déficit de infraestrutura pública. Hoje, as economias populares constroem infraestrutura comum para a prestação de serviços a que chamamos “básicos”, mas que — da saúde à urbanização, da eletricidade à educação, da segurança à alimentação — não são tratados como tais. (GAGO, 2020, p. 157-158)

Na viagem em que encontrei o prof. H., também tive a oportunidade de conversar com a prof. U., professora da CUNY School of Labor and Urban Studies, que me convidou para apresentar meu caso de pesquisa em sua aula no curso que fundou e hoje coordena, chamado *The Community and Worker Ownership Project*, em uma disciplina que trabalha com cooperativas. Ao final da apresentação fui questionada sobre que características ou fatos que compõem o meu caso de estudos que fez/ faz com que as cooperadas conseguissem seguir por tantos anos, mesmo com os altos e baixos da política em várias escalas, e com desafios que mudam, e que eu acredito que possam ser levados para outros lugares. Na ocasião respondi que uma

²¹ MENSER, Michael. *We Decide! Theories and Cases in Participatory Democracy*. Philadelphia: Temple University Press, 2018.

das coisas que considero importantes é manter um tamanho “pequeno” das organizações, mas se conectar a outras.

Por exemplo, o banco Justa Troca, Banco Comunitário da Vila Nossa Senhora Aparecida não virou banco comunitário do bairro, mas elas prestam auxílio a duas comunidades vizinhas no processo de início dos seus próprios bancos comunitários. Compartilhamento das experiências, ajudas em processos complexos, mostrar aspectos nos quais não obtiveram êxito, partilha de sabedorias que podem melhorar a caminhada de outras comunidades e outras pessoas, sem necessariamente aglutinar grupos. Dessa maneira se faz mais palpável o enfrentamento de desafios que aparecem, os desafios estão mais próximos, as soluções ficam mais acessíveis.

Outra parte que eu pontuei como importante para a continuidade de uma organização comunitária é a horizontalidade e, em adição a essa, a comunicação aberta e contínua. É necessário o investimento de tempo e energia no diálogo para que se conheçam os desafios e modos de superá-los. Isso também se relaciona com a ideia de manter as organizações de um tamanho possível de se autogerirem, pois caso elas se expandam para além da sua possibilidade de autogestão, a verticalização vai ocorrer, e aí se perde parte importante do processo.

Não existe receita universal. Aí está a importância de reconhecer o que as cooperadas tem para partilhar como fonte. Principalmente porque, historicamente, “nem sempre havia a produção de informações que nos permitisse contar histórias a partir de outros olhares” (SANTORO, 2008, p. 4). Se, por um lado, partimos aqui de um estudo de caso com saberes localizados e especificidades bastante relacionadas ao local de inserção territorial, práticas com finalidades e/ou dinâmicas parecidas acontecem em territórios diversos do Brasil e da América Latina, desafiando as forças hegemônicas com seus saberes locais, suas práticas coletivas e diversas:

O acúmulo de experiências associativas solidárias, no Brasil e em toda a América Latina, nos aponta os desafios postos para a interação dialógica entre o saber científico e o saber popular; interação que é necessária na construção de uma abordagem efetivamente transdisciplinar e crítica da realidade social. É nas práticas cotidianas que a unidade entre os campos disciplinares se

desvenda. A unidade se dá no sentido comum das ações, a saber, a reprodução ampliada da vida. (LAGO, 2022, p. 236)

Esse sentido comum das ações é bastante visível na cooperativa, na forma de trabalhar, nas atividades promovidas, na receptividade a visitantes, estudantes, grupos que querem criar seus bancos comunitários. Isso faz parte da maneira que elas enxergam seu papel na comunidade (tanto na comunidade na escala da Vila, como em escala maior, como fazendo parte de um comum). Isso ressalta “a transversalidade e articulação da temática das desigualdades de gênero como outros temas” (MARX; SCAPINI; WINCKLER, 2020, p. 48).

Essa transversalidade diz respeito à preocupação que ali existe com o acesso a vários direitos, sem criar vínculo com uma moralidade devedora (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 34), o que muitas vezes acontece através da dívida financeira, através das ‘soluções’ que são propostas, atualmente, para a pobreza. “Trata-se de um acúmulo de lutas que têm a tarefa concreta de descolonizar nossa linguagem e nossas práticas, nossa imaginação e nossos corpos” (GAGO, 2020, p. 75).

A maior parte das atividades promovidas pelo Banco Comunitário podem ser consideradas ferramentas anti-endividamento: a cesta básica, que garante gratuitamente uma parte da alimentação das famílias em maior vulnerabilidade financeira, sem ser necessário comprometer a temporalidade futura (CAVALLERO; GAGO, 2021); os empréstimos sem juros e auxílios para compra de materiais para trabalho, como máquina de costura, que oferecem alternativas que não passem pela necessidade de bancarização de famílias de baixa renda, sobretudo as mulheres; as capacitações e oficinas por propiciarem que as/os moradoras/es da vila acessem trabalhos mais bem remunerados e possam ter maior consciência dos seus direitos; a moeda local ao incentivar a vitalidade dos pequenos comércios, fazendo com que o dinheiro dos moradores circule mais dentro da vila e seja menos parasitado por grandes empresas. A moeda (o Justo) opera por uma frente que é anti-endividamento, anti-espoliação e anti-extração. A ideia de valorizar o comércio local com o uso do Justo, além de incentivar ruas mais vivas e diversas, fachadas ativas, também é dar condições financeiras melhores a quem mora ali. A moeda não atingiu ainda um grau de circulação e adesão que permita que todos esses objetivos se realizem de maneira sólida, mas é uma ferramenta que demanda mais

prazo para implementação, adaptação e compreensão da sua importância. Como comentado no capítulo anterior, já se atingiu um ponto relevante de adesão à moeda que é a procura pela adesão à moeda por parte dos comerciantes da Vila, porque entendem que é positivo para o seu negócio oferecerem essa alternativa aos clientes, e porque existe demanda.

Em todas as entrevistas, atividades e conversas das quais participei ou acompanhei, não houve nenhuma fala ou comentário que desse a impressão de que ali existe uma moralização da dívida, outra violência a que frequentemente são submetidas pessoas, sobretudo mulheres e pessoas feminizadas, de classes mais baixas, que buscam auxílio financeiro. Também não presenciei nenhuma ação que buscasse individualizar o problema da falta de renda. Inclusive, nas ações mensais de entrega das cestas básicas, além de existir uma assembleia, que conta com uma palestra, oficina ou atividade, as quais os beneficiários da ação podem solicitar temáticas, existe uma intenção muito clara de reunir continuamente um grupo que tem uma questão em comum e querer que essas pessoas sejam voz ativa dentro do próprio grupo e se organizem coletivamente, ali, mas também fora.

As frentes anti-endividamento também se inserem na ideia de anti-extrativismo, no caso, extrativismo financeiro. O trabalho cooperativo (Univens e Justa Trama) e as capacitações profissionais (Banco Comunitário) podem ser considerados aspectos anti-extrativismo de mão-de-obra, por valorizarem as trabalhadoras, que são de periferia popular. Ainda, a Justa Trama, através do uso do algodão agroecológico e do uso total dos tecidos atua de maneira anti-extrativismo de matéria-prima. Ao ter todas essas atividades e frentes de cuidado com a comunidade, e gerar uma centralidade no espaço da cooperativa, vai se tornando possível que mais pessoas sejam cuidadas, e mais pessoas cuidem.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. (SINGER, 2022, p. 45)

Ainda, por mais que, no caso da Univens, os aspectos estruturantes da economia solidária possam não estar claros para todas as cooperadas, estes se fazem presentes em todo o processo. Nem todas as cooperadas entendem a diferença que compôr um empreendimento da economia solidária faz para elas, mas elas sabem que elas trabalham para elas mesmas, que elas tem autonomia e poder de decisão, além de serem pessoas, sujeitos ativos, dentro e fora daquele lugar.

A economia solidária como projeto emancipatório demanda uma base tecnológica de plataformas para o comércio justo e o consumo solidário, de bancos comunitários e moedas sociais digitais, de redes informacionais de formação técnica e política, dentre outros dispositivos. Está posta nessa empreitada a necessária superação da dicotomia campo-cidade e da fragmentação dos territórios populares. (LAGO, 2022, p. 241)

Podemos relacionar isso ao trabalho que é feito na Vila Nossa Senhora Aparecida, das alternativas que o banco comunitário oferta, à questão ambiental e agroecológica da Justa Trama. Contudo, um aspecto que se destacou ao meu olhar foi uma certa sobrecarga administrativa que existe por parte da Cooperativa Univens na gestão da Cooperativa Central Justa Trama. Existem os elos, cada elo formado por uma cooperativa, que compõem a Justa Trama, mas não existe um elo exclusivamente administrativo, e quem faz esse trabalho é a Univens e as funcionárias contratadas para trabalhar na Justa Trama, que são remuneradas via apoio de parceiros e da Unisol. Me parece que em parte isso se deve ao processo de criação da Justa Trama que teve forte relação com Fóruns Sociais Mundiais e Fóruns de Economia Solidária realizados em Porto Alegre, e com a própria experiência que se constituiu ali através do Orçamento Participativo.

Nas experiências em projetos participativos e em movimentos sociais de luta por terra e moradia, para além de uma simples dualidade, o que percebemos é um complexo movimento entre o privado e o público, entre o cotidiano e o extraordinário, entre o individual e o coletivo, que ocorre necessariamente no espaço. (HELENE; et al., 2022, p. 90)

Foi possível perceber que o que diz respeito à tomada de decisões é feito de forma bastante democrática e com envolvimento de todos os elos, e que existe um

incentivo à essa participação através das reuniões mensais realizadas de forma online com todos os membros da diretoria da Justa Trama, que é composta por pessoas de todos os elos, e as reuniões semestrais realizadas presencialmente com alternância dos locais de realização, justamente para que haja uma compreensão maior das necessidades locais, e também que se divulgue o trabalho que a cooperativa local e a Justa Trama realizam nos locais onde ela está presente. Relaciono essa sobrecarga ainda com o que Luciana do Lago afirma na citação anterior sobre a superação da dicotomia campo-cidade e da fragmentação dos territórios populares, pois tudo indica que a experiência, incidência e territorialização que existe na Vila Nossa Senhora Aparecida não acontece — ou ao menos não com tanta força — nas demais cooperativas que compõem a Justa Trama.

Nessas experiências, revela-se a importância de entender como o desenho do espaço pode permitir e potencializar a realização das atividades que sustentam a vida cotidiana, coletiva e comunitária, sobretudo na conjugação entre as esferas público/privada e política/doméstica. (ibid., p. 92)

A relação que as mulheres da cooperativa tem com a Vila, com a comunidade, tem extrema concordância com a ideia-força de corpo-território, “corpos experimentados como territórios e territórios vividos como corpos” em que não se toma o “eu como ponto de partida” (GAGO, 2020, p. 107-108), e que revela corpos compostos de afetos, recursos e possibilidades que não são individuais.

Visibilizar as narrativas femininas que resistem como devir-mulher diante dos processos de espoliação do comum reposiciona os estudos urbanos na perspectiva do reconhecimento da dissonância, transgredindo os processos constitutivos do projeto e planejamento das cidades enquanto configuração modelada pela narrativa universalizante que vem sistematicamente apagando a diferença e a multiplicidade. E é a partir dessa dissonância que talvez seja possível assumir o corpo-território como horizonte para criação de cidades que acolham a vida em todas as suas manifestações. (CARON; TAVARES; MARINHO, 2022, p. 75)

A partir da multiplicidade e potencialidades estudadas aqui, através da discussão teórica, mas mais ainda a partir da pesquisa realizada, foi possível perceber as diversas formas que o trabalho coletivo autônomo feito por mulheres incide no seu

território de periferia, bem como compreender o quanto esse território e esse trabalho desenvolvido por essas mulheres, incide na vida das mesmas e suas relações com sua existência enquanto corpo-território.

Existem aspectos que foram discutidos aqui nesse capítulo que incitam maior aprofundamento tanto teórico quanto do trabalho de pesquisa, e que ficam como agenda para continuidade dos estudos e investigações no tema. Dentre os aspectos que merecem maior investigação estão:

- Um aprofundamento maior sobre como Bancos Comunitários transformam seus territórios a partir do ponto de vista *da comunidade*;
- Estudos de efeitos possíveis de uma articulação entre Associações Comunitárias ativas/Bancos Comunitários com projetos de extensão universitária, que muito podem dialogar com esses processos:

Aí se localiza a potência disruptiva da extensão universitária comprometida com a ciência emancipatória. A prática extensionista dialógica é uma prática transdisciplinar que pode desestabilizar a estrutura segmentada dos campos disciplinares. (LAGO, 2022, p. 236-237)

- Possibilidade de acompanhamento por um período mais longo e mais detalhado sobre a atuação das mulheres nesses movimentos comunitários envolvidos com as economias populares.

“Em sociedades de classe profundamente desiguais como a brasileira, a vida cotidiana é marcada pelo confronto permanente entre os saberes popular (prático) e científico” (ibid., p. 237). Em contraponto, essa dissertação se consolida como um desejo e esforço para que esses saberes se encontrem em *confluência* e, sobretudo, que os espaços chamados científicos deem o devido valor e importância que os saberes populares e localizados tem, e as contribuições diversas, complexas e únicas que eles tem para dar para a ciência num período marcado por crises políticas, humanitárias e ambientais.

“*Estamos tramando*”²², seguimos tramando!

²² NESPOLO, 2020, p. 188.

[referências]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Howard. Métodos de pesquisas em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1999.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2023. 112 p. ISBN 9788571261068.

CARON, Daniele; TAVARES, Bruna Bergamaschi; MARINHO, Bárbara Rodrigues. Ela fala, eu escuto: prefigurações urbanas do devir-mulher. *Projectare: revista de arquitetura e urbanismo*, Pelotas, v. 1, n. 13, p. 61-76, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Projectare>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CARVAJAL, Julieta P. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 199-210.

CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. Uma leitura feminista da dívida: vivas, livres e sem dívidas nos queremos. 2. ed. Porto Alegre: Criação Humana, 2021. 136 p. ISBN 9788588022799.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: MELO, Paula Balduino [et al] (orgs). *Descolonizar o feminismo: VI Sernegra*. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2019, p. 32-51.

CYMBALISTA, R.; CARDOSO, P. M.; SANTORO, P. F. O Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade. São Paulo: Instituto Pólis. 2008.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. *Etnografías comparadas*. Tradução María Serrano e Marta Arranz. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Madrid (GERI – UAM), n. 8, p. 19-52, junho, 2008.

DAVIS, Mike. Planeta de Favelas: A involução urbana e o proletariado informal. In: CONTRAGOLPES: seleção de artigos da New Left Review. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 191-218.

EPALANGA, Kalaf. Minha pátria é a língua pretuguesa: crônicas. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023. 190 p.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.

GAGO, Verônica. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. 2020. São Paulo: Ed. Elefante.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à especialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERT, Rogério (org). Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. São Paulo: Access, 2007. p. 33-56.

_____. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): Contribuições decoloniais. GEOgraphia, Niterói, v. 22, ed. 48, p. 75-90, 2020. DOI <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>. Acesso em: 20 maio 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos pagu, campinas, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 24 jul. 2024.

HELENE, Diana; et al. Um ensaio sobre a urbanização capitalista como tecnologia: colonialidade, racialização e cis-hétero-patriarcado. In: J. Kleba; C. Cruz; C. Alvear; (Org.) Engenharias e outras práticas técnicas engajadas – Vol 3: Diálogos Interdisciplinares e decoloniais - Campina Grande: EDUEPB, 2022. p. 65-102.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. Coordenação de População e Indicadores Sociais (ed.). Estatísticas de gênero : uma análise dos resultados do censo demográfico 2010: Sistema nacional de informações de gênero. Rio de Janeiro: [s. n.], 2014. ISBN 9788524043284. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941>. Acesso em: 20 ago. 2024.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD contínua) 2016. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 20 ago. 2024.

INGOLD, T. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. Educação, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016. DOI: 10.15448/1981-2582.2016.3.21690. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21690>. Acesso em: 15 jun. 2024.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244p.

LAGO, Luciana Côrrea do. Economia solidária, tecnologia e cidade. In: J. Kleba; C. Cruz; C. Alvear; (Org.) Engenharias e outras práticas técnicas engajadas – Vol 3: Diálogos Interdisciplinares e decoloniais - Campina Grande: EDUEPB, 2022. p. 219-244.

MARX, Vanessa; SCAPINI, Gabriela Luiz; WINCKLER, Joana. OS MOVIMENTOS DE MULHERES NO BRASIL E A RELAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (2003 - 2015). Conjuntura Global, [s. l.], v. 9, ed. 2, p. 41-57, 2020. DOI 10.5380/cg.v9i2.73014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/73014>. Acesso em: 10 maio 2023.

MARZULO, Eber. Espaço dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia. IPPUR/UFRJ: Tese de doutoramento, 2005.

_____. Espaço dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia. In: ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERT, Rogério (org). Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. São Paulo: Access, 2007a. p. 57-68.

_____. Favelização Ampliada: O Processo de Segregação Espacial das Classes Populares. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12, 2007. Anais [...] Belém, 2007b.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. 256 p.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios, PPGAU/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n.32, p.122-152, 2016.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. Tramando certezas e esperanças: a história não para.... São Leopoldo: Oikos, 2014. 108 p.

_____. As tramas da esperança: a história não para... . São Leopoldo: Oikos, 2020. 188 p. ISBN 9786586578133.

PRECIADO, Paul B. Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RIBEIRO, Djamil. O que é lugar de fala. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROLNIK, R. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. Indisciplinar, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 18–43, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32741>. Acesso em: 30 dez. 2021.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec. 1997.

_____. “O território e o saber local: algumas categorias de análise”. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, ago-dez, 1999. p. 15-26.

_____. O retorno do território. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 15 jun 2024.

SANTORO, Paula Freire. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16, 2008, Caxambu. São Paulo: Unicamp, 2008. p. 1 - 16.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade. In: Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021, p. 85-120.

SOUZA, Gabriela Coelho de; MARZULO, Eber Pires; MEIRELLES, Mauro (org.). Transformações comunitárias participativas. 1. ed. Porto Alegre: CirKula, 2020. p. 241-279. ISBN 9786599047060.

TRONTO, Joan C. Who cares? How to reshape a democratic politics. Cornell selects, 2015. 58 p.

VILAÇA, M. .; FREITAS, B. A potência dos feminismos na luta contra a razão neoliberal na América Latina: uma entrevista com Verónica Gago. Política & Trabalho: revista de ciências sociais, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 231–245, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n52.52403. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/52403>. Acesso em: 23 jul. 2024.